



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

ANDRÉ LUIZ FRIZON FAUST

**NARRATIVAS DA OPOSIÇÃO SOBRE O 8 DE JANEIRO E SUAS RELAÇÕES
COM DESINFORMAÇÃO E PÓS-VERDADE**

**CUIABÁ-MT
2025**

ANDRÉ LUIZ FRIZON FAUST

**NARRATIVAS DA OPOSIÇÃO SOBRE O 8 DE JANEIRO E SUAS RELAÇÕES
COM DESINFORMAÇÃO E PÓS-VERDADE**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Cury Luiz

**CUIABÁ-MT
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

F267n Faust, André Luiz Frizon.

Narrativas da oposição sobre o 8 de janeiro e suas relações com desinformação e pós-verdade [recurso eletrônico] / André Luiz Frizon Faust. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 111 f., il., pdf). -- 2025.

Orientador: Thiago Cury Luiz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Desinformação. 2. Pós-Verdade. 3. Narratologia. 4. 8 de Janeiro. I. Luiz, Thiago Cury, orientador. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM [NOME DO PPG]

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Narrativas da oposição sobre o 8 de janeiro e suas relações com desinformação e pós-verdade

AUTOR: Mestrando André Luiz Frizon Faust

Dissertação defendida e aprovada em 5 de dezembro de 2025

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Professor Doutor Thiago Cury Luiz (Presidente Banca/Orientador/PPGCOM)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

2. Professor Doutor Daniel Melo Ribeiro (Examinador Interno/PPGCOM)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

3. Professora Doutora Geane Carvalho Alzamora (Examinadora Externa)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

4. Professor Doutor Bruno Bernardo de Araújo (Examinador Suplente/PPGCOM)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Cuiabá, 05 de dezembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO CURY LUIZ, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 05/12/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL MELO RIBEIRO**, **Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 09/12/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geane Carvalho Alzamora**, **Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 21:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8693405** e o código CRC **1438A88F**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, professor Thiago Cury Luiz, que, por algum motivo, confiou em mim e me deu todo o suporte para o desenvolvimento da pesquisa;

Agradeço a minha mãe, Eliani Frizon, que fez absolutamente tudo que estava ao seu alcance para me guiar nos estudos, não importa o que eu diga;

Agradeço ao meu pai, Wanderley Faust, por me transmitir a paixão pela política;

Agradeço a minha esposa, Marília Vieira, que, entre tantas contribuições, ouviu minhas ideias mais malucas e garantiu que só as melhores chegassem até a versão final. Você foi meu farol neste mar revolto;

Agradeço a minha tia-avó, Jacinta Colombo, que sempre me incentivou a ler;

Agradeço a minha madrinha, Maria Lucia Frizon, que foi sempre um exemplo de pesquisadora – e a sua filha, minha prima, Carla Rizzotto, outro exemplo e que, além disso, me incentivou a entrar para a Comunicação;

Agradeço meu irmão, Artur Frizon Faust, e a minha Patota, que não fizeram nada de relevante para essa pesquisa, mas são meus amores;

Agradeço meus primos e tios, sempre mais abertos ao amor do que ao conflito, ainda que sempre abertos ao conflito com certeza.

Agradeço meus fiéis escudeiros da madrugada, Drogo, Davos e Lyana;

Agradeço aos meus colegas de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, que tornaram o processo todo mais divertido.

Agradeço à Anna e à Alexandra, pelo apoio ao longo da pesquisa;

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar características de desinformação e pós-verdade nas narrativas criadas por parlamentares opositores durante a CPI dos Atos Antidemocráticos, visando responder à pergunta quais os elementos da desinformação e da pós-verdade podem ser observados nas narrativas da Oposição sobre o 8 de Janeiro? Para tanto, 187 publicações de Instagram de quatro congressistas foram decupadas e transformadas em uma narrativa, para que fosse possível explorar seus elementos e revelar o seu projeto dramático (Motta 2013). Os argumentos imbuídos neste projeto dramático, trazidos à tona a partir dos estudos sobre narratologia (Barthes, 1976; Gancho, 2020; Propp 2001; Fischer 1987; Motta, 2013), incluindo personagens, tramas, funções e conflitos, foram analisados a partir de características da retórica da desinformação e da pós-verdade, em especial sua característica de mobilizar emoções (Seixas, 2019, Loveless, 2021), identidades (Seixas, 2019, Marshall 2017, Bastos e Tuters, 2023), divisões sociais (Seixas, 2019, Marshall 2017, Bastos e Tuters, 2023), de forma a privilegiar uma visão própria de mundo que torna a factualidade dos argumentos secundária. Os resultados indicam o uso de narrativas emotivas, identitárias, polarizantes e que reinterpretem os fatos para aderir às convicções da audiência. Conclui-se que a metodologia da análise de narrativa pode ser produtiva para o estudo do fenômeno, que o uso de elementos narrativos demonstra um esforço retórico de desinformar, deslocando o centro de gravidade da prova factual para a adesão por identificação e que o combate à desinformação por essa perspectiva pode estar ligado à identificar as narrativas que contextualizam a disputa de sentidos em jogo.

Palavras-chave: Desinformação; Pós-Verdade; Narratologia; 8 de Janeiro

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate features of disinformation and post-truth in the narratives crafted by opposition lawmakers during Brazil's Joint Parliamentary Commission of Inquiry (CPMI) into the Anti-Democratic Acts, aiming to answer the question: what elements of disinformation and post-truth can be observed in the Opposition's narratives about January 8th? To that end, 187 Instagram posts by four members of Congress were coded and synthesized into a single narrative, enabling an exploration of its elements and the unveiling of its "dramatic project" (Motta, 2013). The arguments embedded in this dramatic project—brought to light through narratology (Barthes, 1976; Gancho, 2020; Propp, 2001; Fischer, 1987; Motta, 2013), including characters, plots, functions, and conflicts—were analyzed through the lens of the rhetoric of disinformation and post-truth, particularly its tendency to mobilize emotions (Seixas, 2019; Loveless, 2021), identities (Seixas, 2019; Marshall, 2017; Bastos & Tuters, 2023), and social divisions (Seixas, 2019; Marshall, 2017; Bastos & Tuters, 2023), thereby privileging a worldview that renders the factuality of arguments secondary. The results indicate the use of emotionally charged, identity-based, polarizing narratives and to reinterpret facts to align with the audience's convictions. It is concluded that the narrative analysis methodology can be productive for studying the phenomenon, that the use of narrative elements demonstrates a rhetorical effort to disinform by shifting the center of gravity from factual evidence to identification-based adherence, and that combating disinformation from this perspective may be linked to identifying the narratives that contextualize the underlying struggle over meaning at play.

Keywords: Disinformation, Pos-truth, Narratology, January 8th

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tweet do governador de São Paulo Tarcísio de Freitas	29
Figura 2 - Tabela original criada pela ferramenta de extração	48
Figura 3 - Exemplos de elementos visuais acrescentados nos vídeos publicados	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Frame do vídeo Ct1mBjQI7s3 e sua decupagem	49
Quadro 2 - Post em imagem e sua decupagem, publicação de ID Cvab_yRAGs6	50
Quadro 3 - Publicação CwWgAHpKeat e a lista de afirmações extraídas	51
Quadro 4 - Exemplo de quadro utilizado como apoio para a construção da narrativa	53
Quadro 5 - Categorias de análise dos elementos narrativos	59
Quadro 6 - Categorias de análise de desinformação e pós-verdade	59
Quadro 7 - Lista de funções e seus usos nas narrativas	67
Quadro 8 - Lista de Conflitos	78
Quadro 9 - Frames da publicação CxMASLKxjwH	84
Quadro 10 - Resultados da análise narrativa	102
Quadro 11 - Comparação entre ambientação e narrativa principal	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

OMS - Organização Mundial da Saúde

PL - Partido Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DESINFORMAÇÃO E PÓS-VERDADE: CONCEITOS CENTRAIS DO ESTUDO	18
3 NARRATIVA: DE BASE TEÓRICA A PARÂMETRO METODOLÓGICO DA PESQUISA	35
4 PARÂMETROS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	45
4.1 Coleta de dados	47
4.2 Construção da narrativa	51
4.3 Movimentos da Análise Crítica da Narrativa	55
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	61
5.1 Funções	66
5.1.1 Manifestação Pacífica vs Manifestação Violenta	68
5.1.2 Respeito à Democracia	70
5.1.3 Combater a Esquerda	70
5.1.4 Omissão e Conluio	71
5.1.5 Intervenção	72
5.1.6 Traição	73
5.2 Sequências-tipo	74
5.3 Conflitos	77
5.4 Personagens	81
5.4.1 Jair Bolsonaro	81
5.4.2 Parlamentares de Oposição	82
5.4.3 Manifestantes Patriotas	83
5.4.4 Lula/Governo Lula	85
5.4.5 Justiça Brasileira	86
5.4.6 Manifestantes Violentos (Infiltrados)	87
5.4.7 Imprensa como personagem	88
5.5 A conspiração da Esquerda	90
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	92
6.1 Narrativas emotivas	92
6.2 Narrativas identitárias	94
6.2.1 Narrativas de Polarização	95
6.3 Narrativas sobre realidades alternativas	97
6.3.1 Teorias da Conspiração	98
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

1 INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa é investigar os fenômenos de desinformação e pós-verdade na comunicação política, a partir da análise da narrativa construída pela oposição sobre os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro e sua repercussão, durante a CPMI do 8 de janeiro.

Tanto desinformação quanto pós-verdade são fenômenos que se impõem com certa urgência em qualquer reflexão sobre a política contemporânea. A desinformação em específico, ou seja, a comunicação com intenção de enganar o público de alguma forma, não é nenhuma novidade, mas ela toma novos contornos, muito mais ameaçadores, a partir das ferramentas midiáticas modernas e de um determinado contexto – que chamamos de pós-verdade – no qual há pouco ou nenhum consenso social sobre a realidade dos fatos, pois não há mais confiança nas instituições que costumavam balizar essas conclusões.

As narrativas, coincidentemente, compõem o imaginário da desinformação na política, sendo comumente apresentadas como as armas mais sórdidas do oponente (seja lá quem for). Mas a 'narrativa' da qual os políticos desdenham não é a mesma que será estudada aqui. Para eles, 'narrativa' é sinônimo de 'mentira'. Aqui, narrativas são as histórias que contamos e ouvimos – ainda que sem perceber – com seus personagens, tramas e conflitos e que se tornam parte da nossa percepção sobre o mundo, dando contornos e sentidos para ele. E é a partir dessa perspectiva que se pretende estudar a desinformação sobre os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro.

O objetivo geral da pesquisa é analisar os elementos de pós-verdade na construção de narrativas políticas sobre a insurgência antidemocrática do 8 de janeiro de 2023, a partir das publicações nos perfis de Instagram de parlamentares opositores que participaram da CPMI dos atos antidemocráticos. A fim de alcançar esse objetivo, posts de parlamentares da oposição serão reunidos e decupados e, então, reorganizados para formar uma narrativa coerente; em seguida os elementos narrativos – funções, sequências-tipo, conflitos, personagens – serão analisados para desvelar as intenções argumentativas presentes neles; por fim, esses resultados serão relacionados a categorias analíticas sobre desinformação e pós-verdade, visando alcançar o objetivo geral da pesquisa.

O 8 de janeiro foi telegrafado – no sentido de que era evidente que algo assim poderia acontecer, dado o comportamento dos aliados políticos e civis (e militares) do ex-presidente Jair Bolsonaro após a derrota eleitoral – e televisionado, de forma que não faltam testemunhas sobre os responsáveis e suas intenções. Entretanto, o desfecho do episódio, em termos de imagem, foi consideravelmente negativo para o campo bolsonarista, o que torna plausível a

hipótese de que a oposição engajaria em diferentes táticas de desinformação para tentar fazer o controle de danos. É nesse contexto que o evento e suas implicações foram selecionados como objeto desta pesquisa.

De acordo com plano de trabalho elaborado para a CPMI dos Atos Antidemocráticos, de autoria da senadora Eliziane Gama, o dia 8 de janeiro foi marcado por atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes e, consequentemente, por uma violência simbólica contra as instituições democráticas do país. Naquele dia, manifestantes do Brasil inteiro estavam em Brasília para “A Festa da Selma”, código usado pelos bolsonaristas para combinar a invasão com dias de antecedência (Agência Pública, 2023). O acampamento em frente ao quartel do exército, que até a véspera reunia próximo de 300 pessoas, recebia naquele dia mais de 5 mil manifestantes (Agência Brasil, 2023). De verde e amarelo, com suas bandeiras, eles saíram do acampamento às 13 horas, invadiram o Congresso às 15 horas, o Palácio do Planalto às 15h20 e o edifício-sede do STF às 15h37 (Agência Brasil, 2023).

Com efeito, deve-se ter em mente que as instalações públicas invadidas e depredadas, mais do que importantes estruturas arquitetônicas, são verdadeiros símbolos dos Poderes da República e da institucionalidade do nosso País e que, nessa perspectiva, representam o imaginário da democracia brasileira. (...) Nesses termos, atentar contra a estrutura física dos prédios dos Poderes significa um verdadeiro atentado aos pilares do nosso Estado (...) (Gama, 2023, p. 3)

Trata-se, portanto, de uma oportunidade investigativa importante sobre o uso de narrativas com elementos de desinformação e pós-verdade na política brasileira. Assim, a questão que se pretende responder recai sobre os argumentos e técnicas desinformativas utilizados na construção da narrativa da oposição, de forma que a pergunta que guia a pesquisa é: quais os elementos da desinformação e da pós-verdade podem ser observados nas narrativas da Oposição sobre o 8 de Janeiro?

Para isso, serão utilizadas publicações feitas no Instagram de quatro parlamentares de oposição: Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Marco Feliciano e Eduardo Girão.

Flávio Bolsonaro é senador pelo Rio de Janeiro desde 2019, filiado ao PL, advogado e empresário; foi deputado estadual de 2003 a 2019 e é o filho mais velho de Jair Bolsonaro — frequentemente identificado na imprensa como o “01”. Sua trajetória política está organicamente ligada ao bolsonarismo: atua como um de seus principais porta-vozes, ocupa posições estratégicas no Congresso e pauta agendas alinhadas ao campo do pai.

Jorge Seif Júnior é empresário do setor pesqueiro, formado em Administração e Marketing e, em 2022, elegeu-se senador por Santa Catarina pelo PL, com 39,79% dos votos.

Sua trajetória política se consolidou ao lado do bolsonarismo, sendo nomeado como Secretário Nacional de Aquicultura e Pesca no governo de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022 (Senado, 2022) e ganhando projeção a partir daí, ao ponto de ser chamado de “06” por Bolsonaro (Globo, 2024). No Congresso, Seif integra a "tropa de choque" da oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na CPMI do 8 de Janeiro, destacou-se como um dos mais atuantes defensores do ex-presidente (UOL, 2024).

Marco Feliciano é pastor da Assembleia de Deus e deputado federal por São Paulo, em exercício desde 2011; ganhou projeção nacional ao presidir, em 2013, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, num mandato marcado por controvérsia e protestos por suas posições conservadoras (Câmara, 2013). Próximo do bolsonarismo, mantém atuação e retórica alinhadas ao ex-presidente: escreve colunas defendendo Bolsonaro e denunciando suposta perseguição (Feliciano, 2025), participou de atos na Avenida Paulista e reiterou apoio à anistia aos investigados e condenados pelos 8 de Janeiro.

Eduardo Girão é senador pelo Ceará desde 2019; empresário dos ramos de hotelaria, segurança privada e audiovisual, filiado atualmente ao Novo. Na atuação recente, adotou pautas caras ao conservadorismo (Senado, 2025). Sua proximidade com o bolsonarismo aparece em declarações e agendas: defende anistia a investigados pelos atos de 8 de janeiro, critica o STF e associou denúncias contra Jair Bolsonaro a uma narrativa manipulada (Senado, 2025).

O Instagram foi escolhido como rede a ser estudada tanto por sua importância para o cenário político brasileiro, quanto por aspectos práticos para a realização da pesquisa. No primeiro caso, vale destacar que, mesmo incluindo WhatsApp e X, o Instagram é apontado por 82% dos congressistas brasileiros como uma de suas fontes de informação sobre o noticiário político, sendo que 90% indicaram a rede como importante ou muito importante para se manter informado (IPRI, 2024). Da parte prática, trata-se de uma rede que permite publicações de imagem, vídeo e texto e que a interface de programação ainda permitia a obtenção dos arquivos da postagem, algo importante para a metodologia.

O recorte temporal adotado toma a CPMI dos Atos Antidemocráticos como período estratégico, uma vez que, ao longo das oitivas e interrogatórios, os parlamentares envolvidos tendiam a publicar em suas redes sociais aquilo que consideravam seus melhores argumentos sobre o 8 de janeiro, oferecendo, assim, um conjunto concentrado e publicamente disponível de narrativas para análise. Para a coleta de dados, consideraram-se as publicações que foram feitas sobre o 8 de janeiro no dia e no dia seguinte de cada reunião da comissão.

A metodologia empregada será a Análise Crítica da Narrativa proposta por Motta (2013), que busca revelar as intenções retóricas dos autores a partir dos elementos que estruturam a narrativa. Inicialmente, será realizada uma “reconstrução da narrativa”: como o *corpus* é composto por numerosas publicações, será necessário identificar os blocos que constroem a história e organizá-los de modo a formar um enredo coerente. Em seguida, serão destacados os elementos narrativos mencionados anteriormente neste capítulo, de modo a verificar como eles sustentam o “projeto dramático” dos autores, isto é, como os recursos narrativos são utilizados de forma retórica. Por fim, esses usos da narrativa serão confrontados com as características da pós-verdade e da desinformação, permitindo chegar às conclusões analíticas da pesquisa.

O trabalho abaixo apresenta dois capítulos teóricos, um metodológico, um de apresentação dos resultados, um de análise e as conclusões. O primeiro capítulo teórico trata da desinformação ao longo do tempo, das mudanças drásticas que as facilidades técnicas e as redes sociais em mídias digitais trouxeram para esse fenômeno, da forma como os algoritmos se alimentam das mesmas emoções que a desinformação e de como o contexto social da pós-verdade fragiliza a coesão social e amplifica os efeitos da desinformação. Aqui são mobilizados, principalmente, Waisbord (2018); Freelon e Wells (2020); Wardle e Derakhshan (2017); Ribeiro, Mendes e Alzamora (2022); Cesarino (2021); Loveless (2021); e Van Zoonen (2012). Ao final do capítulo, é apresentada uma discussão sobre a definição de desinformação para ser usada na pesquisa, estruturada a partir da discussão entre Seixas (2019), Hameleers (2023), Oliveira (2020), Sør (2019) e Rietjens (2019).

O segundo capítulo teórico lida com a teoria narrativa da cognição. Estruturado a partir dos conceitos de Fischer (1987), o capítulo aborda a centralidade da narrativa nas sociedades, quais podem ser as implicações disso na nossa – ou pelo menos na minha – forma de compreender o mundo e o que isso abre de possibilidades para o estudo da desinformação. Além de Fischer, compõem a discussão principalmente Barthes (1976), Propp (2001), Gottschall (2012), Motta (2013), Gancho (2010) e Girardet (1987).

O capítulo metodológico irá detalhar primeiro o processo de coleta de dados. Isso inclui a delimitação das publicações que fazem parte do recorte; como essas foram extraídas do instagram e como foram decupadas e tabeladas para auxiliar na análise. Em seguida, o enfoque será na explicação de como os dados extraídos das publicações são transformados nas narrativas, seguindo o processo metodológico de Motta (2013) de Análise Crítica da Narrativa e, por fim, serão apresentadas as categorias analíticas de desinformação e pós-verdade.

Visando a organização das ideias, após a etapa metodológica, as narrativas construídas serão apresentadas no capítulo de Resultados, junto das análises feitas sobre esses elementos, com o objetivo de apresentar as intenções argumentativas do narrador. Em seguida no capítulo de Análise propriamente dito, essas intenções argumentativas serão avaliadas a partir da perspectiva da desinformação e da pós-verdade. Por fim, o capítulo de conclusão trará as perspectivas sobre o desenvolvimento e conclusão da pesquisa, apresentando os principais achados e as possibilidades de estudos futuros.

2 DESINFORMAÇÃO E PÓS-VERDADE: CONCEITOS CENTRAIS DO ESTUDO

Desde 2016, com a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos e o sucesso da campanha pelo Brexit¹² no Reino Unido, os termos fake news, desinformação e pós-verdade passaram a fazer parte do debate público. No Brasil, esses conceitos ganharam destaque a partir da disputa eleitoral de 2018 — junto de uma inesquecível denúncia sobre mamadeiras. Contudo, nem Bolsonaro nem Trump podem reivindicar para si o título de "Pai da Mentira na Política", já que esse é um fenômeno muito mais antigo.

Arendt, Waisbord e Fallis estão entre os muitos autores que reconhecem o histórico entrelaçamento entre enganação e política. Como observa Arendt (2016, p. 227), “jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade”. Waisbord reforça essa perspectiva ao afirmar que:

Qualquer pessoa com boa memória ou um conhecimento mínimo de história moderna pode facilmente citar inúmeros episódios de manipulação descarada dos fatos e manobras elaboradas de engano para promover poder político e econômico em qualquer lugar do mundo. (2018, p. 20)

Dois exemplos históricos ilustram essa constatação. Em 2002, o então vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney, promoveu a invasão do Iraque afirmando que “não há dúvida de que Saddam Hussein agora possui armas de destruição em massa” (George W Bush Presidential Library, [S.D.]), apesar da ausência de provas concretas e das evidências posteriores de que tais armas nunca existiram. Já no Brasil, em 1937, o chamado Plano Cohen — um documento falsificado que detalhava um suposto plano comunista de tomada do poder — foi utilizado como justificativa para a instauração da ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas (CNN, 2025).

Como afirma Fallis, “desinformação não é nada novo, é claro. Documentos forjados, fotografias adulteradas, propagandas enganosas, mapas deliberadamente falseados, e propaganda governamental existem há anos” (2015, p. 2). “Há séculos” ainda seria uma medida conservadora.

Não se pode, entretanto, comparar o impacto das mentiras registradas em papiros, pergaminhos ou mesmo veiculadas pelo rádio e por e-mails com o alcance da desinformação promovida pelas mídias digitais nas redes sociais; “a era digital mudou como essas

1

² Abreviação de Britain Exit, apelido pelo qual ficou conhecida a campanha de separação do Reino Unido da União Europeia

mensagens são criadas, circuladas e interpretadas, bem como seus potenciais efeitos” (Freelon; Wells, 2020, p. 145).

Embora o impacto histórico de boatos e conteúdos fabricados esteja bem documentado, argumentamos que a tecnologia social contemporânea nos faz testemunhar algo novo: a poluição informacional em escala global; uma teia complexa de motivações para criar, disseminar e consumir essas mensagens ‘poluídas’; uma infinidade de tipos de conteúdo e técnicas de amplificação; inúmeras plataformas que hospedam e reproduzem esse conteúdo; e uma velocidade vertiginosa de comunicação entre pessoas consideradas confiáveis. (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 4)

Essa capacidade de propagação em escala global e com velocidade vertiginosa pode ser atestada pela teoria do QAnon – a teoria da conspiração em que Trump seria o responsável por uma campanha secreta contra uma rede de tráfico sexual infantil liderada por pedófilos, canibais e satanistas, ligados ao estado profundo (Associated Press, 2020) – que encontrou seguidores em diferentes partes do mundo (O Globo, 2021). Esse fenômeno não é totalmente novo, como demonstra Girardet (1987) ao tratar do mito da conspiração judaica, mas agora ocorre em um intervalo de tempo dezenas de vezes mais curto, graças à atuação das redes sociais na disseminação da desinformação (Holoyda, 2022).

Quando comparamos o QAnon aos casos das armas de destruição em massa e do Plano Cohen, outra diferença significativa se revela. Como observa Waisbord (2018), as grandes operações de desinformação do passado eram orquestradas por atores com grande poder político e econômico, que concentravam recursos informacionais. Já no caso do QAnon, sua propagação se deu a partir de fóruns gratuitos na internet. Mesmo que se possa eventualmente apontar o apoio de agentes estatais ou atores com grande poder econômico, sua forma de comunicar não exigiria isso, pois, como apontam Ribeiro, Mendes e Alzamora, a desinformação agora é “um processo comunicacional em rede, com produção difusa, distribuição multiplataforma e expansão oblíqua, efetuada pela ação social impulsionada por algoritmos em conexões digitais” (2022, p. 2).

O que a definição dos autores coloca em evidência é a relação da desinformação com as redes sociais e o papel dos algoritmos nesse processo. Redes sociais são plataformas de distribuição e consumo de conteúdo baseadas no processamento algorítmico de dados (Poell, Nieborg; Van Dijck, 2019). Algoritmos são conjuntos de regras que determinam a execução de uma atividade; no caso das redes sociais, essas regras definem quais conteúdos são exibidos para quais usuários, moldando diretamente os fluxos informacionais que circulam nessas plataformas. Devido aos seus modelos de negócio (baseados em venda de anúncios), essas plataformas têm interesse em manter os usuários conectados pelo maior tempo possível

(Aggio, 2021). Por isso, é natural que os critérios de distribuição de conteúdo favoreçam os interesses previamente demonstrados por esses usuários, seja por conteúdos inofensivos, como vídeos de cachorros brincando, seja por conteúdos de antissemitismo, o que possibilita o impulsionamento de desinformação que condiz com esses interesses ou valores individuais.

Além disso, como apontam Wardle e Derakhshan (2017), as redes sociais são projetadas para estimular o compartilhamento de conteúdos que acionam gatilhos emocionais: “toda vez que um usuário posta conteúdo – e é curtido, comentado ou compartilhado – seu cérebro solta um pouquinho de dopamina” (Wardle; Derakhshan 2017, p. 13). Esse mesmo mecanismo é explorado por conteúdos desinformativos, que apelam às emoções para se espalharem com mais facilidade (Loveless, 2021), de forma que o cenário atual da desinformação está intrinsecamente ligado ao funcionamento das redes sociais, já que ambos se alimentam das mesmas dinâmicas de estímulo emocional (Freelon; Wells, 2020).

Outro viés que favorece o processo de desinformação — e que perpassa toda esta pesquisa — é o fato de que a comunicação cumpre uma função social de projetar e reforçar identidades pessoais, ultrapassando a simples transmissão de informação. “Na sociedade da informação, a comunicação se torna primariamente estratégica e baseada nas identidades” (Marshall, 2017, p. 19); “Esse aspecto performativo de como as pessoas usam as redes sociais é fundamental para entender como a mis- e a desinformação se espalham” (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 13). Em outras palavras, os indivíduos consomem e produzem informação — ou seja, comunicam-se — não apenas com o intuito de informar, mas, sobretudo, para afirmar uma identidade dentro de um grupo social.

Um exemplo desse fenômeno pode ser observado nas práticas de compartilhamento de memes, como o “Como isso afeta o Grêmio?”, que ganhou popularidade em 2021. Usado em comentários de redes sociais, ele expressava desinteresse por qualquer fato noticiado que não dissesse respeito ao time gaúcho — não como argumento racional, mas como um marcador identitário, capaz de sinalizar alinhamento com um grupo e provocar reações.

É justamente por esse vínculo entre informação e identidade que a transmissão da desinformação tende a ser oblíqua — aqui retomando o conceito de Ribeiro, Mendes e Alzamora (2022). A partir da lógica algorítmica de distribuição de conteúdo, mensagens falsas ou enganosas podem circular profundamente dentro de comunidades ideologicamente alinhadas, enquanto são rejeitadas — ou sequer alcançam — grupos com valores opostos.

Marshall chama essas comunidades de grupos de informação e afirma que eles criam enquadramentos para facilitar a compreensão de um dado qualquer, mas também “tornam a precisão da informação algo secundário em relação às dinâmicas de grupo e de identidade”

(2017, p. 8). Essa perspectiva é reforçada por Freelon e Wells (2020), que apontam como as notícias compartilhadas dentro dos grupos carregam, além da informação, o peso social que aquele grupo exerce, sendo melhor aceitas pela própria comunidade do que notícias de fora, da grande mídia, por exemplo – tornando ainda mais saliente o papel das redes sociais nessa nova desinformação.

É preciso considerar também o impacto das mídias digitais, que permitem a criação e edição de textos, imagens e vídeos mesmo sem conhecimento técnico especializado. Aliada à possibilidade de divulgação irrestrita desses conteúdos na internet, essa facilidade técnica contribui para a multiplicação de vozes que buscam expressar versões pessoais da realidade — versões que, muitas vezes, refletem mais a identidade de quem as produz do que um compromisso com a factualidade (Van Zoonen, 2012). “A internet é um grande multiplicador que não apenas oferece acesso fácil a todos que querem expressar sua verdade, mas também possibilita conexões mais rápidas entre essas verdades” (Van Zoonen, 2012, p. 64).

É nesse cenário que as instituições historicamente responsáveis pela filtragem da informação – como os conglomerados de mídia e a ciência – perdem essa prerrogativa. Em seu lugar, a lógica da identificação e da afinidade nas redes sociais passa a moldar não apenas a realidade percebida, mas também as opiniões políticas do cidadão (Waisbord, 2018; Hameleers; Schmuck, 2017). Esse deslocamento de autoridade contribui diretamente para o ambiente da chamada pós-verdade, um fenômeno caracterizado por crises epistêmicas, institucionais, políticas e familiares, no qual a nova desinformação atua simultaneamente como combustível e produto.

Aggio explora essa perspectiva de um ciclo vicioso da desinformação ao afirmar que “a desinformação não atua somente para reforçar crenças já estabelecidas, mas também pode estimular conclusões equivocadas, que não encontram correspondência com os fatos” (2021, p. 94). Essas novas crenças, afirma o autor, são fruto de argumentos que imitam uma racionalidade, mas que, na verdade, são motivados por inclinações pessoais.

Contudo, à medida que o cidadão se afasta da razão como elemento central na construção da realidade, ele também se distancia do que Cesarino (2021) chama de “sistema de peritos”. Os peritos, como o nome sugere, são figuras de autoridade na sociedade: políticos, representantes institucionais, cientistas, entre outros. De acordo com a autora, sua função seria a de produzir ordem nas sociedades por meio da confiança neles depositada:

Diferentes realidades parecem proliferar em um contexto de desorganização epistêmica profunda, na qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam de gozar da confiança social e da credibilidade

que antes detinham, tendo, portanto, sua capacidade neguentrópica significativamente reduzida. (Cesarino, 2021, p. 77)

O termo “neguentropia” refere-se à força contrária à entropia — entendida aqui como a tendência de um sistema à desordem. Em outras palavras, o sistema de peritos teria como papel conter a desorganização social, atuando como uma força estabilizadora a partir de sua autoridade e credibilidade. A perda de confiança nesse sistema, portanto, implica o enfraquecimento dessa capacidade de ordenação e o consequente aumento da “entropia” social, o que, naturalmente, resultaria em maior insegurança quanto ao que é real.

Acontece, contudo, que nossos vieses cognitivos não nos permitem conviver com a insegurança quanto ao que é real. Em vez disso, há uma tendência a substituir essa referência de um sistema social mais amplo — tradicionalmente responsável por balizar o que entendemos por verdade — por aquilo que Van Zoonen (2012) chama de “eu-pistemologia”: uma construção da realidade centrada apenas no que o indivíduo acredita. Essa perspectiva é reforçada por Seixas, que destaca o papel das identidades no processo de validação da informação. Segundo o autor, há um desinteresse crescente pela verificação dos fatos, “porquanto mais vale a manutenção das convicções e das identidades do que um verificacionismo a todo custo” (Seixas, 2019, p. 4). E mesmo que essas crenças não correspondam aos fatos, elas causam uma sensação de conforto cognitivo (Ribeiro; Mendes; Alzamora, 2023).

Dois são os principais efeitos do processo de interiorização da verdade característico da pós-verdade: o enfraquecimento da coesão social e o aprofundamento da polarização. O primeiro está relacionado ao colapso do regime de verdade social compartilhada, que historicamente conferia estabilidade ao debate público. De acordo com Waisbord (2018), a pós-verdade marca o colapso do anseio por um regime unificador da verdade no Ocidente. Essa ruptura está diretamente ligada, segundo Bennett e Livingston (2018), à erosão da confiança nas instituições democráticas — processo agravado pela baixa representatividade eleitoral e que torna os países mais vulneráveis à desinformação estratégica, tanto de atores internos quanto externos. Nesse contexto, a desinformação assume um papel central como ferramenta de disputa política. Para Loveless (2021), trata-se de uma arma de natureza emocional, que mobiliza afetos em vez de argumentos. Já Oliveira e Leitão (2022) destacam que esse arsenal inclui teorias da conspiração e a instrumentalização do discurso científico.

Um exemplo marcante desse uso estratégico da desinformação foi a infodemia vivida durante a pandemia de Covid-19. No Brasil, a defesa insistente da cloroquina, mesmo após a comprovação de sua ineficácia, serviu como tática para banalizar a gravidade da crise

sanitária e evitar medidas impopulares, como o fechamento do comércio. Paralelamente, circularam teorias da conspiração sobre supostas “covas vazias” abertas para simular um número inflado de mortos — uma tentativa de acusar a imprensa e a ciência de exagerar deliberadamente a dimensão da pandemia. Também foram amplamente divulgados artigos científicos de baixa credibilidade, muitos publicados em revistas predatórias, com o objetivo de contestar o consenso científico e sustentar narrativas negacionistas.

Esse mesmo contexto permite identificar uma diferença crucial entre o sistema de peritos e a lógica da pós-verdade. No sistema de peritos, a ideia de uma verdade comum e exterior ao indivíduo era sustentada pela credibilidade institucional atribuída a certos grupos, como jornalistas e cientistas, independentemente da figura individual. A autoridade residia na posição que ocupavam dentro de estruturas reconhecidas como legítimas. Já na pós-verdade, a credibilidade não decorre mais da institucionalidade, mas da afinidade com as crenças pessoais de cada indivíduo. Ainda se reconhece autoridade em certos jornalistas ou cientistas, mas essa autoridade é seletiva: ela é concedida com base na adesão prévia às ideias que o público já valoriza. Trata-se, portanto, de uma inversão — a confiança não se dirige mais ao sistema, mas a figuras específicas que confirmam visões de mundo já estabelecidas.

Um segundo efeito da interiorização da verdade na era da pós-verdade é o aprofundamento da polarização. Se a comunicação contemporânea serve não apenas para transmitir informações, mas também para afirmar identidades, então, quando os fatos se tornam secundários em relação ao que os indivíduos acreditam ser verdade (Loveless 2021), o aspecto identitário da comunicação tende a se sobrepor à dimensão racional. Como observa Seixas (2019), esse deslocamento tem implicações profundas:

Renunciar a uma verdade é, destarte, renunciar a si mesmo, à sua identidade, às suas formas de vida e existência no mundo. Nesse sentido, há no sujeito o desejo por determinada verdade, não pela verificação da relação de factualidade de uma determinada informação ou fato, mas antes por dizer respeito às mesmas crenças e, portanto, comungar dos mesmos valores, o que deflagraria uma racionalidade axiológica como princípio da formação das opiniões políticas em detrimento de quaisquer outras razões. (Seixas, 2019, p. 16)

Nesse cenário, manter uma identidade pessoal, preservar a coesão dentro do grupo e, sobretudo, definir os limites que separam “nós” dos “outros” torna-se mais importante do que buscar a razoabilidade ou o consenso (Marshall, 2017); ou, como aponta Seixas, cria-se uma repulsa ao discurso ideologicamente contrário.

Na medida em que o sujeito ama os seus próprios valores e, conseqüentemente, odeia os valores contrários, estabelece-se a tendência de

acreditar, sem maiores sacrifícios e esforços intelectuais e reflexivos, em todo discurso no qual se vislumbrem os mesmos valores subjacentes. De maneira inversa, há, imediatamente, a tendência ao movimento da repulsa ou rejeição ao discurso ideologicamente contrário, justamente por não haver aí compartilhamento de valores. (2019, p. 15)

Em síntese, a pós-verdade não se caracteriza apenas pela desvalorização dos fatos, mas por uma reorganização mais profunda do modo como a verdade é construída socialmente. A verdade, agora interiorizada, passa a ser um reflexo da identidade individual ou de grupos menores, o que enfraquece o espaço comum de diálogo democrático para a sociedade como um todo. Nesse cenário, a desinformação não é só um desvio ou um ruído, e, sim, um recurso para a manipulação política.

Contudo, existem contrapontos a essas perspectivas. Em primeiro lugar, não se pode afirmar que os sujeitos do passado ou do presente são totalmente manipuláveis pela desinformação e inertes diante dela. O amplo trabalho de Kyriakidou et al. (2023) demonstra como as pessoas encaram a desinformação como parte do cotidiano no consumo de notícias e nos discursos políticos e que, por consequência, foram capazes de desenvolver o que os autores chamam de “ceticismo pragmático”, uma visão crítica sobre as fontes e sobre a realidade da produção jornalística, reconhecendo tanto seus interesses econômicos quanto suas limitações práticas.

Também é preciso considerar os problemas de uma institucionalização da verdade. Uma verdade institucional seria invariavelmente ligada a algum tipo de poder hegemônico e não faltam exemplos históricos sobre a importância de ficar atento ao homem escondido atrás da cortina. Ainda que a pós-verdade seja apontada por Waisbord (2018) como o colapso de um anseio por uma realidade unificadora, o próprio autor reconhece que esse ideal jamais se concretizou plenamente e que a verdade sempre foi objeto de disputa. A diferença é que os questionamentos contemporâneos às narrativas oficiais, problematizados no debate sobre a pós-verdade, pouco se assemelham àqueles que, por exemplo, confrontaram o geocentrismo com o heliocentrismo – muito pelo contrário, inclusive.

O que é diferente agora é a dificuldade, senão a impossibilidade, de sustentar afirmações racionais, baseadas em fatos e na ciência sobre a realidade como categoricamente verdadeiras e dominantes, em um tempo em que qualquer alegação sobre a verdade e a realidade pode se tornar pública, alcançar grandes audiências e receber ampla atenção na internet (Waisbord, 2018, p. 20)

O que se extrai disso é que a desinformação deve ser observada para além dos seus fragmentos — como as mentiras de políticos ou as fake news que circulam nas redes sociais

— e compreendida como um fenômeno mais amplo, sintoma e catalisador das crises epistêmicas, institucionais e políticas que caracterizam a pós-verdade.

Contudo, esses fenômenos não se encerram em si mesmos. O estudo da desinformação e da pós-verdade não se justificam por um anseio cartesiano de se distinguir o que é verdadeiro do que é falso. Estes são problemas com consequências reais e que se estendem para diferentes dimensões da vida social.

Como observa Loveless (2021):

a inundação do espaço público com todo tipo de 'notícia' enganosa provoca um desgaste emocional no consumidor, que passa não apenas a questionar cada história — verdadeira ou falsa —, mas também a considerar desistir da tarefa, cada vez mais difícil, de diferenciar o que é real do que é falso. (2021, p. 6)

Esse desgaste cognitivo e emocional tem efeitos concretos. A infodemia, por exemplo, foi descrita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma superabundância de informações que dificulta o acesso a fontes confiáveis e, em última instância, coloca vidas em risco (Oliveira; Leitão, 2022). Também pode levar à perda de confiança em instituições e investigações oficiais, como no caso da queda do voo da Malaysia Airlines, marcada por uma proliferação de teorias conspiratórias (Rietjens, 2019). Contudo, é na esfera política que o tema ganhou especial saliência, principalmente nos aspectos da polarização e da violência política – como o assunto desta dissertação deixa claro.

Em termos de mobilização, o dia 8 de janeiro de 2023 representa o episódio mais emblemático da polarização na história recente do Brasil, além de um dos momentos mais graves de violência política no país. Os Estados Unidos viveram episódios semelhantes, como a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021 e, antes disso, as manifestações em Charlottesville, em agosto de 2017, motivadas pela retirada da estátua de um general confederado. Em todos esses eventos, a desinformação exerceu papel central, insuflando tensões, acirrando divisões e contribuindo para a escalada da violência.

Seixas (2019) oferece uma explicação para esse fenômeno a partir do estudo da Retórica. Em primeiro lugar, “no discurso da pós-verdade (...) o ethos é a própria instituição das distâncias. Não há interesse dos sujeitos em estabelecer aproximações com o que é divergente” (Seixas, 2019, p. 11). O ethos, que tradicionalmente se refere à construção da credibilidade do orador diante de um público amplo, na pós-verdade é direcionado a um grupo específico, com o objetivo de estreitar vínculos internos e demarca fronteiras, sinalizando quem está “dentro” e quem está “fora”, tornando-se uma ferramenta de exclusão e separação.

Além disso, segundo o autor, os discursos da pós-verdade são marcados por um pathos inflado (Seixas, 2019). O pathos diz respeito ao apelo emocional do discurso, que, nesse contexto, é intensificado por meio da mobilização de sentimentos como medo, raiva, indignação ou orgulho, em detrimento da racionalidade argumentativa. Trata-se, portanto, de uma retórica que atua mais sobre os afetos do que sobre os fatos, contribuindo diretamente para a radicalização do debate público.

Esse uso da desinformação também é explorado por Gjörv e Jalonen (2023). Segundo os autores – que trabalham a desinformação como uma ferramenta de guerra híbrida entre nações –, a desinformação mira nas emoções negativas como ódio, nojo, raiva e medo; e busca exacerbar divisões sociais contra marcadores identitários como gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual e idade (Gjörv; Jalonen, 2023).

As identidades podem, portanto, ser manipuladas e atacadas por meio do uso da desinformação para intensificar uma moldura orientada pela ameaça, na qual uma identidade — ou a combinação de várias — é percebida como estando em conflito com outra. (Gjörv; Jalonen, 2023, p. 5)

Hameleers e Minihold (2022), Hameleers e Schmuck (2017), Cervi e Carrillo-Andrade (2019) e Waisbord (2018) também apontam como o uso de desinformação para criar divisões sociais é central para políticos populistas.

De acordo com Hameleers e Minihold (2022), o populismo cultiva uma visão binária da sociedade por meio da atribuição de culpa pelos problemas sociais. Segundo Hameleers e Schmuck (2017), essa culpa é frequentemente direcionada a grupos minoritários, como imigrantes, ou a atores identificados como parte de uma elite conspiratória, como o establishment político. O objetivo mais direto dessa estratégia é construir uma narrativa de rivalidade, na qual disputas de sentido criam uma nova realidade por contraste (Cervi; Carrillo-Andrade, 2019).

O populismo rejeita a política baseada na deliberação e na busca pela verdade; ele prospera com o aprofundamento das fissuras na comunicação pública e na sociedade. Apela a políticas identitárias que sustentam convicções indiferentes à verdade enquanto bem comum (Waisbord, 2018, p. 30).

Episódios relacionados às enchentes de julho de 2025 no Texas demonstram claramente esses padrões de polarização e violência. Após o início do desastre, teorias conspiratórias começaram a circular nas redes sociais, alegando que se tratava de manipulação climática. Essa narrativa foi impulsionada por influenciadores, grupos extremistas e parlamentares de extrema direita. De acordo com artigo publicado na Wired (2025), pouco

depois do grupo Veterans on Patrol incentivar ataques, um homem vandalizou um radar meteorológico da emissora News 9 e representantes de empresas de *cloud seeding*³ passaram a receber ameaças de morte. A disseminação de desinformação gerou pânico, hostilidade e mobilização violenta. Além disso, uma congressista da Geórgia propôs criminalizar práticas de modificação climática, mesmo que esse tipo de tecnologia não tenha capacidade de causar enchentes da magnitude vista no Texas.

Ao criar uma narrativa de guerra contra um inimigo invisível — supostos agentes estatais, cientistas ou empresas que manipulam o clima — os disseminadores desse conteúdo constroem um cenário binário de heróis e traidores. Com isso, fomentam sentimentos de medo, raiva e desconfiança, que se traduzem em ações concretas: ataques a infraestruturas, ameaças a indivíduos e propostas legislativas baseadas em falsidades.

E existe uma explicação científica para que os exemplos deste capítulo sejam todos de políticos de extrema direita. Embora políticos de esquerda sejam plenamente capazes de produzir desinformação (Van Zoonen, 2012) – como demonstram os ataques feitos pelo deputado André Janones nas redes sociais durante a campanha eleitoral de 2022 (O Globo, 2023) – Törnberg e Chueri (2025), em estudo que analisou 32 milhões de tweets de 26 países, apontam que nem a presença isolada de elementos discursivos populistas, nem a adesão a valores ideológicos de esquerda ou de direita são, por si só, indicativos de uma associação clara com a disseminação de informações falsas. “Apenas quando combinado com a ideologia de direita é que o populismo se associa de forma significativa à disseminação de desinformação” (Törnberg; Chueri, 2025, p. 14).

Diante disso, percebe-se que os fenômenos da desinformação e da pós-verdade envolvem estratégias discursivas complexas, capazes de explorar emoções, crenças e identidades, gerando impactos profundos nas dinâmicas sociais. Contudo, embora diversos exemplos possam ilustrar suas consequências, definir com precisão os contornos teóricos da desinformação permanece um desafio e um debate aberto no campo da Comunicação.

Em 2017, Wardle e Derakhshan propuseram uma distinção entre misinformação, desinformação e malinformação, com base no cruzamento entre a veracidade da informação (verdadeira ou falsa) e a intenção de enganar ou causar dano. Nessa tipologia, a desinformação corresponde à informação falsa criada deliberadamente com o objetivo de enganar ou prejudicar e misinformation à informação falsa divulgada sem o objetivo deliberado de causar dano.

³ Técnica que estimula a chuva

Um ano depois, Bennett e Livingston (2018) suavizam a dualidade entre verdade e mentira adotando a definição de desinformação como uma informação manipulada ou imprecisa, mas reforçam a perspectiva de ser algo intencional.

Na pesquisa de Kiryakidou et al. (2023), a desinformação é definida a partir de grupos focais com eleitores do Reino Unido e dos Estados Unidos. Os autores observam que, para os participantes, o conceito de desinformação frequentemente ia além do termo “fake news”, abrangendo também conteúdos tendenciosos ou distorcidos, produzidos tanto por jornalistas quanto por políticos. Nesses debates, ficou evidente ainda a preocupação dos participantes em distinguir a disseminação intencional da não intencional desses conteúdos.

Outros estudos, como apontam Oliveira e Leitão (2022), buscam caracterizar a desinformação com base em elementos discursivos específicos, destacando aspectos recorrentes como manchetes sensacionalistas e ausência de fontes verificáveis, frequentemente observados nesses conteúdos.

Contudo, novos conceitos, mais robustos, buscam expandir a definição para algo menos funcionalista. Primeiro – por mais contraintuitivo que soe – tirando de foco a oposição entre verdade e mentira. A importância desse movimento fica especialmente clara na argumentação de Søre (2021), que propõe uma definição de desinformação centrada não no valor de verdade do conteúdo, mas em dois critérios: seu potencial de enganar e a intenção de causar engano.

Søre (2021) afirma que a “Informação” – termo abrangente para todo tipo de informação – se divide em duas categorias: informação natural e informação não-natural. A informação natural seria aquela que não sofre nenhuma manipulação de qualquer agente, são as informações que advêm de ocorrências naturais no mundo ou informações sobre o estado das coisas. Já a informação não-natural é dependente do agente e, portanto, trata de representações e interpretações do mundo.

Não há, como se pode perceber, nenhum julgamento de valor sobre a verdade em relação à informação natural ou não-natural. Elas indicam tão somente a presença ou não da manipulação da informação por um agente (e o termo manipulação aqui também não carrega nenhum peso negativo).

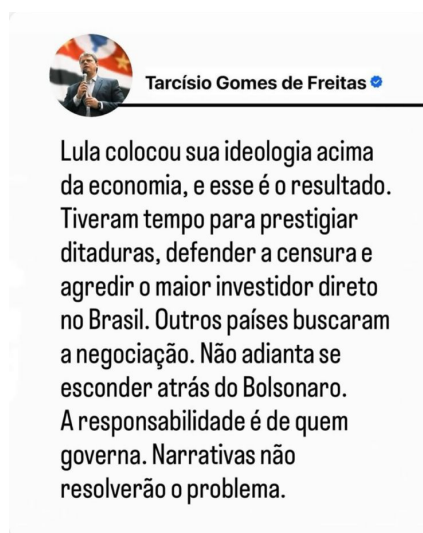
Como estamos discutindo desinformação (e desinformação política principalmente), estamos, sem dúvida, no reino da informação não-natural, a qual a autora (Søre, 2021) subdivide em três tipos, a partir da intenção dos agentes e do efeito das mesmas. Informação (agora, um termo não abrangente) é aquela que não engana e cuja intenção é não enganar;

Misinformação é aquela que engana, ainda que sem intenção; Desinformação é aquela que engana e tem intenção de enganar.

Assim, o que vemos mais uma vez é que essas definições não consideram a veracidade do conteúdo como aspecto determinante para a desinformação, e, sim, a intenção do agente e o efeito alcançado. Um conteúdo verdadeiro pode informar ou desinformar, assim como um conteúdo falso. Uma sátira, por exemplo, é um conteúdo falso que tem intenção e efeito de não enganar, portanto uma informação. Uma verdade descontextualizada, por outro lado, é um conteúdo real, mas cuja intenção é enganar e, portanto, desinformativa.

Seixas (2019), Rietjens (2019) e Hameleers (2023) também defendem esse afastamento do conceito de desinformação da ideia de verdade ou mentira puramente, mas acrescentam perspectivas próprias para isso. Para Seixas (2019) – como já foi dito anteriormente — o foco é retórico e, portanto, a desinformação está no impacto emocional e na ressonância com convicções pré-existentes no público. A desinformação, nesse sentido, não depende de conteúdos falsos, mas de estratégias discursivas que operam sobre valores e afetos, produzindo uma persuasão que frequentemente se sobrepõe à percepção dos fatos e da realidade objetiva.

Figura 1 - Tweet do governador de São Paulo Tarcísio de Freitas



Fonte: Instagram Tarcisiogdf⁴

Um exemplo recente desse tipo de desinformação seria a defesa que Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, fez da taxa de 50% imposta ao Brasil por Donald

⁴ Publicação retirada do perfil de Tarcísio no Instagram: <https://www.instagram.com/p/DL6L-3FsVFt/>

Trump. Em sua carta ao governo brasileiro, Trump declara que o primeiro motivo para sua decisão foi a forma com que o Supremo Tribunal Federal conduzia o julgamento de seu aliado Jair Messias Bolsonaro – um motivo claramente ideológico. Contudo, a defesa de Tarcísio tenta inverter esse argumento, apoiando-se em uma ideia que já ressoa com seu público: Lula está errado e parte de seu problema é a ideologia – diferente de um político “técnico”, como Tarcísio.

Rietjens (2019) não exclui a falsidade como elemento da desinformação, mas propõe uma abordagem mais ampla, inspirada no conceito de “engano” da psicologia, segundo a qual diferentes mecanismos podem ser usados para gerar esse efeito. Ele distingue duas estratégias principais: simulação e dissimulação. A simulação, baseada na criação de algo falso – retomando, portanto, a mentira, em certa medida –, pode assumir três formas: imitação, que copia aspectos da realidade para produzir conteúdos enganosos (como nas fake news); invenção, que apresenta uma realidade completamente fabricada (como nas teorias da conspiração); e distração, que introduz falsidades com o objetivo de desviar o foco de um problema real.

Já a dissimulação parte de elementos verdadeiros, mas os manipula para enganar. Neste grupo estão: o ocultamento, que suprime informações relevantes e invisibiliza partes da realidade; a reembalagem, que distorce dados reais ao apresentá-los de forma tendenciosa; e o ofuscamento, que consiste em sobrecarregar o público com excesso de informações verdadeiras para gerar confusão e dificultar a compreensão dos fatos.

Por fim, Hameleers (2023) reforça o papel das intenções e propõe uma análise da desinformação que considere o contexto e os agentes envolvidos, em vez de se concentrar apenas nos fragmentos de conteúdo. Para o autor, a desinformação é:

um ato deliberado e condicionado ao contexto, no qual os agentes enganam os destinatários de forma encoberta, por meio da descontextualização, manipulação ou fabricação de informações, com o objetivo de maximizar sua utilidade e com o resultado (intencional) de induzir os destinatários ao erro. (2023, p. 6)

Em outras palavras, a desinformação não dependeria de mentiras explícitas — ela pode se estruturar a partir da manipulação estratégica de informações verdadeiras. O que a caracteriza é sua intencionalidade: trata-se de uma ação calculada, orientada a induzir o receptor ao erro em benefício de quem a promove. Por isso, não se pode reconhecê-la apenas pelo conteúdo isolado (uma fake news, um vídeo de *deep fake*, um gráfico com eixos errados), mas, sim, pela análise do contexto e das motivações dos agentes envolvidos.

Contudo, Oliveira (2020) chama atenção para os riscos de se adotar uma definição de desinformação centrada na intencionalidade. Para ela, esse tipo de enquadramento pode abrir espaço para perseguições políticas, nas quais o acusado seria forçado a provar sua inocência diante de uma acusação baseada em uma suposta intenção previamente presumida. Em vez disso, a autora propõe compreender a desinformação como uma disputa de sentidos voltada a interesses específicos, inserida em uma dinâmica social e cultural mais ampla. A partir dessa perspectiva, o foco se desloca da relação entre emissor e receptor para os processos de circulação da informação. Como explica:

Entendemos aqui a desinformação derivada de práticas sociais – enquanto parte de um fenômeno cultural mais amplo – no qual os sentidos são disputados para interesses próprios. Examinar a dinâmica da circulação da desinformação e suas disputas de sentido permite um olhar mais próximo para entender como as pessoas produzem, encontram, interpretam, conformam e confrontam as informações e as consequências que essas práticas têm para a produção de conhecimento compartilhado. (Oliveira, 2020, p. 16)

A perspectiva de Oliveira aumenta consideravelmente a complexidade do conceito de desinformação, mas serve como uma crítica importante. Um exemplo de seu modelo de disputa de sentidos pode ser visto na condução do debate público sobre ciência durante e depois da pandemia. Não há dúvida de que o governo Bolsonaro adotou uma postura desinformativa ao promover tratamentos ineficazes e atacar vacinas e medidas sanitárias. Essa estratégia oportunizou à oposição se unir sob o estandarte da defesa da ciência. No entanto, como alerta Ortellado (2024), essa reação acabou por instrumentalizar a ciência, pois transformou estes argumentos em uma retórica dogmática e incontestável, caindo a própria oposição em um tipo de desinformação. Entre os exemplos do autor o mais marcante é sobre a flexibilização da quarentena nas escolas:

“O antibolsonarismo bloqueou no debate público a discussão sobre a flexibilização da quarentena nas escolas. Quem quer tenha defendido a volta às aulas das crianças durante a pandemia foi automaticamente ignorado, tachado de bolsonarista. Não apenas não pudemos discutir na ocasião, como segue um tabu político revisitar criticamente nossa política abrangente de aulas remotas durante a pandemia” (Ortellado, 2024).

Vale destacar que Hameleers (2023) também reconhece a importância do contexto na definição da desinformação. No entanto, sua abordagem difere da proposta de Oliveira (2020) em dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, Hameleers (2023) mantém-se ancorado em uma lógica comunicacional baseada na relação entre produtor e receptor. Em segundo,

embora defenda a análise contextual, essa se orienta sobretudo para a identificação da intencionalidade dos agentes envolvidos na produção da desinformação.

Todas estas definições podem ter aplicações produtivas para o avanço do campo, principalmente quando os resultados e conclusões forem considerados a partir das forças e fragilidades de cada conceito.

Para esta pesquisa, a desinformação é compreendida como uma prática comunicacional retórica cujo objetivo é convencer pelo engano. Ela utiliza da manipulação estratégica de conteúdos baseada em mecanismos emocionais, identitários e de divisão social, criando realidades alternativas. Sua análise exige a consideração da motivação dos agentes envolvidos.

Em contraste, como foi dito na parte inicial deste capítulo, a pós-verdade aqui é compreendida como um fenômeno de superestrutura social, ligado à crise da confiança em instituições, especialistas, imprensa, ciência e regimes compartilhados de verdade. Ela não é apenas a presença de mentiras no debate público, mas uma reorganização do modo como a verdade é construída socialmente.

São fenômenos de inegável relação complementar, mas os quais a distinção é importante para esta pesquisa na medida em que parte central da metodologia e da análise dos dados estão calcadas nos mecanismos de desinformar a partir de narrativas, mas também porquê os efeitos da desinformação discutida aqui – por estar no campo político – atuam diretamente no reforço dessa superestrutura da pós-verdade.

Já o que significa narrativa para esta pesquisa será melhor definido nos próximos capítulos. No entanto, os teóricos da desinformação frequentemente recorrem ao termo para destacar aspectos fundamentais do fenômeno. Um ponto comum entre essas abordagens é reconhecer o poder de persuasão das narrativas e seu papel como instrumento de coesão simbólica da realidade.

Na perspectiva desta pesquisa, a entrada das narrativas na equação da desinformação parte do reconhecimento de que estas fazem parte da forma com que compreendemos o mundo (Fischer, 1987). Wardle e Derakhshan (2017) compreendem que as informações e discursos compõem a trama que estrutura a maneira como compreendemos o mundo: “O consumo de notícias e informações pelas pessoas é, antes de tudo, uma forma de reafirmar sua afinidade com uma narrativa dramática maior sobre o mundo e seu lugar nele, e transcende fatos e números” (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 79) Por isso, narrativas tornam-se elementos fundamentais no modo como informações falsas ou enganosas são formuladas, disseminadas e aceitas pelos indivíduos.

Essa atratividade é ainda maior quando os conteúdos ressoam com vieses já existentes, mesmo que sejam menos precisos, como Marshall afirma: “informações simples, fáceis de lembrar, dramáticas e que apelam para conteúdos já aceitos tendem a se espalhar mais rapidamente entre grupos de informação” (2017, p. 11). Em outras palavras, a desinformação narrativamente eficaz sobrepõe-se à complexidade da verdade.

Além disso, Cervi e Carrillo-Andrade afirmam que:

narrativas emocionais são feitas para enrolar os fatos em histórias que se conectam com preocupações humanas comuns (...) mesmo quando os dados são enganosos, a história cumpriu sua missão ao guiar as pessoas sobre o que deveriam estar pensando e fazê-las repetir a informação que os políticos desejam transmitir. (2019, p. 145)

Nesse processo, a narrativa funciona como infraestrutura da desinformação, conferindo emoção aos fatos e guiando a atenção do público.

E mais do que simples molduras discursivas, essas narrativas têm efeitos concretos, já que, segundo Alves et al. (2022), há evidências de que elas impactam diretamente processos de mobilização e radicalização política.

Por isso a perspectiva de que a narrativa faz parte da estrutura da Desinformação pode tornar essa pesquisa mais frutífera, uma vez que essa abordagem destaca a necessidade de investigar não apenas os conteúdos enganosos em si, mas também as estratégias narrativas que organizam e dão sentido a esses conteúdos — revelando padrões por trás das mensagens.

Um dos modelos propostos neste sentido é da pirâmide da desinformação de Newman (2022), que estrutura o fenômeno em quatro camadas interligadas: campanhas, incidentes, narrativas e artefatos. No topo estão as campanhas, caracterizadas como ameaças persistentes e articuladas, frequentemente associadas a interesses de Estado ou grandes coalizões ideológicas. Essas campanhas se desdobram em incidentes, que são ações de curta duração voltadas a manipular emoções, crenças e comportamentos. Cada incidente se ancora em narrativas, entendidas como histórias organizadas com o objetivo de orientar a percepção e a ação dos públicos-alvo. Por fim, essas narrativas se constroem a partir de artefatos — vídeos, imagens, mensagens, perfis falsos — que compõem o nível visível e operacional da desinformação.

As narrativas, então, fazem parte do enquadramento da informação, como aponta Marshall (2017), e não apenas organizam os fatos, mas adicionam camadas de sentido que tornam a mensagem mais inteligível, emocionalmente ressonante e alinhada com as expectativas de certos grupos sociais.

Exemplos disso puderam ser vistos no contexto das eleições de 2022 no Brasil. Segundo Alves et al. (2022), as principais narrativas giravam em torno de um revisionismo histórico que idealizava o regime militar, apresentando os militares como únicos defensores da democracia diante de um sistema eleitoral supostamente corrompido por forças comunistas. Outras narrativas procuraram normalizar as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, rotulando-as como invenções da esquerda (Alves et al., 2022, p. 11). Simultaneamente, o então presidente Jair Bolsonaro utilizava uma retórica que associava Lula e o Partido dos Trabalhadores à corrupção moral, afirmando que, se eleito, o adversário fecharia igrejas, perseguiria cristãos e legalizaria práticas criminosas como a pedofilia, devido ao seu apoio a pautas LGBTQIAP+ (Alves et al., 2022, p. 13).

Portanto, compreender as narrativas como infraestrutura estratégica da desinformação permite ir além da análise superficial dos conteúdos falsos. Trata-se de acessar as camadas mais profundas da manipulação — aquelas onde os significados são construídos, os afetos mobilizados e as disputas de poder atualizadas. Na medida em que essas narrativas revelam padrões recorrentes e objetivos latentes, elas podem ajudar na identificação de atores e grupos que se beneficiam da desinformação, oferecendo caminhos mais eficazes para análise, regulação e enfrentamento do problema.

3 NARRATIVA: DE BASE TEÓRICA A PARÂMETRO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Desde as epopeias ancestrais até os posts nas redes sociais, passando pelas religiões, mitos políticos e teorias da conspiração, as histórias moldam nossa percepção da realidade, organizam nossas experiências e fundamentam nossas crenças (Fischer, 1987). Diante disso, especialmente em um cenário marcado por disputas simbólicas e desinformação, torna-se fundamental compreender seu papel como ferramenta cognitiva, social e política.

Barthes (1976), Fischer (1987), Gancho (2010), Gottschall (2012) e Motta (2013) todos pontuam, logo nas primeiras páginas de seus trabalhos, como o fenômeno da narrativa é indissociável da natureza humana. "O homem narra", diz Motta (2013, p. 17); "a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades", afirma Barthes (1976, p. 19); "Narrar é uma manifestação que acompanha o homem desde suas origens", completa Gancho (2010, p. 5). São afirmações poderosas, com as quais eu concordei imediatamente, ainda que os autores não estivessem apresentando algo que pudesse ser considerado como uma evidência histórica, arqueológica ou sociológica para tal.

Vejamos alguns exemplos mais drásticos: para Fischer (1987, p. 5): "humanos são contadores de história em sua essência"; e para Motta (2013, p. 17): "[Narrar é] uma prática humana universal, trans-histórica, pancultural". O que eles propõem, em suma, é que narrar poderia ser aquela característica especial que nos diferencia do restante do reino animal (nossa essência como humanos), acompanhando-nos desde os primórdios da humanidade, por todos os caminhos traçados por nossos ancestrais, e que continuará sendo assim até o fim. De novo, quando eu leio ou quando eu escrevo essas frases, elas me soam como a mais cristalina verdade, ainda que sejam afirmações grandes demais para qualquer prova.

É necessário então pensar em um paralelo dramaticamente contemporâneo: A Terra é redonda. Eu sei que a Terra é redonda porque essa era uma parte importante da estratégia quando jogava WAR com meus primos e porque, se não fosse redonda, toda a Corrida Espacial seria uma farsa, e eu – aficionado pelo tema – não estou disposto a considerar essa possibilidade.

Nenhuma dessas afirmações, entretanto, prova que a Terra seja redonda. Eu sei também que existe uma prova matemática perfeitamente acessível que demonstra que a Terra é redonda (e também dá uma boa estimativa de sua circunferência), mas, de novo, não sei reproduzi-la. Tudo que sei é que a prova existe; que astronautas e cosmonautas já viram a

curvatura da Terra; e que não posso deixar o Alaska desprotegido porque Vladivostok fica logo ao lado. E essas coisas são o suficiente para mim, mas não são o suficiente para todos.

A narrativa como perspectiva científica oferece um modelo capaz de explicar exatamente isso. Explicar tanto porque eu acredito que a Terra seja redonda, quanto porque outras pessoas acreditam o contrário. Explicar porque eu acredito que "não há em parte alguma povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas" (Barthes, 1976, p. 19), mesmo sabendo que não há em parte alguma qualquer possibilidade de um filósofo francês ter acesso a descrições – ainda que superficiais – de todos os grupos humanos no planeta.

Então, eu retomo o meu raciocínio do início, agora para deixar claro que há, sim, evidências – nesses e em outros autores – de que a narrativa é um fenômeno que atravessa as sociedades no tempo e no espaço.

Quer escutemos, com desinteressado deleite, a arenga (...) de algum feiticeiro de olhos avermelhados do Congo, ou leiamos, com enlevo cultivado, sutis traduções dos sonetos místicos de Lao-tse; quer deciframos o difícil sentido de um argumento de Santo Tomás de Aquino, quer ainda percebamos, num relance, o brilhante sentido de um bizarro conto esquimó, é sempre com a mesma história – que muda de forma e não obstante é prodigiosamente constante – que nos deparamos. (Campbell, 2007, p. 15).

Campbell (2007) nos apresenta aqui a ideia do Monomito, uma estrutura comum às histórias de deuses e heróis, que não apenas perdura desde a epopéia de Gilgamesh, mas encontra eco em civilizações das mais distintas – "dos sonetos de Lao-Tsé aos contos esquimós" (Campbell, 2007, p. 12). Algo similar é apontado por Propp (2001), que sistematizou centenas de contos russos para apresentar uma morfologia comum a todos. Nestas narrativas, ainda que mudassem personagens e cenários, o passo-a-passo da trama era sempre o mesmo.

Essas semelhanças – todas evidenciadas com robustos *corpus* de pesquisa – dão sustentação à ideia de universalidade da prática narrativa, ao mesmo tempo em que indicam um componente de ancestralidade compartilhada das mesmas, uma vez que não apenas o ato de narrar é comum, mas até mesmo sua estrutura morfológica possui similaridades em diferentes culturas.

Outro exemplo da universalidade desse fenômeno está em nossas religiões. Seja o Torá, o Novo Testamento, o Corão ou o Bagavadguitá, os textos sagrados das maiores religiões do ocidente e do oriente são, em sua essência, narrativas.

Sobre isso, Gottschall (2013, p. 1409) afirma que "ao longo da história de nossa espécie, a ficção sagrada dominou a existência humana como nada mais. Religião é a expressão última do domínio das narrativas sobre nossas mentes".

Esse poder suave (mas não sutil) das narrativas não passou despercebido por figuras de poder político ao longo da história. Os faraós, por exemplo, contavam com o apoio de sua própria ficção sagrada para justificar seu poder: a concepção do soberano era um milagre, pois seu corpo era natural, mas o espírito vinha do deus Hórus, filho de Rá; e, por isso, eles também tinham o direito de carregar os símbolos do deus Osíris, o báculo e o açoite (Piazza, 2005). Em outras palavras, a posição do faraó era justificada pela narrativa de um milagre em sua concepção, que também lhe concedia o direito de portar os símbolos de uma outra narrativa religiosa, como representações de seu poder.

Atualmente, as narrativas que povoam o nosso imaginário político não costumam ser tão exageradas, mas a lição dos faraós não foi esquecida, como aponta Girardet (1987). O autor extrai da história política europeia, em especial a francesa do século XX, quatro grandes mitos utilizados por diferentes ideologias ao longo do tempo, que permitem afirmar como as narrativas podem atender os interesses de diferentes grupos ao longo do tempo.

Com estes indícios, então, não parece mais um exagero considerar que as narrativas estejam, sim, presentes em todas as sociedades ao redor do mundo, desde tempos imemoráveis. Além disso, seu papel na religião e na política também subscreve a ideia de que esses textos teriam uma função de coesão social, como apontam Fischer (1987), Motta (2013) e Gottschall (2012).

Mas percebo que, ao falar de deuses e heróis em meus exemplos, posso dar a impressão de que essas são características ou funções apenas das grandes narrativas. Há uma reviravolta aqui, então. A universalidade da narrativa não está apenas no plano social. Ela está também e, principalmente, no plano individual.

Pela perspectiva de Fischer (1987), não é que o ser humano seja essencialmente um contador de histórias porque gostamos de contar histórias e eventualmente algumas delas se destacam. Ao contrário, a nossa compreensão do mundo é narrativa – para ser mais preciso: "uma série contínua de narrativas, com conflitos, personagem, início, meio e fim" (Fischer, 1987, p. 24) – assim, o fato de existirem grandes histórias compartilhadas, como no caso das religiões, não é apenas o mérito de grandes contadores de história como Homero ou Eurípides, mas, na verdade, um reflexo de como realizamos todas as trocas simbólicas.

Gottschall (2012, p. 271) reforça esta perspectiva:

Humanos são criaturas da narrativa, portanto narrativas tocam quase todos os aspectos de nossa vida. Arqueólogos desenterram pistas nas pedras e ossos e montam elas em sagas sobre o passado (...) Comentaristas políticos vêem uma campanha presidencial não como uma competição entre dois políticos carismáticos e suas ideias, mas também como uma competição entre narrativas conflitantes sobre o passado e futuro da nação.

Cabe salientar, entretanto, que perceber o mundo por uma perspectiva narrativa não significa dizer que todo discurso tem a estrutura de um conto ou um romance. A ideia defendida por Fischer (1987) é que qualquer unidade de informação – seja um conto, uma dissertação ou apenas uma imagem – é inserida no fluxo das narrativas que carregamos ao longo da vida, e é este movimento que dá, para este novo dado até então descontextualizado, o sentido dele em nossa realidade.

Por exemplo, hoje já se tornou hábito tirar e publicar uma foto da refeição antes de comer. Essa foto, ainda que não tivesse qualquer legenda, pode contar fragmentos de diferentes histórias, a depender do contexto. Um prato na mesa de um restaurante sofisticado conta uma história de sucesso; se há um único outro prato do lado oposto da mesa, torna-se uma história de amor; se, por outro lado, for uma salada em uma embalagem de plástico na copa de uma empresa, essa pode ser uma história de superação ou de disciplina; e se for um petisco gorduroso acompanhado de uma cerveja, é o desfecho feliz de uma história cotidiana.

Motta (2013) também defende que é pela narração que nos constituímos como indivíduos, incluindo não apenas nossas crenças, mas nossas leis, costumes, instituições e até mesmo nossos mitos pessoais. É o caso da "meritocracia", uma narrativa que enaltece o esforço pessoal e apaga o acaso ou o contexto social de certas histórias. É também o exemplo das epônimas legislativas. Quando damos o nome de um personagem para uma Lei, seja a Lei Maria da Penha, seja a Lei Lucas, estamos imbuindo essa normativa de uma narrativa.

Se, então, nossas vidas são narrativas, nossa sociedade é narrativa e até nossas instituições são narrativas, não é difícil considerar que as narrativas de fato cumpram um papel em nossa compreensão do mundo. Engebretsen e Baker (2022 p. 86) explicam da seguinte maneira: "Os fatos não podem fazer sentido no vácuo: só fazem sentido como histórias que reforçam ou desafiam produtivamente as narrativas que constituem o nosso universo moral existente".

E essa observação tem lastro também na neurociência, como aponta Gottschall (2012). Em seu livro, o autor conta sobre os experimentos com pacientes que tiveram os lados direito e esquerdo do cérebro separados, isolando estruturas responsáveis por encontrar o sentido no fluxo de informações que o cérebro recebe constantemente. "O trabalho desse conjunto de

neurocircuitos é detectar ordem e sentido nesse fluxo, e organizar isso num relato coerente de experiência – em uma narrativa, em outras palavras" (Gottschall, 2012, po. 1172).

Exemplos disso podem ser tanto fenômenos corriqueiros como a Pareidolia (inclinação para encontrar formas de rostos em objetos), quanto o poder de atração das teorias da conspiração. Quanto a isso, Gottschall (2012, p. 1238) afirma que "a mente narrativa é alérgica a incertezas, aleatoriedades e coincidências. É viciada em significado. Se a mente narrativa não consegue enxergar padrões com significados no mundo, ela irá tentar impor eles". Outro autor que evidencia esta função é Girardet (1987) quando fala sobre um de seus mitos políticos. Para ele, a Conspiração é um tipo de narrativa que se destaca por oferecer uma explicação aparentemente lógica e bastante inflexível aos fatos, ainda que, para isso, precise distorcê-los.

Portanto, é possível atribuir à narrativa um papel não apenas de coesão social, mas de coesão interna dos indivíduos, uma ferramenta – senão a principal ferramenta – para nos ajudar a navegar pelo mundo, dando sentido a ele. Aceitar isso, mesmo que relutantemente, é como atravessar o limiar entre os mundos, mais especificamente, o véu que separa o mundo racional do mundo narrativo.

Walter Fischer (1987) foi um estudioso americano, responsável por conceituar o paradigma narrativo como um modelo para explicar a comunicação. Sua teoria se opõe mais diretamente à idéia positivista/racionalista de que os seres humanos, como seres racionais, tomam decisões quando compelidos pela força de uma argumentação formalmente estruturada. Para Fischer (1987), ao contrário, nossas ações são realizadas ou nossas decisões são tomadas dentro de um fluxo narrativo, a partir de uma lógica narrativa ou uma 'lógica da razoabilidade' (Logic of Good Reason, no original). Em linhas gerais, é como se tivéssemos nossas próprias narrativas, derivadas de diferentes contextos sociais, e sempre que uma nova história é apresentada, consideramos sua validade a partir de sua coerência interna e da forma como ela se relaciona com nossos próprios arcos.

Esses arcos, apontam Engebretsen e Baker (2022), não são só nossos. Eles são trazidos de valores muito mais antigos, narrativas que atravessam gerações e nações, e que são profundamente influenciadas por instituições como mídia, religião e família.

Os valores que sustentam a nossa tomada de decisão não são produzidos em laboratório e não são obtidos através da aplicação de quaisquer fórmulas lógicas. Evoluem através de um longo e complexo processo de socialização (ou seja, de acúmulo de narrativas) que pode abranger séculos e gerações. (Engebretsen; Baker, 2022, p. 83)

Contudo, a maneira que Fischer (1987) propõe para que se determine tal lógica da razoabilidade é criticada por autores contemporâneos. Para estes (McClure, 2009; Engebretsen; Baker, 2022), Fischer (1987) tenta fundamentar sua razoabilidade em um conjunto próprio de regras formais, diferentes das regras da lógica racional, mas ainda assim restritas. O que estes autores apontam, entretanto, é que o foco da teoria deveria estar no potencial de identificação das narrativas, conceito proposto pelo próprio Fischer.

O conceito de identificação narrativa sugere que quanto maior for a consistência, interanimação e correlação de uma narrativa nova ou antiga com narrativas culturais, valores, objetivos desejados e noções de racionalidade amplamente aceitos, maior será o seu potencial impacto persuasivo e viabilidade social. (McClure, 2009, p. 207)

Então, nesta perspectiva atualizada do paradigma narrativo, a força argumentativa dos discursos estaria ainda mais relacionada à forma como as narrativas que sublinham tais discursos ressoam com as narrativas que já carregamos conosco, sem as restrições lógicas propostas por Fischer (1987). Desta forma, com uma compreensão mais ampla do que seria o papel da identificação no paradigma, o modelo seria capaz de melhor explicar as mudanças de ideologia e de subjetividade, bem como o papel do irracional e do não-racional em nossa construção identitária (McClure, 2009).

Não há dúvida, portanto, de que a Terra seja redonda. Existem provas matemáticas, em foto e em vídeo. Existem indícios dos mais variados, desde as diferenças em fuso horário até o funcionamento de satélites. Infelizmente, como o tema desta dissertação comprova, nem toda a realidade desfruta deste mesmo nível de objetividade ou validação. E mesmo as partes que desfrutam podem se tornar vulneráveis, como é a circunferência da Terra.

Eu, por acaso – não no sentido de aleatoriedade, mas no sentido de uma confluência de fatores externos que estão muito além do meu controle, entre os quais eu listo: a escolha da minha madrinha, a primeira pessoa com doutorado na família, e o sucesso do filme Jurassic Park – carrego uma narrativa pró-ciência desde muito cedo, então é fácil acreditar que a Terra é redonda, que a vacina funciona, que o planeta está aquecendo, que isso é ruim e que acontece por influência do ser humano.

Mas eu venho de uma família diversa. Meus parentes que são ligados ao agronegócio não aceitam que as mudanças climáticas estejam realmente acontecendo ou, se estão, que seja por consequência da ação humana. Isso significa que eles estão mentindo para si mesmos e para os outros? Ou que a crença deles é infundada? Ou que não há coerência nenhuma no que

pensam? O paradigma do mundo racional talvez indicasse alguma dessas opções, mas não o paradigma narrativo.

Quem sobrevive do agronegócio carrega mais de uma narrativa própria sobre as incertezas do clima, sobre a imprevisibilidade do tempo, sobre uma geada onde nunca fez menos de 18°, sobre dois meses de estiagem quando sempre choveu, sobre 'aquele ano' em que choveu mais ou choveu menos e que, portanto, não é estranho que nos últimos dez anos chova cada vez mais ou cada vez menos.

Também podem carregar uma narrativa da conspiração científica, internacional, ligada aos interesses europeus, que querem proteger seu mercado e usam de pesquisas enviesadas para barrar nossas exportações. E, por que não, carregam a narrativa de que a natureza foi feita para servir ao ser humano, afinal "Deus disse: 'Façamos um ser humano, à nossa imagem e segundo nossa semelhança. Que ele domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todos os animais na terra e tudo que rasteja pela terra'" (Bíblia Sagrada, 2021, p. 32)

Mas, como cientista, é preciso lembrar que há uma diferença importante entre 'estar certo' e 'achar que está certo'. Da mesma forma que narrativas do agro podem levar as pessoas a desacreditar na ciência ambiental, quando eu leio as afirmações carregadas dos autores, citadas nos primeiros parágrafos desse capítulo, eu não me via procurando pelos argumentos para avaliá-las e aceitá-las. Eu só aceitei. Porque eu consumi tantos livros, gibis, filmes e seriados e tomei essas narrativas como parte da minha vida, que se eu não acreditasse que o ser humano é um contador de histórias em sua essência, eu estaria negando a mim mesmo.

Por acaso, vi-me sobre o ombro de gigantes, já que o estudo da narrativa é longo e bem fundamentado, de forma que esta pesquisa poderia acontecer como foi proposta, mas os exemplos deixam claro que as histórias que ouvimos, que contamos, que re-contamos ou que só construímos dentro de nós são os pilares da nossa identidade como indivíduos, grupos e sociedades, porque é a partir delas que acreditamos ou deixamos de acreditar.

Nesse sentido, não se trata apenas de reconhecer a centralidade das narrativas na formação da identidade, mas também de compreender como elas operam em esferas mais amplas, como a política. As histórias que nos constituem não apenas moldam nossas crenças e percepções individuais, mas também são mobilizadas estrategicamente para dar sentido ao mundo social e orientar ações coletivas.

Girardet (1987) fala de três definições de "mito" que se relacionam com o uso de narrativas na política: (i) apresentam uma explicação sobre como passou a existir o passado, a

realidade, ou um aspecto da realidade, e neste processo de representação enaltecem determinados valores para o presente; (ii) mistifica a realidade, dando para ela todas as vantagens de uma narrativa; e (iii) compele a sociedade a agir a partir de uma mensagem mobilizadora.

O autor traz seus exemplos da história europeia dos séculos XIX e XX, mas há exemplos possíveis da cultura brasileira, como um vídeo de propaganda institucional da ditadura militar que resume todas essas facetas. O texto, narrado por uma voz masculina, diz:

No início de 1964, assim era o dia-a-dia: agitação, desordem, intranquilidade. O povo exigiu o fim da anarquia. O exército, solidário com as legítimas aspirações do povo, cumpriu sua missão constitucional, garantindo a lei e a ordem. Exército, compromisso com a Democracia. Ministério do Exército. (Carlos Henrique, 2017)⁵

Em poucas palavras, podemos observar que a propaganda (i) oferece uma nova história de origem para o golpe, colocando-o como uma resposta à demanda popular; (ii) apresenta um inimigo (a anarquia) criando um conflito para ser superado pelos protagonistas (resolver o dia-a-dia de agitação e desordem); e (iii) destaca os valores de "lei e ordem" com o objetivo de galvanizar a sociedade em torno de um propósito comum.

Para Girardet (1987), esse uso da narrativa serve para dar legitimidade para as ideologias a partir de uma lógica do imaginário, semelhante à ideia de Fischer (1987) de uma lógica narrativa, já explorada neste trabalho. Ambos os autores insistem, inclusive, que mesmo as correntes de pensamento que têm o rigor científico ou a lógica positivista como base, operacionalizam seu poder de convencimento a partir de narrativas:

Alguns desses [mitos] encontram-se, mais ou menos discretamente presentes, no segundo plano de algumas das grandes construções doutrinárias do último século, compreendidas aí aquelas que invocam com o máximo de força o seu rigor demonstrativo e o caráter essencialmente 'científico' de seus postulados. E aí se encontram, sem dúvida, para muitas delas, a origem e a explicação de seu poder de atração (Girardet, 1987, p. 11)

Outro aspecto dos mitos políticos seria sua característica multivalente, ou seja, a possibilidade dos mesmos serem apropriados por diferentes ideologias. De acordo com Girardet (1987), uma mesma morfologia mitológica, incluindo os mesmos símbolos, poderiam ser aproveitados por políticos de épocas diferentes e de ideologias opostas. O autor afirma: "as mesmas estruturas míticas (...) são suscetíveis de ser reencontradas no segundo plano de sistemas ideológicos políticos os mais diversos, na verdade, os mais contraditórios". (Girardet, 1987, p. 22)

⁵ Vídeo é uma compilação de propagandas da época da Ditadura, a propaganda em questão inicia em 1'57".

A repetição dessas estruturas também daria origem a quatro arquétipos da narrativa política, quatro grandes narrativas que poderiam ser vistas ao longo da história francesa, nomeadas como: A Conspiração; O Salvador; A Idade de Ouro; e a Unidade (Girardet, 1987).

Há de se fazer um recorte aqui para esclarecer que, apesar de existirem correntes da narratologia que buscam uma universalidade morfológica a todo custo, esta não é a perspectiva adotada nesta pesquisa. É certo de que há semelhanças na forma e nos símbolos utilizados para contar histórias em diferentes culturas, mas existem também diferenças culturais importantes. Portanto, não é possível dizer imediatamente que os quatro mitos políticos descritos por Girardet têm aplicação direta na política Brasileira, ainda que dois deles – A Conspiração e o Salvador – possam se provar produtivos para a análise desta dissertação.

A Conspiração é o mito que sublinha todas as teorias da conspiração. O seu mecanismo fundamental é o de substituir toda a imprevisibilidade e todo o acaso do mundo por uma lógica de manipulação sombria (Girardet, 1987). Então, se um vírus causou uma pandemia mundial não foi por um acidente infeliz nos processos naturais de mutação, mas por causa de uma conspiração mundial para enfraquecer todo o ocidente, ou para mascarar a instalação de um chip controlador da mente através da vacinação, ou para garantir que o comunismo volte. "trata-se de nada menos que o anúncio de um plano metódico, rigorosamente articulado, de conquista e de sujeição do globo" (Girardet, 1987, p. 26).

Entre os símbolos envolvidos com o imaginário da conspiração (Girardet, 1987) estão sempre os da "Organização", uma entidade secreta, sempre duramente hierárquica; o uso de senhas ou códigos secretos – geralmente símbolos cotidianos distorcidos pela conspiração; o controle da informação, política, educação e/ou economia para suas estratégias de dominação; a corrupção dos costumes com a "degradação sistemática das tradições sociais e dos valores morais" (Girardet, 1987, p. 40); entre outros.

Já o Salvador é uma narrativa que evoca a imagem de um herói mitológico e idealizado, representante das mudanças do tempo ou dos anseios da população (Girardet, 1987). "O salvador, apesar de grande em seu destino, tem características que permitem que cada um de seus seguidores se reconheça nele" (Girardet, 1987, p. 64). São 4 ainda os tipos de salvador possível: O Velho Salvador, imagem de um passado de glória "que se vê chamado a socorrer o presente" (Girardet, 1987, p. 74), o Herói da Juventude, cuja legitimação vem de sua ação imediata. O Fundador da Nova Ordem, um "grande ancestral" que já se tornou, de fato, mitológico, e cuja mensagem deve ecoar no presente como resposta para a mudança dos tempos. E o Profeta, cuja legitimidade vem de um impulso sagrado.

Assim, percebemos como as narrativas não apenas explicam o mundo: elas o estruturam. Como seres humanos, estamos imersos em histórias que moldam nossas identidades, crenças e ações — sejam elas religiosas, políticas, familiares ou pessoais. De forma similar aos mecanismos de desinformação, a força persuasiva de uma narrativa não está em sua veracidade ou lógica formal, mas em sua capacidade de ressoar com outros arcos narrativos que carregamos individual e coletivamente.

Essa lógica narrativa (Fischer, 1987), permite compreender tanto a adesão a discursos baseados em evidências quanto a persistência de crenças infundadas ou conspiratórias. Portanto, mais do que ferramentas de comunicação, as narrativas são estruturas fundamentais da cognição e da cultura. Reconhecer esse papel é essencial para entender fenômenos contemporâneos como a desinformação e o extremismo político.

4 PARÂMETROS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Nesta pesquisa, a abordagem metodológica se baseia na narratologia crítica proposta por Motta (2013). No primeiro capítulo de seu livro, o autor dedica-se a apresentar as seis razões da pesquisa narrativa. Duas delas valem ser destacadas pela forma como se relacionam com este estudo: a primeira lida com a construção das identidades individuais a partir de narrativas internas:

O cânon organizador da experiência é narrativo, mais que conceitual. Ao ordenar suas ideias em pensamentos coerentes em busca de significados, os sujeitos encadeiam as relações possíveis na forma cronológica ou causal, estabelecendo provisoriamente um antes e um depois, até chegar ao senso comum partilhado (Motta, 2013, p. 31)

A segunda razão lida com a forma como criamos representações do mundo a partir das narrativas:

[...] as narrativas não representam simplesmente a realidade: elas apresentam e organizam o mundo, ajudam o homem a construir a realidade humana. Alguns autores, mais ousados⁶, propõem que o homem apreende narrativamente a realidade, e simultaneamente instituem as identidades, organizações e sociedades (Motta, 2013, p. 33)

Essas são ideias que foram exploradas no capítulo anterior, principalmente a partir de autores como Fischer (1987), Girardet (1987), Gottschall (2012), Engebretsen e Baker (2022), entre outros. O que todos defendem é que existem indícios de que as estruturas narrativas – começo, meio e fim; relações causais; personagens; conflitos; arquétipos, etc. – desempenham um papel importante (senão fundamental) na cognição humana e, por isso, investigar as trocas simbólicas humanas a partir dessas mesmas estruturas pode oferecer insights valiosos para uma análise. Nas palavras de Girardet (1987, p. 83), a narrativa seria “uma espécie de revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”.

Outro aspecto importante da metodologia de Motta (2013, p. 116 - grifo do autor) é a compreensão de que as narrativas são “*dispositivos argumentativos* produtores de significado”, portanto são relatos que obedecem ao interesse do narrador em relação direta com sua audiência. A narrativa, então, não é apenas uma forma de contar o que aconteceu, mas uma forma de organizar os fatos e as suas tensões internas de modo a torná-los persuasivos para alguém específico, em um contexto específico.

Essa ênfase na intencionalidade e na adequação ao público aproxima sua proposta da perspectiva adotada nesta pesquisa sobre desinformação, na qual o fenômeno também é

⁶ Motta admite se inserir entre estes bravos pesquisadores mais adiante em seu texto.

tratado como uso estratégico da linguagem para afetar percepções, fortalecer identidades e disputar a interpretação dos acontecimentos.

Além disso, para compreender melhor a Análise Crítica da Narrativa, é necessário entender o conceito de “projeto dramático”. De acordo com Motta (2013), o projeto dramático indica as escolhas argumentativas do narrador ao longo da trama. Ao analisar uma história, o trabalho do pesquisador consiste justamente em desvelar esse projeto dramático a cada nova leitura, identificando quais sentidos o narrador procura produzir.

Na análise crítica aqui sugerida parto do princípio de que um narrador, ao fazer uso da comunicação narrativa, utiliza estratégica e astuciosamente os recursos de linguagem para construir um discurso argumentativo na relação com o seu interlocutor. Ou seja, parto do pressuposto de que a narrativa é utilizada para atrair, seduzir, persuadir, convencer, obter resultados, efeitos de sentido, satisfazer a um desejo e a um projeto discursivo do narrador (Motta, 2013, p. 147)

Dessa forma, o projeto dramático é, na realidade, uma abstração construída pelo analista a partir dos indícios deixados pelo narrador sobre suas intenções argumentativas. Ele não possui materialidade própria, mas se refere ao conjunto de orientações retóricas presentes ao longo do texto, que revelam o que o narrador pretende alcançar com sua narrativa.

Por fim, cabe aqui destacar que Motta (2013) divide a análise da narrativa em três planos, o plano da expressão, relacionado ao discurso e à linguagem do texto, incluindo a linguagem audiovisual e como esses elementos produzem significados; o plano da história, na qual a análise se debruça sobre os elementos narrativos propriamente ditos como trama, conflitos, funções e personagens e o Plano da Metanarrativa, que representa os temas e motivos que fazem parte do plano de fundo daquela história. Nesta pesquisa o foco será apenas no segundo plano.

Apresenta-se abaixo o passo a passo da metodologia aplicada nesta pesquisa, desde a coleta dos dados até as diferentes etapas de análise. É importante destacar que os dados coletados (as publicações no Instagram) não são o foco último da análise. Ao longo do processo, esses dados foram filtrados, reorganizados e tiveram seus sentidos esmiuçados com o objetivo de revelar o projeto dramático da oposição.

Esse percurso será detalhado abaixo, mas um dos principais esforços metodológicos foi permitir que o leitor crítico veja exatamente o que está sendo analisado e que, caso tenha curiosidade, consiga localizar esse fragmento no corpus inicial. Em termos de ciências exatas, a analogia mais adequada é a de que o leitor terá acesso às “tabelas” sobre as quais se faz a

análise; e, se quiser rastrear o dado até o corpus bruto, isso será possível — não necessariamente simples, mas possível.

4.1 Coleta de dados

A primeira etapa da metodologia concentrou-se na coleta dos dados para a construção das narrativas. Esses serão chamados de ‘dados crus’, pois não representam ainda uma narrativa, como explicado acima.

A CPMI dos Atos Antidemocráticos se apresentou como uma oportunidade propícia para a investigação da relação entre narrativas e desinformação por três motivos. Primeiro, ela trouxe para o debate público representantes das duas principais correntes de pensamento sobre o assunto, governistas e bolsonaristas. Além disso, ela propiciou um recorte temporal ‘otimizado’, pois tudo o que cada um dos lados pudesse debater sobre o tema teria de ser feito durante os seus seis meses de investigações. Por fim, pela natureza da comunicação política contemporânea, era de se esperar que muitos desses membros produzissem conteúdos próprios para suas redes sociais sobre o assunto, sempre que achassem necessário ou vantajoso, permitindo um acesso direto aos seus argumentos.

A rede social escolhida para a coleta de dados foi o Instagram. Sua multiplicidade de recursos (texto, imagens, vídeos) e sua adesão pelos políticos e público brasileiro indicavam o potencial para um volume maior de dados. Além disso, havia a possibilidade de captura desses conteúdos para manipulação posterior, algo que a interface de programação do Twitter não permitia tão facilmente.

A escolha dos parlamentares bolsonaristas que fariam parte do *corpus* seguiu um critério de mobilização nas redes sociais (parlamentares que mais publicaram sobre o assunto) e um critério mais subjetivo de quais publicações pareciam mais produtivas para o objetivo da pesquisa. Ao final foram eleitos Eduardo Girão, Pastor Marco Feliciano, Jorge Seif e Flávio Bolsonaro.

As publicações foram escolhidas com apoio da ferramenta de monitoramento de redes sociais Fanpage Karma, com uma licença gratuita adquirida em contato direto com a empresa responsável. Graças à esse tipo de ferramenta, é possível consolidar dados como número de seguidores, publicações e reações de um ou vários perfis de forma organizada, em tabelas ou gráficos, permitindo uma visão ampla do potencial *corpus*. Para esta pesquisa, foi possível criar uma tabela contendo todas as publicações dos parlamentares escolhidos, entre os dias 25

de maio e 18 de outubro. Nesta tabela havia o nome de usuário, a data de publicação, url e legenda.

A fim de diminuir o recorte e observando a dinâmica das publicações, foram selecionados apenas os *posts* feitos nas datas de reuniões da CPMI e nas datas imediatamente subsequentes. Foram 25 reuniões, mas, como algumas aconteceram um dia após a outra, os *posts* de 46 datas foram considerados.

Depois, foram excluídas da tabela todas as publicações cujas legendas não traziam quaisquer informações sobre a CPMI do 8 de janeiro, sobre os atentados do 8 de janeiro ou sobre uma tentativa de golpe.

Por fim, para dimensionar o *corpus* para as possibilidades da pesquisa, limitou-se a coleta a três *posts* por dia por parlamentar, totalizando 187 posts de oposição⁷ para serem baixados.

Essa captura foi realizada por meio de uma aplicação em Python, desenvolvida com auxílio do ChatGPT, utilizando a biblioteca Instaloader, ferramenta de raspagem de dados que permite baixar conteúdos e metadados de páginas do Instagram e armazená-los em arquivos ou tabelas.

Para executar o procedimento, foi necessário criar previamente uma tabela contendo, em cada linha, os identificadores das publicações a serem coletadas, isto é, os Post IDs. A partir dessa tabela, o programa acessava cada identificador e copiava os dados solicitados. Ao final da coleta, além de baixar as publicações em formato de imagem ou vídeo, a aplicação gerava uma nova tabela (Figura 2) com o nome de usuário, o Post ID, a data de publicação, a data de extração, a legenda e o número de curtidas e comentários de cada postagem.

Figura 2 - Tabela original criada pela ferramenta de extração

Username	Post ID	Post Date	Download Date	Caption	Likes	Comments
eduardogiraoficial	CsqwCarczn	2023-05-25	2024-07-27	✖ APESAR DO JOGO BRUTO, TRABALHAREMOS CONFIANTES Q A VERDADE PREVALEÇERÁ DE UM JEITO OU DE OUTRO.👊 Gov. LULA, que até o vazamento das imagens da @cnbrasil não queria de jeito nenhum a CPMI do dia 8/1. Ocupou com a ampla maioria a Comissão S4B0T4ND0 um instrumento histórico legítimo da oposição. Mas me de Que a Verdade e a Justiça prevaleçam em nossa Nação! Jesus no comando. Sempre! Paz & Bem 🙏🙏🙏🙏 #senadoreduardogirao #eticasapolitica #pelobrasil #pelocesar #8dejaneiro #cpmi #fmdainpunidade #justicaparatodos #deusnocontrole	19521	1121
eduardogiraoficial	CsqYhBRLKv2	2023-05-25	2024-07-27	🏆 FINALMENTE! APESAR DO GOV.LULA,CPMI DEVE SER INSTALADA DAQUI A POUCO...Q A VERDADE TRIUNFE🏆 Deus ajuda a quem cedo madruga! Desde cedoinho já estou aqui no @senadofederal para servir ao Brasil na tão esperada CPMI dos atos do dia 8/1. Está marcada para as 09 hs a eleição do comando desta Que a Justiça prevaleça em nossa Nação! Jesus no comando. Sempre. Paz & Bem 🙏🙏🙏🙏 #senadoreduardogirao #eticasapolitica #justicaparatodos #fmdainpunidade #pelobrasil #pelocesar #fmdainpunidade	2521	261
eduardogiraoficial	CarK500Uj	2023-05-25	2024-07-27	✅RESPONSABILIDADE P/ VERDADE: CABE A TODOS PARLAMENTARES REALIZAR UMA CPMI TÉCNICA,FAREI MINHA PARTE C/INDEPENDÊNCIA E SEM LACRAÇÃO👊 Hoje em sessão tumultuada,foi instalada a tão esperada CPMI dos atos do dia 8/1. Com ampla maioria,o governo LULA,que sabotou ,boicotou de todas as formas como pôde essa investigação do legislativo usou o jogo br A sociedade precisa cobrar e ficar vigilante! Mesmo em minoria, tentaremos cumprir com nosso dever com serenidade e racionalidade no limite das forças! Que o bom senso prevaleça em nossa Nação. Jesus no comando. Sempre! Paz & Bem 🙏🙏🙏🙏 #senadoreduardogirao #eticasapolitica #pelobrasil #pelocesar #8dejaneiro #cpmi #deusnocontrole #fmdainpunidade	10915	725

Fonte: Elaboração Própria

⁷ No projeto de pesquisa apresentado inicialmente, o objetivo era investigar publicações de parlamentares de oposição e de situação, para poder também comparar as narrativas. Contudo, durante a qualificação, indicou-se a possibilidade de diminuir o *corpus* para que a pesquisa pudesse focar seus esforços em observar a desinformação utilizada pela oposição, sugestão que foi aceita.

A grande maioria das publicações era em formato de vídeo. Assim, para auxiliar na análise dos dados, os vídeos foram decupados utilizando uma ferramenta de transcrição online. Nela, cada arquivo em vídeo se torna um arquivo de texto. Esses arquivos de texto foram, então, comparados com os respectivos vídeos com dois objetivos: corrigir qualquer imprecisão da decupagem automatizada e acrescentar à elas as informações sobre aspectos visuais marcantes das publicações. Abaixo alguns exemplos dessas decupagem e descrições visuais (entre chevron <>). Primeiro, um quadro com a decupagem de um vídeo curto; em seguida a decupagem de um publicação com uma imagem apenas.

Quadro 1 - Frame do vídeo Ct1mBjQI7s3 e sua decupagem

<Transmissão da CPMI durante depoimento de Leonardo de Castro, delegado da PF>

(Leonardo de Castro) Nenhum contato entre o ex-presidente Bolsonaro e os autores do fato ocorrido no dia 24.



(Nikolas Ferreira) Não posso deixar de quebrar também outra narrativa aqui elencada. Uma vez que foram perguntados para o senhor vários "SEs", como se os senhores fossem futurologistas. Isso foi nada mais do que uma tentativa de colocar como "SE tivesse acontecido aquela tragédia", isso seria colocado na conta de Bolsonaro.

(Jorge Seif) Então eu posso afirmar, doutor Leonardo, que o custodiado [referindo-se a Jorge Washington) não recebeu nenhuma orientação, tampouco determinação, do senhor presidente Jair Bolsonaro e dos membros do seu governo, no caso executivo, tampouco legislativo.

(Marco Rogério) É preciso separar quem é criminoso de quem não é. Não se pode colocar na vala comum todos. Muitos daqueles que foram constrangidos com prisões não são criminosos. São pessoas decentes, pessoas de família, pessoas que acreditam no Brasil e que lutavam por um ideal. E pelo fato de estar numa manifestação pacífica, não os torna criminosos. É a Constituição Federal que garante esse direito.

(Mauricio Marcon) Não há nenhuma ligação do presidente Bolsonaro com a bomba. Não há ligação nenhuma dos manifestantes que lá estavam com a bomba. O que a gente tem aqui, colegas, é uma tentativa de criar uma narrativa falsa que o presidente teria feito algum contato com esse marginal, com esse maníaco, para ele, de uma forma, via Shein, via site da China, comprar um artefato explosivo para explodir uma bomba em Brasília, que isso caracterizaria um GLO. Olha onde chega a imaginação da esquerda.

(Leonardo de Castro) Nenhum contato entre o ex-presidente Bolsonaro e os autores do fato ocorrido no dia 24.

Quadro 2 - Post em imagem e sua decupagem, publicação de ID Cvab_yRAGs6



<Imagem reproduzindo foto de Lula e G.Dias se abraçando e sorrindo. No topo uma manchete da Revista Oeste "Urgente: ex-Abin removeu nome de G.Dias de relatório a mando do próprio ministro">

Fonte: Elaboração Própria

Neste ponto, cabe destacar que, ao se realizar uma análise de narrativa a partir de dados audiovisuais, como é o caso desta pesquisa, é evidentemente necessário considerar também os elementos próprios desse tipo de linguagem. Por isso, todos esses recursos foram incorporados na decupagem como descrições, à maneira de um roteiro audiovisual, conforme se pôde observar no quadro anterior.

Ainda assim, é preciso registrar que não havia grande variedade de recursos audiovisuais sendo empregados. A imensa maioria das publicações utilizava apenas as imagens de transmissão do Senado ou de outras emissoras, com pouquíssimos complementos. Os elementos adicionados restringiam-se, na maior parte das vezes, a faixas e textos curtos e chamativos, destinados a orientar a interpretação do clipe e antecipar o enquadramento desejado. Abaixo apresentam-se duas figuras que ilustram esse tipo de publicação.

Figura 3 - Exemplos de elementos visuais acrescentados nos vídeos publicados



Fonte: www.instagram.com/p/CvZ-r18A9-m



Fonte: www.instagram.com/p/CyjfsnSR7H9

Todos esses roteiros foram incorporados à tabela de posts. Dessa forma, a versão final da tabela passou a conter as seguintes colunas: Nome de usuário, Data de publicação, URL, Legenda e Decupagem.

Como mencionado no início, essa tabela representa os dados brutos da pesquisa; não é sobre ela, diretamente, que a análise será conduzida. Ainda assim, ela é fundamental, pois todos os elementos que compõem as narrativas analisadas foram extraídos exclusivamente desse conjunto de dados. Por esse motivo, a tabela completa está disponível em um repositório virtual: <https://doi.org/10.5281/zenodo.21341149>

A maneira pela qual essas informações serão transformadas em narrativas é descrita a seguir, tomando como base a metodologia de Análise Crítica da Narrativa proposta por Motta (2013), aqui adaptada aos objetivos específicos desta pesquisa.

4.2 Construção da narrativa

Um grande desafio para a análise de narrativa a partir de publicações em redes sociais refere-se ao tipo e a distribuição desses dados. Se o corpus fosse composto por um romance escrito por um parlamentar de oposição sobre o 8 de janeiro, a narrativa estaria já pronta para ser analisada em todos os seus elementos. Contudo, as dezenas de publicações que fazem parte do corpus trazem apenas fragmentos dos elementos narrativos em cada uma delas, por vezes o mesmo fragmento repetidas vezes, de forma que é necessário filtrar esses elementos e ordená-los como uma narrativa coerente. Motta prevê esse esforço ao falar de narrativas jornalísticas:

Reunindo informações dispersas sobre *um mesmo tema ou assunto* (que podem estar separadas por intervalos de dias, semanas ou meses no noticiário), o analista junta as pontas, encontra os conectivos e encadeamentos narrativos, os antecedentes e consequentes, recompõe a serialidade, a sequência e a continuidade da intriga (...). O analista precisa identificar os conflitos, posicionar as personagens, descortinar o clímax e o desenlace da intriga. (Motta, 2013, p. 97).

Para reconstruir essa narrativa, então, criou-se uma lista de afirmações em ordem cronológica. Essas afirmações são os blocos construtores da narrativa e foram extraídas diretamente das publicações decupadas e suas legendas, como no exemplo abaixo:

Quadro 3 - Publicação CwWgAHpKeat e a lista de afirmações extraídas

Decupagem	Afirmações
<Jorge Seif em discurso na CPMI do 8 de janeiro>	
(Jorge Seif) O atual presidente da República, um ladrão, LADRÃO, segundo Marco Aurélio Mello, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal. Falou "Lula nunca foi inocentado por uma questão territorial. Eliminaram as provas para soltá-lo para presidência da República".	Lula é Ladrão Lula foi inocentado pela Justiça para se tornar presidente
(Jorge Seif) O LADRÃO, que atualmente ocupa a cadeira de presidente da República, escreveu uma carta para os cristãos do Brasil, para os evangélicos do Brasil. Sabe o que o canalha fala na carta aos cristãos? "Outro compromisso que assumo, fortalecer as famílias para nossos jovens sejam mantidos longe das drogas. Nós queremos nossa juventude nas escolas, na iniciação profissional". Canalha, mentiroso.	Lula mentiu para os cristãos durante a campanha
(Jorge Seif) Outro trecho da carta do mentiroso, ladrão. "Nosso projeto de governo tem compromisso com a vida plena, em todas suas fases. Para mim, a vida é sagrada, obra das mãos do Criador. Meu compromisso sempre foi e será com a sua proteção. Sou pessoalmente contra o aborto". No artigo 49 do anexo 2 da portaria do Ministério da Saúde, que Nísia Andrade assinou, a ministra dele, legalização de aborto e de droga.	Lula apoia o uso de drogas Lula apoia o aborto

Fonte: Elaboração Própria

Pelo estado atual da comunicação de parlamentares de Direita, não surpreende que “Lula Ladrão” seja uma afirmação presente em mais de uma publicação. Essas afirmações repetidas ou muito próximas umas das outras foram agrupadas, mas não contadas⁸. Ao fim, aproximadamente 410 afirmações foram extraídas, das quais 220 fizeram parte da narrativa final.

A maior parte das afirmações desconsideradas (cerca de 110) dizia respeito à condução dos trabalhos na CPMI, isto é, às disputas políticas sobre quem seria ou não convocado, ao comportamento dos parlamentares e a embates procedimentais em geral. Essas afirmações foram excluídas porque o argumento central desta pesquisa é que o 8 de janeiro — seus fatos e motivações — constitui o núcleo em torno do qual se organizam os esforços desinformativos da oposição. Enunciados como “Arthur Maia critica CPMI e governistas por não autorizarem a convocação do comandante da Força Nacional” ou “Oposição vai fazer relatório paralelo da CPMI” deslocam o foco para um campo “normal” de disputa de sentidos na política, ao passo que a pesquisa buscava se concentrar no extraordinariamente desinformativo.

As outras 80 afirmações foram desconsideradas porque não compunham uma narrativa substancial ou coerente. Isso ficou especialmente evidente em eventos danosos para a imagem

⁸ Em retrospectiva, talvez contar a repetição das afirmações fosse um dado interessante para um artigo complementar, mas para o objetivo de construir a narrativa, não tanto.

da Direita, por exemplo nos atentados de 12 de dezembro e na atuação de Silvinei Vasques durante as eleições.

Após organizar as afirmações em ordem cronológica, iniciou-se o processo de construção de uma narrativa por episódios. Esses episódios foram distribuídos em quadros separados, de modo a evidenciar a trama específica de cada um. A proposta metodológica de Motta (2013) – que será detalhada na sequência deste capítulo – prevê etapas sucessivas de identificação e compreensão dos principais elementos narrativos, entendidos como peças do projeto dramático. Como essas etapas não são rígidas nem lineares, mas recorrentes e parcialmente simultâneas, cada retorno ao material acrescentava novas informações ao quadro dos episódios, funcionando como um caderno de anotações do analista. Do mesmo modo, cada avanço analítico permitiu rever e refinar o que havia sido escrito anteriormente. A seguir, apresenta-se um dos quadros produzidos nesse processo: os posts ali descritos indicam em que ponto do corpus determinada afirmação pode ser localizada (ainda que a mesma afirmação apareça em mais de uma publicação).

Quadro 4 - Exemplo de quadro utilizado como apoio para a construção da narrativa

Episódio: Eleição de 2022

Trama: Jair Bolsonaro arrastava milhões de pessoas em suas aparições públicas. Eram pessoas de família, religiosos, agricultores, CACs e policiais. Enquanto isso, Lula não podia sair na rua porque era vaiado. Mas Jair Bolsonaro passou a ter a campanha boicotada pela Justiça Brasileira: impediram-o de falar que Lula era amigo de ditadores, que Lula foi preso e que Lula apoiava o aborto e não puniram seus oponentes que impediram a transmissão de propaganda eleitoral no Nordeste. Aproveitando, Lula envia uma carta com mentiras para os cristão, dizendo que defende a família e que é contra o Aborto. Logo, Bolsonaro perde as eleições e criminosos comemoram a vitória de Lula nas prisões, enquanto manifestantes patriotas ficam com medo e desconfiados do resultado das eleições.

Posts: CwDxxempXsq - CtzuljaIaDK - CtxHyM6s313 - Cuk_2tPONRe - CwV5hhyItPV - CxGoEZDOeLr - CwDrDf6JBv2 - CtxHyM6s313

Ações:

- Jair Bolsonaro era acolhido pela população
 - Lula era rejeitado pela população
 - Justiça Brasileira boicota campanha de Bolsonaro
 - Justiça Brasileira deixa a esquerda impune
 - Lula engana a população para vencer as eleições.
 - Crime organizado comemora a vitória de Lula
 - Manifestantes patriotas ficam com medo.
-

Funções

Reconhecimento Popular - Desaprovação Popular - Perseguição à Direita - Impunidade - Mentiras e Manipulações - Apoio de Criminosos - Medo e Dúvida

Conflitos e temas

- Jair Bolsonaro vs Lula: Há uma contraposição entre o reconhecimento popular de Bolsonaro e a desaprovação popular de Lula
 - **Reconhecimento Popular vs Desaprovação Popular**
 - Dois pesos e duas medidas: A impunidade que é estendida à Esquerda em contraponto à Perseguição Política da Justiça contra Bolsonaro
 - **Perseguição à Direita vs Impunidade**
 - Patriotas devem temer: A perseguição a Bolsonaro e a Comemoração dos Criminosos justifica o medo e a desconfiança dos Patriotas
 - **Perseguição à Direita e Apoio de Criminosos vs Medo e Dúvida**
-

Personagens: Jair Bolsonaro, Lula, Justiça Brasileira, Exército, Crime Organizado, Manifestantes patriotas.

Fonte: Elaboração própria

Contudo, na apresentação final dos resultados optou-se por não manter a divisão em episódios, de modo a conferir maior fluidez à leitura do capítulo. Além disso, a identificação dos posts (IDs) foi posicionada ao lado de cada afirmação correspondente, permitindo ao leitor conferir mais facilmente a afirmação no corpus. Assim, a mesma trama exemplificada no quadro acima aparece nos resultados da seguinte forma:

Nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro era um fenômeno de massas, arrastando milhões com ele em suas aparições [ID: CwDxxempXsq], seu público era feito de pessoas de família, religiosos, agricultores, CACs e policiais [ID: CtzuljalaDK]. Já Lula não podia ir às ruas sem vaia e seus atos precisavam de ambientes fechados e controlados. Contudo, a campanha de Bolsonaro começou a ser boicotada pela Justiça: proibiram ele de falar das amizades de Lula com ditadores, proibiram ele de dizer que Lula foi preso, proibiram até de tocar no tema do aborto [ID: Cuk_2tPONRe] — enquanto milhares de inserções de rádio de Bolsonaro não foram ao ar no Nordeste, sem qualquer consequência para a campanha de Lula [ID: CtxHyM6s313]. Ao mesmo tempo, Lula (O Ladrão) mentia aos cristãos com uma carta “pró-família” e “contra o aborto” [ID: CwWgAHpKeat]. Quando veio a eleição, o resultado foi de derrota para Bolsonaro: criminosos comemoram a vitória de Lula em presídios pelo país [ID: CxGoEZDOeLr], ao passo que entre os patriotas, medo e desconfiança — já que era evidente que o processo eleitoral era falho [ID: CwDrDf6JBv2] [ID: CuAgDsdoMtm].

4.3 Movimentos da Análise Crítica da Narrativa

Motta (2013) divide sua análise em sete movimentos que, como já foi dito anteriormente, acontecem em uma progressão, mas também simultaneamente, com idas e vindas na história que visam se aprofundar cada vez mais em seu projeto dramático, trazendo à tona os elementos narrativos e seus sentidos retóricos. São esses movimentos também que guiam a transformação dos dados extraídos das publicações de instagram no quadro 4 do subtítulo anterior. O objetivo deste tópico é explicar a execução dos movimentos e os elementos que eles trazem à tona.

O primeiro movimento é “compreender a intriga como síntese ao heterogêneo” (Motta, 2013). Aqui está o esforço de encontrar a trama (plot) que serve como esqueleto da narrativa:

O analista precisa decompor e recompor a estória com rigor e identificar suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e antagonista principais e seus adjuvantes, como o enredo organiza a totalidade (...) (Motta, 2013, p. 141)

Se o objeto fosse uma história propriamente dita, esse esforço representaria um resumo, ou ‘storyline’, como chama o autor. No caso desta pesquisa, trata-se da construção da trama, como aparece no quadro 4.

Trama, segundo Gancho (2010, p. 7), é “o conjunto de fatos de uma história”. Diferencia-se do roteiro por sua função mais essencial: enquanto o roteiro reúne uma variedade de informações auxiliares que orientam a construção da narrativa, a trama corresponde à estrutura básica que sustenta o desenvolvimento dos acontecimentos.

Como já foi dito no subtópico anterior, essa pesquisa traz como recorte o 8 de janeiro e eventos ligados diretamente a ele. Contudo, algumas afirmações extraídas dos dados brutos referem-se à eventos passados de importância significativa para a contextualização dos argumentos utilizados. Essas afirmações passaram a constituir a “ambientação” da trama.

Como explica Gancho (2010, p. 27), a ambientação é "o espaço carregado de características socioeconômicas, morais e psicológicas em que vivem as personagens" (2010, p. 27). Para a autora (Gancho, 2010), o ambiente tem as funções de situar as personagens em seu contexto, projetar os conflitos internos ou externos vividos pela personagem, estar em conflito com as personagens, e fornecer índices para o andamento do enredo. Geralmente, esses fatos e personagens foram considerados "plano de fundo" por se tratarem de narrativas

muito mais antigas que o 8 de janeiro, como no caso da relação da esquerda com o italiano Cesare Battisti, ou temas muito mais amplos, como a atuação do crime organizado no país.

O segundo movimento é o de “compreender a lógica do paradigma narrativo” (Motta, 2013). Nesse momento, a atenção retorna à trama, mas agora para observar de que modo suas partes se encadeiam. Isso é relevante porque há uma diferença entre organizar os acontecimentos apenas em ordem cronológica e organizá-los segundo uma ordem de causa e consequência. A partir daqui a metodologia já passa a exigir do analista inferências sobre possíveis relações causais entre os fatos, mas também um cuidado permanente para não projetar relações que não estão embasadas nos dados⁹. Abaixo, um trecho da trama do quadro 4 onde os dois tipos de relação são visíveis:

Jair Bolsonaro arrastava milhões de pessoas em suas aparições públicas. Eram pessoas de família, religiosos, agricultores, CACs e policiais. **Enquanto isso**, Lula não podia sair na rua porque era vaiado. **Mas** Jair Bolsonaro passou a ter a campanha boicotada pela Justiça Brasileira: impediram-o de falar que Lula era amigo de ditadores, que Lula foi preso e que Lula apoiava o aborto (...)

O conectivo “Enquanto isso” indica uma encadeamento cronológico, os dois fatos acontecem simultaneamente, ao passo que o conectivo “mas” indica uma reviravolta na trama, uma relação com um sentido mais profundo que a ordem cronológica e que, neste caso, indicará um antagonismo entre Justiça Brasileira e Bolsonaro e uma aproximação entre a primeira e Lula.

A partir dessas relações foi possível alcançar as “sequências-tipo” ou tramas mínimas. Para Todorov e Weinstein (1969), a trama mínima é definida por um processo de transformação, que segue a sequência equilíbrio → desequilíbrio → novo equilíbrio. Já na perspectiva de Gancho (2010), a trama é estruturada a partir do conflito e composta por quatro momentos principais: a Exposição, que apresenta o contexto da narrativa; a Complicação, onde surgem os conflitos centrais; o Clímax, ponto de maior tensão; e o Desfecho, que encerra o enredo.

Nem todas as funções da narrativa estudada tinham um encadeamento que poderia ser compreendido como uma trama mínima completa, mas os casos em que foi percebida uma sequência de ações que levavam a uma transformação da situação inicial foram destacados e nomeados para fazerem parte da análise como “sequências-tipo”.

⁹ Exige-se no analista não cair no mesmo erro dos conspiracionistas, que enxergam relação entre fatos não relacionados

O terceiro movimento Motta (2013) chama de “deixar surgirem os episódios”, mas nesta pesquisa a nomenclatura utilizada será a de “Funções”. No estudo de narrativas, as funções são consideradas o elemento mínimo de uma trama (Propp, 2001). De acordo com Barthes (1967), do ponto de vista linguístico, esses elementos podem estar representados por uma palavra, uma frase, um parágrafo ou um capítulo, mas para a narratologia são sempre uma ‘unidade’ que movimenta a trama em alguma direção. Sobre a discussão ao redor do termo, Motta (2013, p. 162) explica que:

(...) o procedimento aqui proposto guarda semelhança com o conceito de função, já consagrado na narratologia formalista e estruturalista. Concordo que a função, conforme descreve Propp, pode ser analiticamente tomada como uma unidade básica em algumas análises porque corresponde a uma macroposição da estória. Mas discordo, como já fizeram outros autores, que exista uma estrutura canônica fundada em funções universais e que elas sigam determinada ordem sequência. Mais ainda, diferente de Propp e dos estruturalistas, a identificação de motivos episódicos aqui proposta não tem o objetivo de revelar as constantes narrativas do conto, do filme ou da novela. Mas, sim, de observar de que maneira essas macroposições são estrategicamente articuladas pelo narrador para produzir, cognitivamente e esteticamente, certos efeitos de sentido (Motta, 2013, p. 162)

Quanto a isso, essa pesquisa se alinha à perspectiva de Motta, apenas o termo utilizado é diferente. Nesta etapa, as ações que moviam a trama foram identificadas e seus sentidos foram comparados em busca de generalizações que pudessem auxiliar na compreensão do projeto dramático. Isso significa que ações distintas como “investigar” e “impedir a depredação” foram agrupadas em uma mesma função, pois o sentido dessas ações na trama era o mesmo (combater as ações da Esquerda). No entanto, como já foi dito, o objetivo desta pesquisa não é encontrar uma estrutura única no “folclore político” analisado, mas organizar as funções dos personagens de forma que representem com mais clareza os papéis desempenhados na trama.

O quarto movimento de Motta (2013) é “permitir ao conflito dramático se revelar”. Trata-se de um momento especialmente relevante na Análise Crítica da Narrativa porque, como afirma o autor, o conflito funciona como o “frame cognitivo (enquadramento, perspectiva, ponto de vista) através do qual o narrador organiza a difusa e confusa realidade que pretende relatar” (Motta, 2013, p. 167).

Gancho (2010, p. 13) define conflito como “qualquer componente da história (personagens, fatos, ambiente, ideias, emoções) que se opõe a outro, criando uma tensão que organiza os fatos da história”. Motta (2013, p. 169) reforça essa ideia ao afirmar que “há sempre pelo menos dois lados em confronto em qualquer relato, há sempre interesses

contraditórios, há sempre algo que se rompe a partir de algum equilíbrio ou alguma estabilidade anterior que se interrompe e gera tensão”. Assim, na narrativa analisada, buscou-se identificar precisamente esses pontos de colisão: momentos em que um personagem ou lado é colocado contra outro, ou em que um ator é responsabilizado por impedir o avanço do outro.

Sem surpresas do ponto de vista narrativo, esses conflitos coincidiram com as sequências-tipo, pois são eles que acionam o movimento “equilíbrio → desequilíbrio → novo equilíbrio” descrito por Todorov e Weinstein (1969), permitindo visualizar com mais nitidez o percurso dramático que a oposição tentou construir.

O quinto movimento volta-se para as personagens, “personagem, metamorfose de pessoa a persona”, chama Motta (2013). Aqui o autor reforça que os personagens políticos não são as pessoas políticas reais (ou artistas, ou esportistas). Inseridas na narrativa, suas características, ações e motivações são moldadas pelas intenções argumentativas de quem narra e, por isso, pertencem ao projeto dramático e não à realidade. Como resume o autor: “em todas as narrativas, mesmo nas narrativas fáticas, não estamos nos referindo a pessoas reais, mas a personagens, figuras fabricadas pelo discurso” (Motta, 2013, p. 188). Portanto, o objetivo aqui é descobrir como as características, ações e valores dos personagens são moldados para influenciar a audiência, gerando identificações ou repulsa.

Há um distanciamento entre Motta e os estruturalistas nesse sentido. Barthes (1976) defende habilmente a inexistência do personagem como categoria no estudo da narrativa, uma vez que estes seriam meras ferramentas para a execução das funções, os elementos que de fato movem a história. Motta (2013), porém, propõe outra ênfase: para ele, a personagem “não é vista como produto das demandas internas da narrativa apenas, mas como criada por vontade de um narrador em função de sua estratégia narrativa” (Motta, 2013, p. 177). Nesta pesquisa adota-se essa segunda perspectiva. Ainda assim, para dar maior clareza à análise, alguns personagens foram aglutinados quando seus sentidos o permitiam – procedimento semelhante ao usado na organização das funções. Assim, diferentes afirmações sobre ministros do STF foram reunidas sob o personagem “Justiça brasileira” já na narrativa e menções a Lula e ao Governo Lula foram agrupadas na forma “Lula/Governo Lula” na hora de análise.

Ao longo dessas cinco etapas – que, vale reforçar, não se esgotam em uma sequência rígida, pois vão sendo retomadas conforme novos insights surgem com o aprofundamento no texto – foram identificadas e destacadas as principais categorias narrativas da pesquisa, isto é, os elementos narrativos que se mostraram mais relevantes para a análise. A seguir, uma sistematização desses elementos, antes de se avançar para o sexto movimento.

Quadro 5 - Categorias de análise dos elementos narrativos

Categoria	Descrição
Função	Unidade mínima que delimita o avanço da narrativa em qualquer direção
Sequência-tipo	Sequência de acontecimentos que indicam uma transformação da situação inicial
Conflito	Embate entre ações, interesses ou representações dos diferentes lados da história
Personagens	Personas fictícias que são construídas pelo narrador expressando ações, características e valores a fim de criar identificação ou repulsa com o público

Fonte: Elaboração própria

Por fim, o sexto movimento de Motta (2013) busca desvelar “as estratégias argumentativas” do narrador a partir do projeto dramático já reconstruído. No caso desta pesquisa, esse movimento foi direcionado para identificar de que modo elementos de desinformação e de pós-verdade são acionados como partes dessa estratégia, entendendo-os também como recursos argumentativos. Para isso, retomou-se a bibliografia apresentada no capítulo teórico, da qual se depreende que a desinformação pode operar como ferramenta retórica (Marshall, 2017; Seixas, 2019), acionando emoções (Seixas, 2019; Loveless, 2021), identidades (Seixas, 2019; Marshall, 2017; Bastos e Tuters, 2023) e divisões sociais (Seixas, 2019; Marshall, 2017; Bastos e Tuters, 2023), de modo a privilegiar uma visão própria de mundo que torna a factualidade dos argumentos secundária.

Quadro 6 - Categorias de análise de desinformação e pós-verdade

Categoria	Descrição
Narrativas Emotivas	Que mobilizam emoções, por vezes negativas, como forma de superar a factualidade dos argumentos
Narrativas Identitárias	Que mobilizam aspectos identitários, principalmente de valores e de identificação com o grupo, como forma de superar a factualidade dos argumentos
Narrativas de Polarização	Aspecto das narrativas Identitárias em que a construção da identidade se dá também pelo conflito com forças antagônicas
Narrativas sobre Realidades Alternativas	Reinterpretação dos fatos para privilegiar o conforto cognitivo, como forma de facilitar a aceitação dos argumentos

Fonte: Elaboração própria

No próximo capítulo será apresentada a narrativa reconstruída a partir das publicações, bem como os elementos que a compõem, analisados à luz dos estudos de narrativa, com o objetivo de descrever em detalhe o projeto dramático a partir das categorias do quadro 5. Apenas posteriormente, no capítulo de análise dos resultados, serão mobilizadas as categorias de desinformação para examinar os mecanismos de desinformação e pós-verdade presentes nessa narrativa.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo será apresentada a narrativa da oposição em relação ao 8 de janeiro e parte da análise realizada com o objetivo de destacar o seu projeto dramático, incluindo considerações sobre as funções, personagens e conflitos. No próximo capítulo, que se chama “Análise e discussão dos resultados”, essas categorias narrativas são relacionadas com as categorias da desinformação e da pós-verdade, que é o verdadeiro objetivo do trabalho.

O processo de reorganização dos fatos e personagens presentes nas publicações dos parlamentares de oposição resultou em duas narrativas (Narrativa 1 - O 8 de janeiro: Dos antecedentes às consequências; e Narrativa 2 - A Conspiração da Esquerda), que se sobrepõem, e mais um texto que reúne aspectos de ambientação para essas histórias (Ambientação - O Brasil entre Direita e Esquerda). Essas narrativas contam com praticamente os mesmos fatos, mas destacam alguns elementos que justificam sua divisão.

Além disso, como dito no capítulo anterior, próximo de cada ideia apresentada no texto foi acrescentado um Post-ID que rastreia até uma publicação o que está sendo afirmado. Esses posts-ID podem ser consultados na tabela de publicações ou podem ser acrescentados na url do instagram da seguinte forma: www.instagram.com/p/POST-ID, para acessar o original.

Foi feito o possível para que as narrativas fossem pelo menos um pouco interessantes à leitura, mas o objetivo principal sempre foi destacar o projeto dramático, então pede-se um pouco de tolerância para os leitores.

Ambientação - O Brasil entre Direita e Esquerda

Desde 2003, com a chegada do PT ao poder sob Lula, o país passou por escândalos de corrupção, como o Mensalão e o Petrolão [ID: Cwi4u4Eh-3c]. Ele e a esquerda protegem terroristas como Césare Battisti [ID: Csq7dHJJm_9], banalizam perseguições religiosas conduzidas por ditadores aliados [ID: CuAgDsdoMtm] e ainda financia alguns deles com dinheiro público. É o caso de Fidel Castro e do narcoterrorista Nicolás Maduro, que faz o povo venezuelano passar fome (ao ponto de precisar comer cachorros para sobreviver [ID: CtxHyM6s313]) e prendeu mais de 15 mil opositores [ID: Cuk_2tPONRe].

Em 2013 e 2017, manifestações financiadas pela esquerda aterrorizaram o país ao tentar invadir o Palácio do Planalto, o Congresso e a Esplanada dos Ministérios com violência. As forças de segurança contiveram a situação, houve poucas prisões [ID:

CxLihxrufHX] e, mesmo assim, a “turma dos direitos humanos” correu para os presídios para defender a impunidade [ID: Ct-S5R4AfFe].

Nesse contexto, o bolsonarismo surgiu como principal contraponto à Esquerda. Liderado por Jair Bolsonaro — que sobreviveu a uma tentativa de assassinato cujos mandantes jamais foram identificados [ID: Cvs3zX6qP_w] —, o bolsonarismo consolidou-se pela força política, pela honestidade e pelo respeito às quatro linhas da Constituição de Bolsonaro, tornando-o alvo do Sistema [ID: CyjSqyfAjac].

O novo governo Lula guia o país contra valores caros à sociedade brasileira. Com apoio do ativismo judicial do STF, tenta descriminalizar drogas [ID: CwEIF7et1j_]. A censura se espalha: parlamentares podem ser proibidos de usar redes sociais para expressar opiniões [ID: CxHGQ7nLZHw]. Tudo isso sinaliza um movimento capaz de transformar o Brasil em uma ditadura [ID: Cx_EZqsrff].

O cenário internacional evidencia as contradições internas. Enquanto o Grupo Wagner, na Rússia, tentou um golpe de Estado armado contra Putin com 25 mil homens fortemente equipados, no Brasil qualquer mobilização da direita é rotulada de “golpe” [ID: Ct-TZaBu1MJ]. E enquanto no Brasil a Justiça não aceita críticas ou sugestões de melhoria para as urnas eletrônicas sem transparência, a Argentina adotou, em 2023, um sistema misto com urnas e comprovantes impressos, ampliando a segurança do processo eleitoral [ID: CwDrDf6JBv2].

Narrativa 1 - O 8 de janeiro: Dos antecedentes às consequências

Nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro era um fenômeno de massas, arrastando milhões com ele em suas aparições [ID: CwDxxempXsq], seu público era feito de pessoas de família, religiosos, agricultores, CACs e policiais [ID: CtzuljaIaDK]. Já Lula não podia ir às ruas sem vaia e seus atos precisavam de ambientes fechados e controlados. Contudo, a campanha de Bolsonaro começou a ser boicotada pela Justiça: proibiram ele de falar das amizades de Lula com ditadores, proibiram ele de dizer que Lula foi preso, proibiram até de tocar no tema do aborto [ID: Cuk_2tPONRe] — enquanto milhares de inserções de rádio de Bolsonaro não foram ao ar no Nordeste, sem qualquer consequência para a campanha de Lula [ID: CtxHyM6s313]. Ao mesmo tempo, Lula (O Ladrão) mentia aos cristãos com uma carta “pró-família” e “contra o aborto” [ID: CwWgAHpKeat]. Quando veio a eleição, o resultado foi de derrota para Bolsonaro: criminosos comemoram a vitória de Lula em presídios pelo

país [ID: CxGoEZDOeLr], ao passo que entre os patriotas, medo e desconfiança — já que era evidente que o processo eleitoral era falho [ID: CwDrDf6JBv2] [ID: CuAgDsdoMtm].

Diante disso, acampar em frente aos quartéis foi um clamor pacífico como pedido de socorro às Forças Armadas: famílias, idosos, crianças, orações e o Hino Nacional — o verde-amarelo vivo nas barracas e nas ruas entre manifestantes patriotas [ID: CxMASLKxjwH]. Paralelamente, Bolsonaro sentia de aliados a pressão para que “desse a ordem” para as Forças Armadas, mas ele recusou qualquer aventura fora da Constituição [ID: CuAgDsdoMtm]. Respeitou o resultado, se recolheu e viajou aos Estados Unidos [ID: CuAgDsdoMtm].

Após a posse, os acampamentos começaram a esvaziar. Contudo uma mobilização nacional convocou manifestantes para um ato na Praça dos Três Poderes, com ônibus fretados do Brasil inteiro para aquele final de semana em Brasília [ID: CvanpbMAUhA]. Depois, o Brasil ficaria sabendo que entre os financiadores dos ônibus estava uma facção criminosa do Ceará — a bandidagem que elegeu Lula podia estar operando nos bastidores [ID: CxGoEZDOeLr].

Sabendo da movimentação, a Abin alertou o Governo Lula — o ministro do GSI, General Gonçalves Dias, e o ministro da Justiça, Flávio Dino, sabiam do risco e receberam recomendação formal para empregar a Força Nacional [ID: Ct_f04sgUC9] [ID: Cvsyc7fghF5]. Ainda assim, o governo nada fez: ignorou o Plano Escudo, dispensou reforço no Planalto e Lula armou uma viagem relâmpago no sábado, véspera do dia 8, talvez com a expectativa de ser beneficiado [ID: Cvciu5WOFr0] [ID: Cvssx60Lw-L] [ID: Cvsyc7fghF5].

No 8 de janeiro, os patriotas marcharam pacificamente rumo à Praça dos Três Poderes — manifestação legítima, garantida pela Constituição [ID: Ct1mBjQI7s3]. Contudo, os manifestantes violentos infiltrados exploraram as brechas de segurança deixadas pelo Governo Lula, aplicando tática de guerrilha para invadir e depredar as sedes dos Três Poderes [ID: CxHGQ7nLZHw]. Pelo efeito de manada, alguns manifestantes patriotas foram arrastados ao erro; outros entraram, oraram, recolheram objetos do chão e saíram [ID: CulE1yQR3Is] [ID: Cvrrvd9Oidz].

Ao mesmo tempo, o conluio do Governo com a violência ficava evidente: o fotógrafo Adriano Machado circulou no Planalto fazendo um ensaio fotográfico quase roteirizado da violência; contingentes da Força Nacional ficaram parados no Ministério da Justiça de Flávio Dino, impedidos de agir; a GLO não foi acionada; e G. Dias com sua equipe receberam invasores oferecendo água e indicando caminhos dentro do Palácio — um escândalo [ID: CvgPCTqLTaI] [ID: CwGcYF3Na2F] [ID: CwiJQiyLFpD] [ID: CvgPCTqLTaI]. Quando os

patriotas identificaram os infiltrados, começaram a proteger o patrimônio com apoio das forças de Segurança do DF [ID: Cwpmq_SurVh].

Depois, muitos voltaram aos acampamentos buscando proteção. Quando as coisas já estavam sendo controladas, o interventor do Governo Federal ordenou prisões arbitrárias pela Esplanada, e Lula exigiu das Forças Armadas que prendessem “todos” indiscriminadamente [ID: Ct_f04sgUC9]. Assim, mais de 1.500 patriotas foram entregues para detenção [ID: CxMASLKxjwH].

O governo, então, começou a se fazer de vítima e espalhou mentiras para culpar Bolsonaro e seus aliados [ID: Cvcui5WOFr0] [ID: CwEIF7et1j_]. Logo, parlamentares da Oposição reagiram e protocolaram uma CPI que investigasse os reais culpados do 8 de janeiro [ID: CtzvPgWsTNf]. Contradizendo sua posição de vítima, o Governo Lula fez de tudo para que a CPI não acontecesse: ofereceu milhões em emendas e cargos para que parlamentares retirassem suas assinaturas e impôs sigilo nas câmeras de segurança do Planalto. Mas a imprensa revelou os conluíus do governo: Gonçalves Dias entre os invasores servindo água, infiltrados de esquerda operando no quebra-quebra [ID: Cvrrvd9Oidz] [ID: Cv-nljcgtnm] [ID: Csq7dHJm_9]. Diante da pressão popular, o governo teve que mudar de estratégia, sequestrou a CPI com sua base para blindar seus aliados e obstruir as investigações. [ID: CtfGogmsKIB] [ID: CwEIF7et1j_].

Enquanto isso, a Justiça continuou com sua perseguição: prisões em massa, acusações de Golpe de Estado e Terrorismo, devido processo atropelado e defesas sem acesso aos autos [ID: CxZVBaNRyW2]. Nem George Washington de Oliveira, autor de uma tentativa de ataque a bombas em Brasília foi processado como terrorista da forma que os manifestantes patriotas estavam sendo [ID: Ct0IeCBrbGV]. Pais e mães viraram presos políticos, famílias desamparadas, crianças sofrendo — e os que bradam “direitos humanos” silenciaram [ID: CuA7ku5g9gm]. Até José Múcio Monteiro, ministro da Defesa de Lula, reconheceu o óbvio: não há golpe sem liderança e sem Exército [ID: CtuwXKoJk9I]. Mesmo os vândalos, que deveriam ser punidos como vândalos, não podiam ser demonizados como terroristas [ID: CtxHyM6s313]. A oposição amparou famílias, consolou inocentes e manteve a esperança acesa [ID: CvihwQ0xnni]. Contudo, vieram os julgamentos: 17 anos para os manifestantes patriotas, muito mais do que corruptos e traficantes e assassinos [ID: Cyjtl1-rOOz]. E, diante disso tudo, Congresso, OAB, Superior Tribunal Militar, Forças Armadas — calados enquanto o STF centraliza competências e impõe sua narrativa [ID: Cuk_2tPONRe].

Narrativa 2 - A Conspiração da Esquerda

Nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro era um fenômeno de massas, arrastando milhões às ruas em suas aparições [ID: CwDxxempXsq]. Já Lula não podia ir às ruas sem vaia e seus atos precisavam de ambientes fechados e controlados. Contudo, a campanha de Bolsonaro começou a ser boicotada pela Justiça [ID: Cuk_2tPONRe] — enquanto, milhares de inserções de rádio de Bolsonaro não foram ao ar no Nordeste, sem qualquer consequência para a campanha de Lula [ID: CtxHyM6s313]. Na eleição, uma urna sem a confiança da população selou a derrota de Bolsonaro [ID: CwDrDf6JBv2].

Era evidente, contudo, que Lula não tinha apoio popular de verdade.

Repentinamente, então, uma mobilização nacional convocou manifestantes para um ato na Praça dos Três Poderes, com ônibus fretados do Brasil inteiro para aquele final de semana em Brasília [ID: CvanpbMAUhA]. Depois, o Brasil ficaria sabendo que entre os financiadores dos ônibus estava uma facção criminosa do Ceará — a bandidagem que elegeu Lula podia estar operando nos bastidores [ID: CxGoEZDOeLr]

Sabendo da movimentação, a ABIN alertou o Governo Lula — o ministro do GSI, General Gonçalves Dias, e o ministro da Justiça, Flávio Dino, sabiam do risco e receberam recomendação formal para empregar a Força Nacional [ID: Ct_f04sgUC9] [ID: Cvsyc7fghF5]. Ainda assim, o governo ignorou o Plano Escudo, dispensou reforço no Planalto e Lula armou uma viagem relâmpago no sábado, véspera do dia 8, talvez com a expectativa de ser beneficiado [ID: Cvciu5WOFr0] [ID: Cvssx60Lw-L] [ID: Cvsyc7fghF5]

No 8 de janeiro, os patriotas marcharam pacificamente rumo à Praça dos Três Poderes [ID: Ct1mBjQI7s3]. Contudo, os manifestantes violentos infiltrados exploraram as brechas de segurança deixadas pelo Governo Lula, aplicando tática de guerrilha para invadir e depredar as sedes dos Três Poderes [ID: CxHGQ7nLZHw].

Ao mesmo tempo, o conluio do Governo com a violência ficava evidente: o fotógrafo Adriano Machado circulou no Planalto fazendo um ensaio fotográfico quase roteirizado da violência; contingentes da Força Nacional ficaram parados no Ministério da Justiça de Flávio Dino, impedidos de agir; a GLO não foi acionada; e G. Dias com sua equipe receberam invasores oferecendo água e indicando caminhos dentro do Palácio — um escândalo [ID: CvgPCTqLTaI] [ID: CwGcYF3Na2F] [ID: CwiJQiyLFpD] [ID: CvgPCTqLTaI].

O resultado foi que o Governo Lula começou a se fazer de vítima de algo que ele mesmo poderia ter evitado e a espalhar mentiras para culpar Bolsonaro e seus aliados [ID: Cvciu5WOFr0] [ID: CwEIF7et1j_]. Em resposta, parlamentares da Oposição tentaram criar

uma CPMI que investigasse os reais culpados do 8 de janeiro [ID: CtzvPgWsTNf], mas contradizendo sua posição de vítima, o Governo Lula fez de tudo para que a CPMI não acontecesse: ofereceu milhões em emendas e cargos para que parlamentares retirassem suas assinaturas. Mas a imprensa revelou os conluíus do governo: Gonçalves Dias entre os invasores servindo água, infiltrados de esquerda operando no quebra-quebra [ID: Cvrrvd9Oidz] [ID: Cv-nljcgtnm] [ID: Csq7dHJJm_9]. Diante da pressão popular, o governo teve que mudar de estratégia, sequestrou a CPMI com sua base para blindar seus aliados e obstruir as investigações. [ID: CtfgOgmsKIB] [ID: CwEIF7et1j_].

A Justiça, por sua vez, começou com sua perseguição: os coronéis Mauro Cid e Jean Lawand Junior se tornam alvos de *fishing expeditions*¹⁰ que resultaram na apreensão de documentos que não comprovam qualquer tipo de crime, mas que foram usados pela Esquerda para tentar incriminar Bolsonaro [ID: Cuk_2tPONRe] – mentiram até sobre a relação entre Bolsonaro e George Washington de Oliveira, o homem da bomba, que nunca teve contato com nenhum membro do governo ou da base bolsonarista [ID: CtzuljalaDK].

5.1 Funções

As funções representam as unidades mínimas de sentido da narrativa (Barthes, 1976), como se fossem seus blocos formadores. Há, em Propp (2001) e Barthes (1976), um movimento de buscar uma universalidade desses elementos, como se a linguagem narrativa fosse uniforme através dos tempos, mas Motta (2013) não dá a isso a mesma importância em sua análise crítica da narrativa. O próprio termo “função” é questionado pelo autor, utilizando, ao invés disso, “episódios” para demarcar um conjunto narrativo fechado em si. Nesta pesquisa usamos “função” para poder usar o termo “episódio” em outros contextos.

Foram identificadas 13 funções nas narrativas: Conquista, Sabotagem, Mentira, Derrota, Manifestação Pacífica, Manifestação Violenta, Respeito à Democracia, Combate à Esquerda, Proteção, Traição, Sabotagem, Mentira, Perseguição, Omissão/Conluio e Intervenção. Elas designam tanto momentos de mobilização da narrativa quanto os sentidos propostos por essa mobilização. Por exemplo, tanto “Manifestantes combateram infiltrados” quanto “Oposição protocolou pedido de CPMI” se enquadram na função “Combate à Esquerda” porque, apesar de serem ações bem distintas, o sentido pretendido dentro do projeto dramático é o mesmo. Abaixo uma apresentação de cada uma e seu uso na narrativa:

¹⁰ Busca genérica e ampla demais por provas sem lastro comprobatório de qualquer crime, com finalidade de descobrir um ilícito para incriminar o alvo

Quadro 7 - Lista de funções e seus usos nas narrativas

Função	Uso na narrativa
Conquista	Jair Bolsonaro era um fenômeno de massas
Sabotagem	Bolsonaro começou a ser boicotada pela Justiça
	A bandidagem que elegeu Lula podia estar operando nos bastidores
	Governo Lula fez de tudo para que a CPMI não acontecesse
	Governo teve que mudar de estratégia, sequestrou a CPMI com sua base
Mentira	Lula (O Ladrão) mentia aos cristãos
	O governo então começou a se fazer de vítima e espalhou mentiras para culpar Bolsonaro e seus aliados
	(Documentos que não comprovam qualquer crime) foram usados pela Esquerda para tentar incriminar Bolsonaro
	mentiram até sobre a uma relação entre Bolsonaro e George Washington de Oliveira
Derrota	Derrota para Bolsonaro
Manifestação Pacífica	Acampar em frente aos quartéis foi um clamor pacífico
	Os patriotas marcharam pacificamente rumo à Praça dos Três Poderes
Manifestação Violenta	Bolsonaro sentia de aliados a pressão para que “desse a ordem”
	Manifestantes violentos infiltrados exploraram as brechas de segurança deixadas pelo Governo Lula, aplicando tática de guerrilha para invadir e depredar as sedes dos Três Poderes
	Pelo efeito de manada, alguns manifestantes patriotas foram arrastados ao erro (depredar o patrimônio)
Respeito à Democracia	(Bolsonaro) recusou qualquer aventura fora da Constituição
	Após a posse, os acampamentos começaram a esvaziar
Omissão/Conluio	O Governo nada fez: ignorou o Plano Escudo, dispensou reforço no Planalto e Lula armou uma viagem relâmpago no sábado, véspera do dia 8
	O conluio do Governo com a violência ficava evidente: ensaio fotográfico quase roteirizado, contingentes da Força Nacional ficaram parados, a GLO não foi acionada, G. Dias com sua equipe receberam invasores
Combate à Esquerda	Quando os patriotas identificaram os infiltrados, começaram a proteger o patrimônio
	Protocolaram uma CPMI que investigasse os reais culpados do 8 de janeiro
	A oposição amparou famílias
Proteção	Voltaram aos acampamentos buscando proteção

Função	Uso na narrativa
Traição	Patriotas foram entregues para detenção Congresso, OAB, Superior Tribunal Militar, Forças Armadas — calados
Perseguição	Governo Federal ordenou prisões arbitrárias pela Esplanada e Lula exigiu das Forças Armadas que prendessem “todos” indiscriminadamente Justiça continuou com sua perseguição vieram os julgamentos: 17 anos para os manifestantes patriotas Os coronéis Mauro Cid e Jean Lawand Junior se tornam alvos de fishing expeditions
Intervenção	Sabendo da movimentação, a Abin alertou o Governo Lula Mas a imprensa revelou os conluios do governo Até José Múcio Monteiro, ministro da Defesa de Lula, reconheceu o óbvio: não há golpe sem liderança e sem Exército

Fonte: Elaboração própria

Por serem os blocos construtores da narrativa, a maioria das funções será melhor abordada a partir de outras estruturas, como os conflitos e tramas, contudo algumas merecem destaque já como elemento básico.

5.1.1 Manifestação Pacífica vs Manifestação Violenta

As funções de Manifestação Pacífica e Manifestação Violenta perpassam a narrativa com forte significação. É evidente que o imaginário bolsonarista coloca essa dicotomia como parte de seus valores e de seu afastamento em relação à Esquerda, por exemplo nas reiteradas vezes em que as manifestações de 2013 e 2017 são citadas pelos parlamentares nas suas publicações (consideradas nesta narrativa como parte da ambientação).

(Marco Feliciano) Digo isso porque, em 2017, colocaram 35 mil pessoas aqui, senador Magno Malta. Incendiaram o Itamaraty. E 35 mil pessoas não conseguiram chegar perto do Palácio do Planalto. Em 2013, 30 mil pessoas e não conseguiram chegar perto do Palácio do Planalto. [ID: CtxHyM6s313]

<corta para um fundo preto e o texto "2017" aparece com efeito de digitado. Em seguida corta para uma reportagem do JN>

(Renata Vasconcelos) A manifestação foi promovida e paga pela CUT e pela força sindical. Os manifestantes pediam a saída do presidente Temer [ID: CwiJQiyLFpD]

(Flávio Bolsonaro) Eu tenho 20 anos de vida pública, já vi diversas manifestações violentas da extrema-esquerda, com Black Blocks no Rio de Janeiro [ID: CtuwXKoJk9I]

Contudo, as imagens do 8 de janeiro são, visualmente, independente de qualquer interpretação sobre seus objetivos ou motivos, uma manifestação violenta perpetrada por pessoas que se identificaram como seguidores de Bolsonaro, provocando, assim, um descompasso cognitivo no público que tem essa dicotomia como algo basilar de sua identidade. É tão evidente esse descompasso que esse é um dos pontos mais contraditórios da narrativa. Ao longo da CPMI os parlamentares de oposição não conseguem decidir se tomam uma posição crítica em relação a esses manifestantes, se investem em atenuantes como o “efeito de manada”, ou se jogam a culpa totalmente em infiltrados de esquerda.

(Marco Feliciano) Alguns foram vândalos, sim, mas nunca foram terroristas. Nem os vândalos eu chamo de terroristas. São vândalos, têm que ser tratados como vândalos [ID: CtxHyM6s313]

(Legenda - Eduardo Girão) Inocentes que podem ter caído em uma armadilha e via “efeito manada” ou do “Maria vai com as outras” adentraram nos prédios públicos por curiosidade [ID: CulE1yQR3Is]

(Eduardo Girão) Como o senador Magno Malta colocou, é muito estranho, muito estranho, se protagonizar um golpe de Estado num domingo, pessoas sem armas, com Bíblia debaixo do braço. Agora tem aquela história, que aí é que a gente tem que ver, identificar possíveis infiltrados aí. Tática de guerrilha. Quem são os extremistas que estavam lá? isso a gente precisa saber [ID: CulE1yQR3Is]

Essa pressão discursiva para normalizar o 8 de janeiro e seu contexto chega ao ponto de criar atenuantes para o pedido que o coronel Jean Lawand Júnior fez para Bolsonaro mobilizar as Forças Armadas e, mais surpreendente, para a tentativa de atentado à bomba de George Washington de Oliveira. Essas são ações que ‘no mundo real’ não poderiam ter paralelo com uma “manifestação violenta”, mas que nessa narrativa se aproximam justamente por causa desse movimento atenuante da oposição.

(Jorge Seif) Muitas vezes queremos aconselhar as pessoas e no desespero — que eu compactuo com o senhor [Jean Lawand] — quando vi, emblemático no dia da posse do atual presidente, um cara que foi encontrado cheio de dinheiro na cueca dentro de um aeroporto, líder do governo, segurando a mãozinha dele. (...) O senhor diz o seguinte: ‘Cidão, pelo amor de Deus, cara, ele dê a ordem que o povo está com ele, se os caras não cumprirem o problema deles, acaba o Exército Brasileiro se esses caras não cumprirem’ [ID: CuAgDsdoMtm]

(Jornalista 1) (...) sexta-feira o senhor falou bastante durante o depoimento do George Washington, que foi acusado, condenado, por colocar a bomba no caminhão. O que o senhor achou do depoimento dele?

(Jorge Seif) Nós vimos ali que era uma pessoa que, inconformada com a eleição do atual presidente, acabou perdendo a cabeça [ID: Ct9_ds9onxz]

É certo que essa ambivalência também pode ser entendida como parte estratégica do discurso da pós-verdade e, dessa forma, como proposital, mas em termos narrativos ela apresenta-se realmente como uma fragilidade, porque diminui a coerência narrativa.

5.1.2 Respeito à Democracia

A função de “Respeito à Democracia” não indica, de forma alguma, respeito à democracia na prática. Contudo, dois momentos importantes da narrativa construída pela oposição são a viagem de Bolsonaro para os Estados Unidos, usada como “prova” de seu distanciamento de qualquer coisa relacionada ao 8 de janeiro, e o esvaziamento dos acampamentos após a posse de Lula. Esse segundo momento não é indicado nos discursos como um momento de respeito à decisão da maioria dos brasileiros, mas é também usado como fator de distanciamento dos acampamentos patriotas das manifestações violentas de 12 de dezembro e do 8 de janeiro, por isso ambos se enquadram nessa função.

(Jorge Seif) Aí o senhor [Jean Lawand], dia 22 de 12, "boa tarde, irmão, cadê a ordem, Cid, pelo amor de Deus? "Presidente Bolsonaro em silêncio, respeitando a democracia, apesar de toda a tristeza dele, do senhor e de 58 milhões de brasileiros que votaram nele

(...)

(Jorge Seif) Ele [Bolsonaro] respeitou o resultado das eleições, se calou, se isolou e ficou fora do país! [ID: CuAgDsdMtm]

(Flávio Bolsonaro) E aí, nas trocas de mensagens também, nos alertas que o senhor envia, começa a haver uma desmobilização desses acampamentos, a partir de 2 de janeiro deste ano. Portanto, uma diminuição do movimento das pessoas e acreditando-se que isso iria se esvaziar naturalmente.

Assim como a questão das manifestações violentas, essa perspectiva forçada sobre o significado das ações de Bolsonaro e dos acampados indica um esforço argumentativo para aliviar a dissonância cognitiva dos bolsonaristas em relação ao que a realidade estava denotando: Jair nunca reconheceu o resultado das eleições e, portanto, reforçou o imaginário que justificaria o 8 de janeiro; e os responsáveis pela violência naquele dia eram as mesmas pessoas acampadas por meses em frente aos quartéis.

5.1.3 Combater a Esquerda

A função de combater a esquerda é fundamental também para o imaginário bolsonaristas. A esquerda não é um campo com o qual se possa dialogar ou debater, ela e suas ações precisam ser combatidas. Isso fica claro quando os Manifestantes Patriotas começam a combater os Manifestantes Violentos não por serem seus pares praticando tais atos, mas por serem infiltrados de esquerda e petistas. Isso também é evidenciado quando a Oposição está atuando no âmbito da CPMI, uma vez que seu esforço de “investigar” (que poderia ser uma função em outras narrativas) tem como objetivo “combater as narrativas do governo”.

<Outra cena mostra uma mulher vestida de verde e amarelo no terraço do Congresso. Acima dela o texto "Patriotas relatando casos de infiltrados">

(Manifestante mulher 2) Nesse exato momento eu vou falar um negócio, o bando de petista invadiu e está tentando tacar fogo e a gente está brigando contra eles ó!

<A mulher aponta para um grupo de pessoas de verde e amarelo> [ID: Cwpmq_SurVh]

[Legenda] (Eduardo Girão) Que possamos cumprir nosso dever e identificar os responsáveis pela ação e omissão dos deploráveis atos, mesmo em meio à sabotagem explícita do Gov LUL4 que só pensa em construir narrativas irresponsáveis [ID: CulE1yQR3Is]

Outra situação em que o Combate à Esquerda aparece para marcar um antagonismo entre os campos é quando falam de como a Oposição amparou as famílias inocentes do 8 de janeiro e defendeu seus Direitos Humanos. Esse antagonismo é menos evidente que os demais à primeira vista, mas fica claro pela ambientação da história, em que “a turma dos direitos humanos correu para os presídios para defender a impunidade [das manifestações de 2013 e 2017]”.

[Legenda] (Eduardo Girão) Aproveitei para indagar a respeito dos atos de vandalismo do PT ocorridos em 2017, quando vários Ministérios foram depredados e quando 40 pessoas ficaram feridas, apenas 7 foram presas (...) No dia seguinte a turma dos “direitos humanos” e vários parlamentares da esquerda fizeram fila para tirar os manifestantes detidos! [ID: Ct-S5R4AfFe]

(Eduardo Girão) Cadê essa turma dos direitos humanos? Que fala tanto, enche a boca para falar em direitos humanos, e vê centenas de brasileiros que não têm o seu devido processo legal respeitado. Pais e mães presos [ID: CuA7ku5g9gm]

5.1.4 Omissão e Conluio

A função de “omissão/conluio” marca o principal tema de argumentação da oposição ao longo da CPMI. Toda a culpa do oito de janeiro recai sobre essa suposta omissão do Governo, que não teria se preparado para a violência daquele dia. Essa omissão seria evidenciada pelos avisos da Abin ao Governo – incluindo aí principalmente o general Gonçalves Dias – e a tropa da Força Nacional que ficou “parada” no Ministério da Justiça enquanto se desenrolavam os eventos na Praça dos Três Poderes. Entretanto, conforme outros argumentos são apresentados, os casos de suposta omissão vão se transformando em evidências de conluio, ou seja, é imposto a esses fatos desconexos uma relação narrativa forçada que conduz a uma compreensão diferente do mundo, exatamente o movimento que Girardet (1987) aponta como parte da narrativa conspiracionista. Por isso que omissão/conluio são interpretados como uma mesma função.

(Flávio Bolsonaro) Bom, hoje é um dia de, mais uma vez, vitória à oposição, porque o depoimento do fotógrafo da Reuters confirma aquilo que nós já suspeitávamos de uma total omissão do Ministro da Justiça, Flávio Dino [ID: Cv-nljcgtnm]

[Legenda] (Eduardo Girão) Mas graças a Deus, com as orações dos justos, vamos aos poucos conseguindo “combater o bom combate” para identificar os culpados, seja por ação ou omissão sobre tal emblemático dia [ID: CvgPCTqLTaI]

(Flávio Bolsonaro) Esse sim [Lula] a gente tem que ter a suspeita de que sabia e deixou Brasília com a expectativa de que realmente pudesse acontecer o dia 8, porque alguém só organiza algo com a expectativa de que vai ser beneficiado por isso [ID: Cvsyc7fghF5]

5.1.5 Intervenção

A função de “intervenção” indica um auxílio externo em prol dos protagonistas. Ela é importante porque quando aparece na trama aponta para um possível desfecho positivo, mas a força dos antagonistas é tão avassaladora que supera o auxílio externo todas as vezes. Isso cria tensão e drama.

São três momentos em que aparece: quando a Abin avisa do risco de violência no 8 de janeiro, sendo ignorada, o que, no projeto dramático da oposição, é o que permite as manifestações violentas (e, portanto, também a base para argumentação de omissão e conluio); quando diversas personalidades falam que é impossível o 8 de janeiro ser uma tentativa de golpe – e depois mesmo assim a justiça condena os manifestantes por isso; e quando a imprensa revela os vídeos da omissão do Governo Federal, forçando o aceite da CPMI, mas de nada adianta pois a mesma é “sequestrada” pela base governista.

(Eduardo Bolsonaro) Desde quando iniciaram os alertas, o senhor tem ciência, desde quando se iniciaram os alertas da Abin sobre possíveis manifestações violentas?

(Jorge Eduardo Naime) Excelência, isso começou a partir das 18h38 do dia 6. 18h38 é o primeiro alerta para aquele primeiro grupo, com o SISBIN, que era a Abin, com vários órgãos do governo federal. E aí, logo na sequência, no dia 7, logo pela manhã, eles criam esse grupo CISP, e aí começam os alertas sobre chegada de ônibus, falando sobre as incitações, sobre as falas. E aí, no domingo, dia 8 às 10 horas da manhã, é divulgado nesses dois grupos, tanto no SISBIN como no CISP [ID: Ct_f04sgUC9]

(Eduardo Girão) Mas quando vazaram aquelas imagens, olha a coincidência, quando vazaram as imagens lá do Palácio do Planalto, mostrando o general do Lula, o G. Dias, servindo água com a sua equipe para os invasores, como se fossem amigos. Ali foi um escândalo que teve que acontecer a CPMI. O que é que eles fizeram? Ocuparam para blindar os poderosos, só passa requerimentos e não passam outros [ID: Cvrrvd9Oidz]

(Flávio Bolsonaro) Ai não é o Flávio Bolsonaro, não é a direita golpista que está falando, que foi essa entrevista publicada hoje do ministro Zé Mucio, ministro de Estado da Defesa do governo Lula, Opinião dele, aspas dele: ‘Ato golpista não tem grande líder por trás’ [ID: CtuwXKoJk9I]

5.1.6 Traição

A função de traição serve como um desfecho trágico mais do que como uma movimentação da história e reforça tanto a posição de vítima dos manifestantes bolsonaristas quanto a posição de vilão do Governo Lula e da Justiça, que são as forças que atuam para que eles sejam traídos. Ela aparece no final do dia 8, quando os patriotas estão voltando para os acampamentos em frente aos quartéis em busca de proteção – momento em que Lula exige a prisão de todos e o General Dutra concede – e depois quando estes são condenados sem qualquer manifestação de instituições públicas relacionadas ao estado democrático de Direito.

<Corta para imagens de vários homens de idade vestindo bandeiras e roupas da cor da bandeira, aparentemente cantando o hino nacional

(Militar 1) [Lula disse] General, são criminosos, tem que ser todos presos.
<Corta para o discurso de Jorge Seif durante a CPMI do 8 de janeiro>

(Jorge Seif - emocionado, chorando) Você tem coragem agora de chamar essas pessoas que clamavam por vocês, clamavam por justiça, de criminosos, general? (...) Eu quero repetir para o senhor. O senhor é um covarde. E o senhor presta continência para a comunista. E o senhor hoje serve a um ladrão. E o senhor traiu o seu povo [ID: CxMASLKxjwH]

(Jorge Seif) Sabe o que está escrito no artigo 124 da Constituição? Que militares são julgados pelo Superior Tribunal Militar! Mas sabe o que aconteceu dia 27 de fevereiro? STF fixa competência para si, para processar e julgar militares pelos atos de 8 de janeiro. OAB em silêncio, Superior Tribunal Militar em silêncio, Forças Armadas em silêncio, Parlamento em silêncio [ID: Cuk_2tPONRe]

5.2 Sequências-tipo

O que torna os fios da narrativa uma trama não é a ordem cronológica dos eventos encadeados, mas sim a relação de consequência entre um evento e outro, o que, por vezes, leva a algum tipo de transformação. Na prática, durante a reconstrução da narrativa da oposição, observou-se que nem sempre as histórias do mundo real respeitam essa lógica, mas nos momentos em que isso aconteceu – ou seja, quando os fatos ligados pela lógica da consequência resultaram em uma mudança para a história –, a narrativa ganhou densidade, dando à essa sequência um significado maior do que as partes separadas e, assim, contribuindo para a apreensão do projeto dramático em curso.

Neste caso, quatro foram as sequências significativas observadas, sendo as três primeiras: Quando a vitória de Bolsonaro é sabotada pela Justiça Brasileira, transformando-se em derrota; quando, após sua derrota, Bolsonaro é tentado a romper com a democracia, mas opta por manter sua integridade; e quando as manifestações pacíficas do 8 de janeiro são interrompidas pelos infiltrados, que são, em seguida, combatidos pelos manifestantes patriotas. Abaixo, trechos resumidos do episódio “8 de janeiro: Dos antecedentes às consequências” e algumas considerações sobre as mesmas.

A primeira sequência de eventos apresenta como a vitória foi tomada de Bolsonaro pelo complô entre Justiça e Esquerda.

Nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro era um fenômeno de massas, arrastando milhões com ele em suas aparições [ID: CwDxxempXsq]. Contudo, a campanha de Bolsonaro começou a ser boicotada pela Justiça [ID: Cuk_2tPONRe][ID: CtxHyM6s313]. Ao mesmo tempo, Lula (O Ladrão) mentia aos cristãos com uma carta “pró-família” e “contra o aborto” [ID: CwWgAHpKeat]. Quando veio a eleição, o resultado foi de derrota para Bolsonaro.

Essa é uma sequência fundamental para a história, pois ela explicita o conflito narrativo que irá justificar as ações dos manifestantes patriotas e dos aliados de Bolsonaro que pediam por uma ruptura democrática. O que a mudança de uma vitória certa para uma derrota denota é injustiça ou ilegitimidade do processo eleitoral daquele ano.

(Marco Feliciano) E de repente eles veem que o candidato deles, que tinha essa multidão de pessoas que o acompanhavam pelas ruas, ser perseguido politicamente e não poder exercer o seu direito de fazer uma campanha extremamente transparente, que não foi [ID: CtxHyM6s313]

(Jorge Seif) E o senhor, como 58 milhões de brasileiros que votaram no presidente Bolsonaro, indignados [ID: CuAgDsdoMtm]

A segunda sequência de eventos apresenta o conflito interno de Bolsonaro após a derrota.

Diante [da derrota injusta], acampar em frente aos quartéis foi um clamor pacífico como pedido de socorro às Forças Armadas [ID: CxMASLKxjwH]. Paralelamente, Bolsonaro sentia de aliados a pressão para que “desse a ordem” para as Forças Armadas, mas ele recusou qualquer aventura fora da Constituição [ID: CuAgDsdoMtm].

Seus apoiadores e seus aliados se mobilizavam na direção de uma ruptura democrática, o coronel Jean Lewand mandava mensagens explícitas sobre isso através do ajudante de ordens, Mauro Cid. Apesar disso, Bolsonaro resistiu à tentação e manteve-se dentro de seu bordão das “quatro linhas da Constituição”.

(Jorge Seif) Aí o senhor [Jean Lawand], dia 22 do 12, "boa tarde, irmão, cadê a ordem, Cid, pelo amor de Deus? " Presidente Bolsonaro em silêncio, respeitando a democracia, apesar de toda a tristeza dele, do senhor e de 58 milhões de brasileiros que votaram nele. Nada aconteceu, Lula é presidente para a infelicidade do Brasil em que nós estamos vivendo a desordem. E o senhor, mesmo com toda a sua indignação, mesmo com a influência sobre Mauro Cid, o presidente não fez nada. Então a narrativa de golpe, senhor presidente, está totalmente cancelada [ID: CuAgDsdoMtm]

Esse movimento de resistir à tentação está presente no monomito (Campbell, 2007) e é anterior à Apoteose, ou seja, o momento em que o Herói transcende e aproxima-se do status de divindade. Eu não argumentaria no sentido de que, ao ignorar essas pressões e alçar voo para os EUA, Bolsonaro estaria, simbolicamente, alcançando a superioridade moral de quem respeitou o resultado das eleições – porque não foi isso o que aconteceu –, mas narrativamente, dentro do projeto dramático da oposição, isso o deixa inequivocamente com o status de herói.

A terceira sequência de eventos é o conflito direto entre manifestantes patriotas e infiltrados.

No 8 de janeiro, os patriotas marcharam pacificamente rumo à Praça dos Três Poderes [ID: Ct1mBjQI7s3]. Contudo, os manifestantes violentos infiltrados exploraram as brechas de segurança deixadas pelo Governo Lula, aplicando tática de guerrilha para invadir e depredar as sedes dos Três Poderes [ID: CxHGQ7nLZHW]. Pelo efeito de manada, alguns manifestantes patriotas foram arrastados ao erro; outros entraram, oraram, recolheram

objetos do chão e saíram [ID: CulE1yQR3Is] [ID: Cvrrvd9Oidz] (...) [Contudo, quando] os patriotas identificaram os infiltrados, começaram a proteger o patrimônio com apoio das forças de Segurança do DF [ID: Cwpmq_SurVh].

Esse é um movimento importante para os Manifestantes Patriotas como personagem pois representa um tipo de redenção. Eles iniciaram sua mobilização do dia 8 de janeiro com uma marcha pacífica, mas foram enganados pelos infiltrados e levados à violar esse valor ordeiro que lhes é tão caro. Contudo, ao perceberem o problema eles se voltam contra os manifestantes violentos, “combatem a esquerda”, e conseguem, com apoio da polícia, restabelecer a ordem.

<Outra cena mostra manifestantes do lado de fora de algum prédio público aplaudindo, enquanto dois ou três policiais se afastam na direção de um grupo maior>

<Outra cena mostra imagens confusas, mas parece ser na câmara dos deputados enquanto policiais conversam com alguns manifestantes>

(Manifestante homem 5) Eu expliquei para ela que tinha o pessoal infiltrado e quebrou os vidros. Não fomos nós, ela entendeu, viu? Nós não quebramos nada [ID: Cwpmq_SurVh]

A quarta sequência é diferente das demais e talvez mais significativa por causa disso e diz respeito aos dois desfechos da história: a criação da CPMI e a condenação dos manifestantes. Abaixo os trechos como descritos no episódio “8 de janeiro: Dos antecedentes às consequências”.

O governo então começou a se fazer de vítima e espalhou mentiras para culpar Bolsonaro e seus aliados [ID: Cvcu5WOFr0] [ID: CwEIF7et1j_]. Logo, parlamentares da Oposição reagiram e protocolaram uma CPMI que investigasse os reais culpados do 8 de janeiro [ID: CtzvPgWsTNf]. Contradizendo sua posição de vítima, o Governo Lula fez de tudo para que a CPMI não acontecesse. Mas a imprensa revelou os conluíus do governo [ID: Cvrrvd9Oidz] [ID: Cv-nIjcgtnm] [ID: Csq7dHJm_9]. Diante da pressão popular, o governo teve que mudar de estratégia, sequestrou a CPMI com sua base para blindar seus aliados e obstruir as investigações. [ID: CtfgOgmsKIB] [ID: CwEIF7et1j_].

Enquanto isso, a Justiça continuou com sua perseguição [ID: CxZVBaNRyW2]. A oposição amparou famílias, consolou inocentes e manteve a esperança acesa [ID: CvihwQ0xnni] e até José Múcio Monteiro, ministro da Defesa de Lula, reconheceu o óbvio: não há golpe sem liderança e sem Exército [ID: CtuwXKoJk9I]. Contudo, vieram os julgamentos: 17 anos para os manifestantes patriotas, muito mais do que corruptos e traficantes e assassinos [ID: Cyjtl1-rOOz].

O que essas sequências fazem é indicar uma possibilidade de transformação e, em seguida, acabar com essa possibilidade. No primeiro caso, temos a mentira do governo como ponto inicial, a reação da oposição pedindo por CPMI, a sabotagem do governo à CPMI, um

raio de esperança, que é a revelação da imagens de Gonçalves Dias no Planalto com os manifestantes – o clímax –, e a conclusão catastrófica graças a um aparente inescapável poder do Governo Lula de impedir qualquer investigação que poderia comprovar a inocência dos protagonistas ou a culpa do próprio governo.

No segundo caso o processo é parecido. A perseguição da Justiça contra os manifestantes – buscando penas muito mais severas do que os “vandalismos” do dia oito justificariam – mais uma reação da Oposição, apoiada agora pelo argumento de autoridade externa (optou-se por destacar a defesa do ministro José Múcio Monteiro, mas nas publicações vários outros personagens representam esse papel), mas que em nada muda a disposição da Justiça em condenar severamente os manifestantes.

Ao indicar uma possibilidade de mudança positiva (para os protagonistas) e depois apresentar um final infeliz, a narrativa reforça a condição de inevitabilidade do mal, sua opressão e seu poder – fatores que irão contribuir profundamente para a produção de emoções da trama conspiracionista.

(Eduardo Girão) Eu quero sempre lembrar, esse governo Lula não queria essa CPMI, vocês lembram disso. Fez de tudo para que não acontecesse. A imprensa denunciou, parlamentares denunciaram ofertas milionárias, dezenas de milhões para retirarem as assinaturas daqueles que tinham assinado, oferecendo cargos no governo federal para retirar as assinaturas, mas quando vazaram aquelas imagens, olha a coincidência, quando vazaram as imagens lá do Palácio do Planalto, mostrando o general do Lula, o G. Dias, servindo água com a sua equipe para os invasores, como se fossem amigos. Ali foi um escândalo que teve que acontecer a CPMI. O que é que eles fizeram? Ocuparam para blindar os poderosos, só passam requerimentos e não passam outros [ID: Cvrrvd9Oidz]

[Legenda](Eduardo Girão) Se agissem minimamente nada daquela quebraadeira teria acontecido e gente inocente não estaria pegando INJUSTAMENTE 17 anos de condenação de um STF político que solta corruptos e traficantes a torto e a direita...Essa inversão de valores nefasta explica o boicote explícito para não ouvir personagens-chaves que a Comissão se negou a chamar com o voto do PT e seus aliados [ID: Cyjtl1-rOOz]

5.3 Conflitos

Os conflitos são, para Motta (2013), os elementos que dão o *frame* cognitivo para a narrativa, uma vez que colocam os personagens em oposição, criando assim um eixo de sentido para a história, que será chave para compreender o projeto dramático da narrativa. Abaixo, um quadro apresenta os conflitos observados nos episódios narrados e o

enquadramento que esses conflitos sugerem. O leitor menos atento vai notar que esses conflitos se sobrepõem às sequências tratadas na seção anterior, não é uma coincidência, já que conflitos são a chave das transformações destacadas ali, mas aqui serão abordados de outra forma.

Quadro 8 - Lista de Conflitos

Conflito	Narrativa	Enquadramento
A eleição de 2022	Nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro era um fenômeno de massas, arrastando milhões com ele em suas aparições [ID: CwDxxempXsq]. Já Lula não podia ir às ruas sem vaías e seus atos precisavam de ambientes fechados e controlados. Contudo, a campanha de Bolsonaro começou a ser boicotada pela Justiça. Ao mesmo tempo, Lula (O Ladrão) mentia aos cristãos com uma carta “pró-família” e “contra o aborto” [ID: CwWgAHpKeat]. Quando veio a eleição o resultado foi de derrota para Bolsonaro.	Evidencia a posição do Bolsonarismo contra a Esquerda
A perseguição da Justiça	Quando cidadãos honestos, cristãos e patriotas [ID: CxMASLKxjwH] viram a Justiça boicotar a campanha eleitoral de Bolsonaro em 2022 para dar a vitória a Lula [ID: Cuk_2tPONRe], um temor pelo que isso poderia representar para o futuro do país se instaurou [ID: CtxHyM6s313] e, por isso, acampamentos em frente aos quartéis surgiram como um clamor pacífico, pedindo socorro às Forças Armadas [ID: CxMASLKxjwH]. (...) Lula exigiu das Forças Armadas que prendessem “todos” indiscriminadamente e, assim, mais de 1.500 patriotas foram entregues para detenção [ID: CxMASLKxjwH]. Sob domínio da Justiça Brasileira, os manifestantes patriotas foram acusados de Golpe de Estado e Terrorismo, tiveram o devido processo atropelado e as defesas ficaram sem acesso aos autos [ID: CxZVBaNRyW2]. Pais e mães viraram presos políticos, famílias desamparadas, crianças sofriam — e os que bradam “direitos humanos” silenciaram [ID: CuA7ku5g9gm].	Evidencia a posição de vítima dos manifestantes presos
A luta contra a conspiração da Esquerda	O resultado [do 8 de janeiro] foi que o Governo Lula começou a se fazer de vítima de algo que ele mesmo poderia ter evitado e a espalhar mentiras para culpar Bolsonaro e seus aliados [ID: Cvcu5WOFr0] [ID: CwEIF7et1j_]. Em resposta, parlamentares da Oposição tentaram criar uma CPI que investigasse os reais culpados do 8 de janeiro [ID: CtzvPgWsTNf]. O Governo Lula fez de tudo para que a CPI não acontecesse: ofereceu milhões em emendas e cargos para que parlamentares retirassem suas assinaturas. Mas a imprensa revelou os conluios do governo [ID: Cvrrvd9Oidz] [ID: Cv-nIjcgtnm] [ID: Csq7dHJJm_9]	Evidencia o heroísmo da Oposição
O conflito interno do Bolsonarismo	Diante [da derrota orquestrada pelo Judiciário], muitos apoiadores [de Bolsonaro] decidiram acampar em frente aos quartéis, desconfiados do resultado, clamando pacificamente por socorro às Forças Armadas [ID: CxMASLKxjwH]. Paralelamente, Bolsonaro sentia a pressão para que “desse a ordem” para as Forças Armadas, seu assistente de ordens, Mauro Cid, recebia mensagens implorando por isso, mas o presidente recusou qualquer aventura fora da Constituição [ID: CuAgDsdoMtm]. Respeitou o resultado, se recolheu e viajou aos Estados Unidos [ID: CuAgDsdoMtm].	Evidencia a inocência de Bolsonaro

Conflito	Narrativa	Enquadramento
O combate do 8 de janeiro	No 8 de janeiro, os patriotas marcharam pacificamente rumo à Praça dos Três Poderes — manifestação legítima, garantida pela Constituição [ID: Ct1mBjQI7s3]. Contudo, os manifestantes violentos infiltrados exploraram brechas de segurança deixadas pelo Governo Lula, aplicando tática de guerrilha para invadir e depredar as sedes dos Três Poderes [ID: CxHGQ7nLZHW]. Pelo efeito de manada, alguns manifestantes patriotas foram arrastados ao erro; outros entraram, oraram, recolheram objetos do chão e saíram [ID: CulE1yQR3Is] [ID: Cvrrvd9Oidz], mas quando os patriotas identificaram os infiltrados, começaram a proteger o patrimônio com apoio das forças de Segurança do DF [ID: Cwpmq_SurVh].	Evidencia que os vândalos não são os manifestantes patriotas

O primeiro conflito trata da forma como o Judiciário interferiu nas eleições de 2022 para dar a vitória a Lula. Esse é o conflito que mais claramente destaca o eixo narrativo de toda a história: existe um antagonismo entre Jair Bolsonaro, o bolsonarismo, a direita, e Lula, a Esquerda, que são privilegiados pelo poder Judiciário. Essa rivalidade é marcada por valores claros, pois do lado de Bolsonaro estão as famílias, os cristãos, os agricultores, os policiais, a luta contra a corrupção, contra as drogas e contra o aborto.

(Jorge Seif) O LADRÃO, que atualmente ocupa a cadeira de presidente da República, escreveu uma carta para os cristãos do Brasil, para os evangélicos do Brasil. Sabe o que o canalha fala na carta aos cristãos? "Outro compromisso que assumo, fortalecer as famílias para nossos jovens sejam mantidos longe das drogas. Nós queremos nossa juventude nas escolas, na iniciação profissional". Canalha, mentiroso.

(Jorge Seif) Outro trecho da carta do mentiroso, ladrão. "Nosso projeto de governo tem compromisso com a vida plena, em todas suas fases. Para mim, a vida é sagrada, obra das mãos do Criador. Meu compromisso sempre foi e será com a sua proteção. Sou pessoalmente contra o aborto". No artigo 49 do anexo 2 da portaria do Ministério da Saúde, que Nísia Andrade assinou, a ministra dele, legalização de aborto e de droga. Mentiroso, vagabundo [ID: CwWgAHpKeat]

O segundo conflito trata mais diretamente da relação do Judiciário com os manifestantes perseguidos por causa do 8 de janeiro. Ele deriva do anterior, mas há um enquadramento menor no “embate” entre duas forças políticas e maior na vitimização dos seguidores de Bolsonaro como perseguidos pela Justiça.

(Eduardo Girão) Participei do debate sobre prisões ilegais do 8 de janeiro, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao CRIM3 Organizado sob o comando do brilhante e corajoso parlamentar deputado Sanderson, de uma audiência pública histórica envolvendo todos os segmentos que tem competência para que haja respeito à Lei e aos brasileiros que têm sistematicamente seus direitos vilipendiados desde o dia 8 de janeiro em

decorrência do que ocorreu na Praça dos Três Poderes e Esplanada dos ministérios [ID: CvihwQ0xnni]

O terceiro conflito trata da luta dos parlamentares de oposição contra o complô do Judiciário com o Governo Lula. Não há sutilezas nessa representação, o enquadramento pretendido é o que coloca a oposição bolsonarista como heróis no combate às forças malignas da Esquerda, como protetores dos inocentes patriotas que se viram como vítimas nessa confusão e como paladinos da verdade e da honestidade.

[Legenda] (Eduardo Girão) Aprovamos hoje um requerimento de convocação de minha autoria e de outros colegas da oposição para ouvirmos o fotógrafo Adriano Machado, da Agência Reuters, que protagonizou cenas pra lá de estranhas na Presidência da República no mesmo dia e período em que o General do LULA, G DIAS e sua equipe serviam água como se estivessem recebendo convidados em casa no fatídico dia 8/1. [...] Mesmo com inúmeras dificuldades que estamos enfrentando na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do dia 8 de janeiro, conseguimos essa importante conquista na busca pela verdade dos fatos [ID: CvgPCTqLTaI]

(Eduardo Girão) Tem muita dor envolvida, muito sofrimento, e eu quero manifestar nessa minha breve fala a minha solidariedade a todos vocês, porque só vocês sabem o que vocês estão passando, com entes queridos, com pessoas amadas, que convivem a vida inteira sendo injustiçados, mas eu quero trazer uma palavra de esperança [ID: CvihwQ0xnni]

O quarto conflito é interno ao Bolsonarismo. Aqui o amor de Bolsonaro pela Democracia é colocado em cheque pelos aliados que insistiam em romper com a Constituição. Quando o assunto foi tratado dentro das sequências, o principal argumento era de que a resistência à tentação colocava o ex-presidente em uma posição heróica. Pela perspectiva do conflito, entretanto, este trecho cria um distanciamento – ainda que não um antagonismo – entre aqueles que indicavam a vontade de cometer um crime (e que chegaria em à seu ápice no 8 de janeiro) e Bolsonaro, com o objetivo claro de apontar este como inocente de qualquer coisa relacionada à uma tentativa de Golpe.

(Jorge Seif) “Mas o presidente não pode dar uma ordem”, respondeu o coronel Mauro Cid. Aí o senhor diz “então ferrou, vai ter que ser pelo povo mesmo. Ele tem que dar ordem, irmão, não tem como não ser cumprida”. Então o presidente não deu a ordem, o presidente não deu golpe de Estado. (Jorge Seif) Mesmo que o Cid tenha falado alguma coisa do presidente Bolsonaro, ele respeitou o resultado das urnas [ID: CuAgDsd0Mtm]

O quinto conflito é o embate entre manifestantes patriotas e infiltrados. Quando vemos a transição de um movimento pacífico para um movimento violento e depois para um restabelecimento da ordem, o que fica implícito é que os eleitores de Bolsonaro passaram por um tipo de redenção nesse momento da narrativa – isso já foi dito na sessão anterior.

Agora, analisando pela perspectiva do conflito, o que está em oposição é um grupo de manifestantes que buscava abolir o Estado Democrático de Direito com o emprego de violência e outro que tentava evitar que isso acontecesse – não porque discordava da demanda em si, mas da maneira como isso era feito. Em termos de enquadramento, o que se está dizendo é que precisa haver uma separação entre manifestantes patriotas e vândalos infiltrados e que essa diferença é explícita pelo valor de “respeito às leis e à ordem” que os seguidores de Bolsonaro representam.

(Marco Rogério) É preciso separar quem é criminoso de quem não é. Não se pode colocar na vala comum todos. Muitos daqueles que foram constrangidos com prisões não são criminosos. São pessoas decentes, pessoas de família, pessoas que acreditam no Brasil e que lutavam por um ideal. E pelo fato de estar numa manifestação pacífica, não os torna criminosos. [ID: Ct1mBjQI7s3]

(Eduardo Bolsonaro) Qual o bom trabalho dessa comissão? É separar o joio do trigo.

(Eduardo Bolsonaro) Meu Deus do céu, teve uma matéria na revista Oeste falando que tinha gente infiltrada, pessoas filiadas a partidos de esquerda, que estavam dentro da Praça dos Três Poderes [ID: Csq7dHJm_9]

5.4 Personagens

Até agora, o foco dos resultados estava na trama em si. Agora, o objetivo é falar dos personagens que compõem esses episódios e, principalmente, que são colocados em lados opostos dos conflitos: Jair Bolsonaro, Lula (e seu Governo), a Justiça Brasileira, Manifestantes Patriotas, Manifestantes Violentos (Infiltrados) e os próprios Parlamentares da Oposição. Para isso, foram construídas descrições desses personagens com base nas publicações que fazem parte do *corpus*. Essas descrições não estão, em sua maioria, integradas na narrativa dos episódios, para que não ficasse repetitivo.

5.4.1 Jair Bolsonaro

Bolsonaro é o líder carismático da oposição [ID: Cvs3zX6qP_w]. Em 2018, sobreviveu a uma tentativa de assassinato, mas a identidade dos mandantes permanece um mistério [ID: Cvs3zX6qP_w]. No governo, melhorou a economia, aproximou o Brasil dos Estados Unidos e de Donald Trump e conduziu o país durante a pandemia “de forma exemplar”, sem casos de corrupção [ID: CwDxxempXsq]. É honesto, íntegro, possui uma grande força política e sempre respeitou a constituição, fazendo-o um alvo do Sistema [ID:

CyjSqyfAjac]. Por isso, nas eleições de 2022, mesmo arrastando multidões, sobretudo famílias, religiosos, agricultores, CACs e policiais [ID: CwDxxempXsq], foi derrotado em um processo eleitoral que suscitou profundas desconfianças [ID: CwDrDf6JBv2] para um candidato que mentia ser contrário ao Aborto e as Drogas [ID: CwWgAHpKeat].

Primeiro, Jair Bolsonaro é o herói popular e a referência moral da Direita. A ele são atribuídas características de líder carismático, estadista exemplar, honestidade acima de qualquer suspeita, respeito aos preceitos democráticos, valores pró-vida e contra as drogas. As funções que ele exerce na trama são a de conquista da população, a derrota que sofre e o respeito à democracia.

Dentro da tipologia de mitologias políticas de Girardet (1987), Bolsonaro como personagem traz elementos de um Salvador, Fundador de Uma Nova Ordem. De acordo com o autor, essas figuras projetam um destino grandioso (no caso de Bolsonaro, já concretizado pela sua exemplar gestão como presidente), ao mesmo tempo em que mantém a possibilidade de seus seguidores se reconhecerem nele, neste caso pelo compartilhamento de valores.

(Marco Feliciano) Jair Messias Bolsonaro, ele arrastava milhões de pessoas com ele. Lula na internet era um ilustre desconhecido, Bolsonaro um fenômeno. Lula, condenado e preso, Bolsonaro, honesto e limpo. Lula quebrou o Brasil junto com o PT, Bolsonaro salvou nossa economia. Lula liderou o petrolão e o mensalão, Bolsonaro liderou patriotas. Lula tinha uma bandeira vermelha, Bolsonaro tinha uma bandeira verde e amarela. Lula era amigo de ditadores, Bolsonaro amigo de Donald Trump [ID:CwDxxempXsq]

5.4.2 *Parlamentares de Oposição*

Seguindo o horizonte moral e ético deixado por Bolsonaro, a Oposição sempre atuou para combater as mentiras e a corrupção da Esquerda, como quando tentaram investigar desvios de dinheiro durante a pandemia [ID: CuA7ku5g9gm] e os verdadeiros culpados pelo 8 de janeiro [ID: CtzvPgWsTNf]. Contudo, também são perseguidos de forma implacável pela Justiça, ameaçados de censura [ID: CxHGQ7nLZHw]. E ainda que tenham sido impedidos de investigar o 8 de janeiro [ID: CuA7ku5g9gm], fizeram o possível para acolher os manifestantes patriotas e suas famílias [ID: CvihwQ0xnni].

Os parlamentares de oposição também são figuras heróicas, uma vez que cabe a eles as funções de “Combater a Esquerda” na CPMI e de “Proteger” os manifestantes que estão tendo

seus direitos humanos vilipendiados. Contudo, diferente de Bolsonaro, a Oposição não é representada com características transcendentais de carisma e retidão, ao contrário, eles constantemente fazem referência às suas fraquezas na CPMI, o fato de serem minoria e de não conseguirem realizar a investigação da forma que gostariam por intervenção dos governistas. Essa perspectiva, contudo, não atua no sentido de diminuí-los como personagens, ao contrário, engrandece o esforço da oposição e diminui o peso de suas falhas. Isso também condiz com a tipologia de Salvador proposta por Girardet, uma vez que este "está sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino" (1987, p. 80)

(Legenda) (Eduardo Girão) CPI ou CPMI são instrumentos legítimos - e históricos - da oposição e da MINORIA, não da máquina de um Governo de ocasião.

Quando o Gov.LUL4 invade, sequestra deliberadamente essa comissão com a força bruta do poder pelo poder para fazer uma investigação seletiva é a instituição que perde, a democracia que é violada...

Após a quase “confissão de culpa” do Governo Federal com os seus parlamentares rejeitando os requerimentos da oposição ontem e com a enorme repercussão negativa na sociedade me traz um alento as mensagens públicas emitidas pelo Presidente da CPMI de parthurooliveiramaia que vai rever os requerimentos rejeitados para que a Comissão seja minimamente imparcial [ID: CtfgOgmsKIB]

5.4.3 *Manifestantes Patriotas*

Grupo composto por pessoas de família, idosos e crianças que se manifestavam pacificamente em frente aos quartéis [ID: CxMASLKxjwH] por terem receio sobre o futuro do Brasil e duvidarem do resultado eleitoral [ID: CwDrDf6JBv2]. Cantavam o hino e oravam, demonstrando seu patriotismo e religiosidade cristã [ID: CxMASLKxjwH]. Infelizmente, pelo “efeito manada” alguns foram arrastados ao erro no 8 de janeiro, e tomaram parte na depredação [ID: CulE1yQR3Is], mas quando identificaram os infiltrados lutaram para proteger o patrimônio público [ID: Cwpmq_SurVh]. Contudo, a perseguição política da Justiça e da Esquerda os transformou em presos políticos, culpados de um crime impossível de tentativa de golpe, com seus direitos humanos e o devido processo legal negados [ID: CuA7ku5g9gm].

Por fim, do lado dos protagonistas, os Manifestantes Patriotas, personagens marcados acima de qualquer coisa pela religiosidade, patriotismo e inocência – essa última característica

perceptível desde sua caracterização como “pessoas de família, idosos e crianças”. Esses são personagens que tiveram a coragem de desafiar um sistema injusto que deu a vitória eleitoral para Lula em 2022, só para serem perseguidos e condenados pela Justiça e usados pelo Governo Lula como forma de conseguir legitimidade e, portanto, vítimas deste complô. Eles estão ligados às funções de manifestação pacífica e violenta, cuja contradição já foi explorada anteriormente, bem como a função de “Defender a Democracia”. Seu combate contra os manifestantes violentos no 8 de janeiro coloca-os também como heróis em certa medida, mas sua principal característica ao longo da trama é como vítimas: Vítimas da fraude eleitoral, do efeito manada e da perseguição da Justiça Brasileira. Abaixo, frames de uma publicação que demonstra essas perspectivas, ao lado de sua decupagem.

Quadro 9 - Frames da publicação CxMASLKxjwH

Imagens	Decupagem
	<Imagem de uma manchete da Folha de São Paulo: Crianças e adolescentes ficaram em triagem com pais presos em ato golpista; conselho tutelar atendeu 23: PF não detalha condições de menores de idade, mas diz que liberou mães com crianças e idosos com problemas de saúde>
	<Imagem corta para dezenas manifestantes bastante aglomerados, dormindo no chão, alguns cobertos e outros não>
	<Imagem muda para uma manchete da Revista Oeste: "Jovem autista preso no 8 de janeiro faz apelo à Justiça: Catador de reciclados afirma não saber por que está detido e diz sentir falta da família que mora no interior de Mato Grosso. A foto em preto e branco que ilustra a matéria mostra um jovem negro sorrindo>

Imagens

Decupagem



<A imagem agora é manifestantes ainda no acampamento, dentro de uma barraca que servia como local de adoração, com imagens e quadros de Jesus e uma bandeira do Brasil ao fundo, mostrando um bebê de poucos meses no centro. Homens e mulheres, algumas idosas estão rezando na barraca. Depois imagens de dezenas de manifestantes vestindo verde e amarelo rezando na rua>

Assim, Bolsonaro, os parlamentares de oposição e os Manifestantes Patriotas são os protagonistas evidentes dessa narrativa. Sua razão de existir na trama é produzir empatia e identificação junto ao público-alvo, ativando valores apresentados como inegociáveis: patriotismo, religiosidade cristã, respeito à lei e à ordem, postura pró-vida e contrária às drogas, além do distanciamento assertivo em relação à esquerda (não apenas no Brasil, mas também no cenário internacional).

5.4.4 Lula/Governo Lula

Lula é um político reincidente em corrupção [ID: Cwi4u4Eh-3c CuAgDsdoMtm], aliado de regimes autoritários [ID: CstzTB7Ols1], que depois de chegar ao poder em 2003 “afundou o país” moralmente e economicamente [ID: Cwi4u4Eh-3c]. Foi preso e seus “comparsas” tiveram que devolver R\$ 15 bilhões [ID: CuAgDsdoMtm] – comprovando sua culpa –, mas foi descondenado pela Justiça para poder voltar ao Poder em 2023. [ID: Cuk_2tPONRe].

Ele e seus aliados mentem para conseguir o que querem, tentam dividir o país em classes [ID: Csq7dHJm_9], banalizam a perseguição religiosa praticada por ditaduras aliadas – Cuba, Venezuela, Nicarágua, Coreia do Norte e China –, inclusive financiando-as com dinheiro público [ID: CuAgDsdoMtm; CstzTB7Ols1], e ataques terroristas como o do Hamas em Israel [ID: CygpIdWOHho].

Durante a campanha de 2022, teve a sua falta de apoio popular escancarada nas ruas, precisando fazer eventos fechados [ID: Cuk_2tPONRe]. Mentiu e manipulou a população com apoio da Justiça, escondendo que apoia as Drogas e o Aborto [ID: CwEIF7et1j_Cuk_2tPONRe CwWgAHpKeat].

No 8 de janeiro, tramou para garantir que a violência acontecesse, só para depois poder se fazer de vítima e culpar os Bolsonaroistas [ID: Ct_f04sgUC9 Cvsyc7fghF5 Cvcui5WOFr0 Cvssx60Lw-L CwEIF7et1j_]. Depois, tentou corromper parlamentares para que não aprovassem a CPMI [ID: Cvcui5WOFr0 CwEIF7et1j_] e, por fim, organizou seus aliados para impedir qualquer investigação [ID: CtfgOgmsKIB CwEIF7et1j_].

Do lado dos antagonistas o Governo Lula, ou o próprio Lula, aglutinados aqui em um único personagem, pois suas ações e motivações são as mesmas. Contraposto direto do próprio Bolsonaro, Lula e seu governo estão ligados às funções de Mentira, Omissão/Conluio, Sabotagem e Perseguição. Seus valores são diametralmente opostos ao da Direita: apoiam a legalização das Drogas e do Aborto, são amigos de ditadores comunistas, são marcados pela corrupção e pela robalheira e, talvez um dos pontos mais importantes, afundaram a economia do país. A dicotomia que é proposta entre Lula e Bolsonaro é tão evidente na narrativa que foi resumida no mesmo trecho pelo deputado Marco Feliciano.

(Marco Feliciano) Jair Messias Bolsonaro, ele arrastava milhões de pessoas com ele. Lula na internet era um ilustre desconhecido, Bolsonaro um fenômeno. Lula, condenado e preso, Bolsonaro, honesto e limpo. Lula quebrou o Brasil junto com o PT, Bolsonaro salvou nossa economia. Lula liderou o petrolão e o mensalão, Bolsonaro liderou patriotas. Lula tinha uma bandeira vermelha, Bolsonaro tinha uma bandeira verde e amarela. Lula era amigo de ditadores, Bolsonaro amigo de Donald Trump [ID:CwDxxempXsq]

5.4.5 Justiça Brasileira

Injusta e favorável à Esquerda, a Justiça Brasileira age de forma ditatorial, punindo “crimes de opinião”, perseguindo aliados de Bolsonaro e ignorando a constituição e o devido processo legal [ID: CuA7ku5g9gm]. Com seu ativismo esquerdista, tenta descriminalizar as Drogas [ID: CwEIF7et1j_], enquanto abafa casos de corrupção – como quando Dias Toffoli anulou as provas da Odebrecht [ID: CxHGQ7nLZHw]. Boicotou Bolsonaro durante as Eleições de 2022 e deixou a esquerda impune [ID: Cuk_2tPONRe CtxHyM6s313], tudo para dar a vitória a Lula. Depois do 8 de janeiro, promoveu prisões em massa, acusou manifestantes pacíficos de tentativa de golpe e terrorismo, desrespeitou os direitos humanos e restringiu o acesso das defesas aos autos [ID: CxZVBaNrYw2]. Depois, aplicou penas altas contra os patriotas, maiores que as de corruptos e assassinos [ID: Cyjtl1-rOOz].

Junto de Lula, a Justiça Brasileira compõe o hall de antagonistas da narrativa. Pelas funções que lhe cabem – de Sabotagem e Perseguição – e pelo poder institucional que exerce na narrativa – prisões, condenações, investigações ilegais – sua característica é de um mal implacável e opressor e principalmente injusto, uma vez que permite a impunidade de um lado e pune de forma desmedida o outro.

(Eduardo Girão) A justiça tem que ser para todos. E o que a gente percebe é uma justiça seletiva, aliás, é uma democracia relativa, que o Presidente da República diz. Direitos humanos só para alguns, para os outros não, nem visitaram ainda lá os presos, na Papuda, na Colméia. Deixaram autista preso até agora, mais de seis meses. Deixaram pai e mãe com filhos pequenos presos, enquanto traficante ganha a liberdade rápida, corruptos são soltos no Brasil [ID: Cvrrvd9Oidz]

Seu histórico reforça as ideias de promotora da impunidade, como demonstrado na “descondenação” de Lula e na anulação das provas da Odebrecht. E também posiciona o Judiciário no campo político da Esquerda, quando o acusa de “ativismo judicial” em prol das Drogas.

(Eduardo Girão) Eu queria muito ter podido acompanhar a sessão desde o início, mas estávamos no plenário do Senado Federal desde 10 horas da manhã tratando de uma matéria de um flagrante ativismo judicial que quer descriminalizar as drogas no Brasil [ID: CwEIF7et1j_]

(Eduardo Girão) (...) ministro Toffoli, anula — numa decisão também monocrática — as provas da Odebrecht na Lava Jato [ID: CxHGQ7nLZHw]

5.4.6 *Manifestantes Violentos (Infiltrados)*

Possivelmente ligados a facções criminosas, esses manifestantes estavam infiltrados entre os manifestantes pacíficos do 8 de janeiro [ID: CxGoEZDOeLr] [ID: CxHGQ7nLZHw]. Com treinamentos de guerrilha, exploraram as brechas deixadas pelo Governo Lula para maximizar a depredação no 8 de janeiro [ID: CxHGQ7nLZHw]. Atuam da mesma forma que os manifestantes de esquerda, que já promoveram manifestações violentas em Brasília no passado [ID: Cv-nIjcgtnm].

Por fim, é preciso falar dos manifestantes violentos como um dos antagonistas da narrativa, ainda que não tão importantes quanto os outros dois, ou que sua contraparte entre os protagonistas. Sua função é a manifestação violenta, portanto são agentes contrários à ordem, instrumentos do complô entre o governo Lula e a Justiça para criar uma narrativa de golpe e

culpar a Direita. Apesar de seu papel secundário na trama, eles possuem um significado importante para o projeto dramático uma vez que são identificados como “petistas”.

(Manifestante mulher 2) Ó a galera gritando "fogo não". Ó safado. Tá vendo?
 (Manifestante homem 3) Vagabundo! Sai daí! Nojento! Sai daí!
 <A mulher aponta a câmera para um homem sozinho em uma parte gramada, mas não é possível identificar o que ele está fazendo>
 (Manifestante mulher 2) Ó! Isso aqui, ó! NÃO - FOI - A - GENTE! Ó, ó quem é, ó! Ó quem é ó! Sem Terra ó! Tá botando fogo, ó!
 <A mulher aponta para uma parte da grama em chamas e depois para homem saindo do lugar>
 <Em outra cena, imagens de helicóptero mostram alguns manifestantes ao redor de um prédio público, um deles de amarelo, ao lado de outro com roupas escuras, carregando uma bandeira vermelha. Em destaque na tela o texto "Veja a bandeira do baderneiro". O homem abre a bandeira e mostra ser do PT. A bandeira parece danificada> [ID: Cwpmq_SurVh]

No mesmo eixo, mas em sentido contrário aos protagonistas, esses três antagonistas são construídos para produzir repulsa. Seus valores aparecem como o avesso dos “bons valores” — antipatrióticos, anticristãos, tolerantes ao aborto e às drogas, cúmplices de ditadores, promotores da impunidade e violadores de direitos humanos — sem espaço para tons de cinza. Também suas ações derivam de uma raiz essencialmente maligna: mentem, conspiram, sabotam e perseguem, ainda que a política, na prática, ambos os lados disponham das mesmas armas para agir.

“Mentem para conseguir o que querem e tentam dividir o país em classes” também são características importantes do imaginário bolsonarista sobre o que a Esquerda representa, e foram expressados por Eduardo Bolsonaro durante a CPMI:

(Eduardo Bolsonaro) [A esquerda está] separando agora também a classe dos pastores, Marcos Feliciano, separando entre os fundamentalistas e os 'normais', que talvez sejam só aqueles filiados a partido de esquerda. É inacreditável o poder de divisão. (...) Só que, como diz Lênin, se for necessário mudar tudo aquilo que a gente disse para alcançar um objetivo, assim nós faremos. Até se dizer antifascistas, anticomunistas, ou seja, o que for conveniente para a narrativa deles. [ID: Csq7dHJm_9]

5.4.7 Imprensa como personagem

A imprensa é um personagem presente ao longo de toda a narrativa da oposição, mas profundamente ambíguo e contraditório. Trata-se de uma instituição profundamente vilanizada pelos parlamentares por sua atuação persecutória contra Bolsonaro e os

bolsonaristas, atuando em conluio com a Justiça Brasileira e o Governo Lula, mas também creditada como pivô de momentos importantes para o argumento da oposição, como a descoberta de infiltrados, do crime organizado entre os financiadores do 8 de janeiro e a revelação das omissões de G. Dias e Flávio Dino. Além disso, manchetes de grandes e pequenos periódicos são usados como forma de dar veracidade para os relatos ao longo de toda a CPMI.

(Legenda)(Eduardo Girão) Parte da imprensa e o Governo LULA insistem em classificar os atos de 8 de janeiro como tendo sido terroristas mas, se a própria equipe da Polícia do GDF diz que o ato que eu classifico como sendo um atentado (tentativa de explodir um caminhão tanque no aeroporto) não pode ser assim classificado que dirá o do 8/1 [ID: Ct0IeCBrbGV]

(Eduardo Girão) Eu quero sempre lembrar, esse governo Lula não queria essa CPMI, vocês lembram disso. Fez de tudo para que não acontecesse. A imprensa denunciou, parlamentares denunciaram ofertas milionárias, dezenas de milhões para retirarem as assinaturas daqueles que tinham assinado [ID: Cvrrvd9Oidz]

(Jorge Seif) E hoje, mais uma vez, nós queremos esclarecer a verdade. Queremos saber o que aconteceu. Queremos comprovar as omissões que vários veículos de imprensa, inclusive as imagens da CNN já nos trouxeram [ID: Ct9_ds9onxz]

<Vídeo começa com uma tela preta e um aviso "O VÍDEO A SEGUIR CONTÉM IMAGENS QUE A MÍDIA NÃO IRÁ MOSTRAR">

<A primeira cena mostra dezenas de manifestantes de verde e amarelo do lado de fora do Palácio do Planalto e um coro de "não quebra, não quebra". Em cima o texto "Patriotas repeliram os atos de vandalismo"> [ID: Cwpmq_SurVh]

Antes, quando a contradição entre manifestações violentas e os manifestantes bolsonaristas foi abordada, o argumento feito foi que isso enfraquecia a narrativa, ainda que a ambiguidade fizesse parte do discurso da pós-verdade. A diferença entre os dois casos é que há um interesse claro dos bolsonaristas em proteger os manifestantes, como uma forma de afastar do campo a pecha de golpista ou violento, de forma que a contradição não trabalhe a favor deles. Aqui, por outro lado, percebemos como o uso da imprensa é meramente instrumental: a favor quando as notícias são favoráveis, contra quando não são, em linha com o que foi dito sobre como a pós-verdade reconhece a opinião do indivíduo-jornalista quando esta é alinhada à visão de mundo da audiência, mas não o papel do jornalismo como instituição neguentrópica.

5.5 A conspiração da Esquerda

O último tópico a ser observado antes da análise e da discussão dos resultados aqui apresentados é o episódio da Conspiração da Esquerda. Até aqui, diversos elementos dessa história já foram abordados; contudo, há um sentido ampliado na totalidade da narrativa que ainda pode ser explorado.

A história se inicia com a consagração de Bolsonaro como líder carismático, encaminhando-se para uma vitória eleitoral que lhe seria arrancada pelas sabotagens da Justiça Brasileira. Desse modo, o resultado implícito é que Lula assume sem apoio popular real, já que a vitória teria sido fraudada.

Para alcançar esse apoio, o complô elabora um tipo de auto-golpe: um ataque violento à sede dos Três Poderes poderia virar a opinião pública contra o bolsonarismo. Assim, “infiltrados” foram plantados entre os manifestantes bolsonaristas, as medidas de segurança de Brasília foram ignoradas ou desmontadas e Lula, que não poderia se arriscar, deixou a cidade na calada da noite.

O plano deu certo. O Governo, então, se projeta como vítima para obter apoio popular e a Justiça aperta a perseguição contra bolsonaristas para respaldar a falsa narrativa. A oposição busca interferir, investigar a verdade e proteger inocentes, mas de nada adianta.

O primeiro ponto a observar é como fatos distantes são forçados a uma conexão pela “lógica da manipulação”, como apontam Girardet (1987) e Gottschall (2012, p. 1326): “Teoristas da conspiração conectam dados reais e imaginários em uma versão da realidade coerente e emocionalmente satisfatória”.

Também estão presentes elementos da tipologia de Girardet (1987): a Autoridade Soberana (Lula), capaz de colocar a Justiça Brasileira a seu favor; a Corrupção dos Costumes, evidenciada pelas críticas reiteradas aos valores progressistas dos antagonistas e pelo reforço dos protagonistas como representantes das famílias inocentes; e o Controle da Informação, já que, por vezes, a mídia é apresentada como parte do complô.

Outro aspecto importante, segundo Girardet, decorre do desfecho trágico já citado. Para o autor, a conspiração é um mito político ligado à angústia, emoção exacerbada pela tentativa fracassada da oposição de conter as investidas do complô:

Quaisquer que sejam, aliás, a denominação, a natureza ou as motivações ideológicas da conspiração denunciada, essa denúncia jamais deixa de inscrever-se em um clima psicológico e social de incerteza, de temor ou de angústia (Girardet, 1987, p. 54)

Em síntese, o episódio da Conspiração da Esquerda condensa os mecanismos narrativos do complô: costura seletiva de fatos, atribuição de agência a uma autoridade sombria, moralização dos papéis e produção de emoções negativas.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O desafio desta pesquisa é observar os fenômenos da desinformação e da pós-verdade pela lente da narrativa. O objeto é a narrativa construída por parlamentares de oposição durante a CPMI do 8 de Janeiro; trata-se de um caso privilegiado, pois muitas eram as motivações dos parlamentares para engajarem em desinformação: a vinculação dos manifestantes ao campo político da direita, as acusações de tentativa de golpe para devolver o poder a Bolsonaro e a investigação direta de alguns parlamentares, como André Fernandes (Jota, 2023).

Do ponto de vista teórico, parte-se da premissa de que a nossa percepção de mundo é narrativa, de forma que os fatos do dia-a-dia são interpretados à luz de enredos previamente internalizados (Fischer, 1987). Identidade, papel social, grupo de pertencimento e valores individuais e comunitários integram, de modo articulado, narrativas internas que organizam, justificam e reforçam esses e outros aspectos de nossas vidas.

Sustenta-se, ainda, que toda desinformação é uma forma de argumentar que utiliza da manipulação estratégica de conteúdos baseada em mecanismos emocionais, identitários e de divisão social (Hameleers, 2023).

Em consequência, ao focalizar o 8 de Janeiro com as lentes do pensamento narrativo, evidenciam-se enredos que buscam utilizar desses mecanismos emocionais, identitários e de divisão social para integrar o fluxo narrativo que existe em sua audiência.

No capítulo anterior foi realizado um esforço para organizar os elementos narrativos que se destacavam na trama criada pelos parlamentares da Oposição. Neste capítulo, pretende-se demonstrar como é possível interpretar esses elementos como compondo uma série de argumentos desinformativos que, em alguns casos, beneficiam-se também das próprias estruturas narrativas.

6.1 Narrativas emotivas

Uma característica recorrente da retórica desinformativa é o apelo a emoções negativas com o objetivo de diminuir a necessidade de uma lógica factual nos argumentos. Trata-se de retórica que incide mais sobre afetos do que sobre fatos (Seixas, 2019).

Entre as funções narrativas, a Traição aparece em dois momentos trágicos vividos pelos Manifestantes Patriotas: primeiro, quando são entregues à Justiça pelas Forças Armadas no dia 9 de janeiro; depois, quando foram condenados sem qualquer tipo de manifestação

contrária por instituições de Estado, incluindo o Congresso Nacional e o Superior Tribunal Militar. Nesse eixo, ativam-se tristeza e raiva — emoções associadas ao sentimento de injustiça — com o objetivo de criar na audiência uma carga emocional negativa relativa a (i) o dia das prisões e (ii) o dia das condenações. Ao fazer isso, pretende-se que as emoções negativas guiem a compreensão dos fatos.

No primeiro caso, é especialmente flagrante a tentativa de enganar, uma vez que há relatos de que o Exército alertou para que manifestantes deixassem o acampamento antes das prisões (O Globo, 2023), portanto até a suposta traição é questionável na perspectiva factual.

As mesmas emoções retornam no enquadramento dado pelo conflito “Perseguição da Justiça”, no qual a posição de vítima dos manifestantes patriotas é reforçada pela assimetria de forças em disputa. Compõem esse conflito os próprios manifestantes — vitimizados ao longo da trama — e a Justiça brasileira, caracterizada como seu algoz.

Aqui, a oposição busca persuadir sua audiência quanto à inocência dos manifestantes, construindo ao redor deles uma aura de vítimas de um mal implacável. Essa aura decorre tanto do conflito em que se inserem quanto da caracterização dos protagonistas e de seu antagonista; em ambos os casos, a estratégia persuasiva depende também da mobilização de emoções negativas para solidificar os entendimentos — afinal, “como poderiam ser culpados, se são vítimas?”

A estratégia também se evidencia nas sequências-tipo finais. Nelas, parlamentares de oposição articulam a defesa de manifestantes vitimizados, recebem apoios externos que sinalizam possível reviravolta, mas são derrotados ainda assim — reforçando a ideia de inevitabilidade do Mal e de um poder opressor que prevalece apesar dos esforços de resistência.

Observa-se, portanto, o emprego de recursos narrativos trágicos (a reviravolta frustrada) como parte do arsenal desinformativo, mobilizando sentimentos de aflição e angústia para imprimir carga negativa aos episódios e, assim, persuadir a audiência de que os parlamentares de oposição fizeram tudo o que foi possível e de que a Justiça brasileira figura como grande vilã.

Contudo, o momento em que a mobilização de emoções negativas se apresenta de modo mais complexo ocorre no episódio da Conspiração da Esquerda. Para além de opressões e vitimizações, a realidade é descrita em tons sombrios: atores muito poderosos agem nas sombras contra a população e mostram-se imbatíveis em sua empreitada do mal. Evocam-se medo e raiva, somados a angústia, aflição e paranoia, com o propósito de manter a audiência fragilizada e, assim, mais suscetível a qualquer argumento.

O que vemos nesses exemplos é que o projeto dramático aciona um efeito persuasivo ao atrapalhar a cognição com uma sobrecarga de emoções: a desinformação provoca e amplifica emoções negativas — ódio, raiva, medo — (Gjørsv; Jalonen, 2023), e, sob esse estado emotivo alterado, a audiência reduz a importância da verificação factual, como lembra Seixas (2019). Essa operação se sustenta porque tais mensagens “se aproveitam e amplificam nossos medos e preocupações, apelando para a forma como o mundo nos faz sentir, ao invés de como ele realmente é” (Loveless, 2021, p. 9).

6.2 Narrativas identitárias

Outra característica marcante da retórica desinformativa é seu caráter identitário: apela à identificação com a audiência para reduzir a exigência factual ou lógica dos argumentos.

Dois personagens se destacam nesse sentido: os manifestantes patriotas e o próprio Bolsonaro. Ambos encarnam valores tidos como inegociáveis pela direita — patriotismo, religiosidade cristã, respeito à lei e à ordem, postura pró-vida e oposição às drogas, entre outros. Em termos narrativos, para a audiência, esses são os valores dos protagonistas. Mesmo que o protagonista fosse inteiramente ficcional, precisaria ostentar tais traços para ressoar com a narrativa pessoal do público de direita. Assim, ao atribuir essas características aos personagens, o projeto dramático busca produzir aproximação identitária que, na lógica da pós-verdade, tende a tornar qualquer argumento ou fato contrário a esses personagens incoerente com o restante do enredo.

Esse efeito está alinhado ao que Marshall (2017), Seixas (2019), McClure (2009) e Bastos e Tuters (2023) descrevem sobre a desinformação e a pós-verdade: dinâmicas identitárias e de grupo tendem a se sobrepor à exigência de factualidade nas informações compartilhadas.

O conceito de identificação narrativa sugere que quanto maior for a consistência, interanimação e correlação de uma narrativa nova ou antiga com narrativas culturais, valores, objetivos desejados e noções de racionalidade amplamente aceitos, maior será o seu potencial impacto persuasivo e viabilidade social” (McClure, 2009, p. 207)

Nessa perspectiva, quando uma narrativa encontra esse terreno já preparado por valores e histórias compartilhadas, ela não precisa se apoiar exclusivamente em provas empíricas para ser aceita. O que passa a contar mais é o quanto ela reafirma pertencimentos,

oferece explicações coerentes com a visão de mundo do grupo e mantém vivas distinções identitárias.

A desinformação também se constrói a partir de narrativas que articulam identidades, lealdades e relações sociais, contornando a crença em uma verdade objetivamente verificável para favorecer histórias que têm circulação dentro da comunidade (Bastos; Tuters, 2023, p. 3).

Contudo, o apelo identitário das narrativas na pós-verdade não atua somente enaltecendo os protagonistas. Ao contrário – e isso pode se justificar pela importância central do conflito nas narrativas (Motta, 2013; Gottshall, 2012) – ele funciona principalmente pela oposição de valores, estimulando a Polarização para tornar os grupos mais coesos.

6.2.1 Narrativas de Polarização

O primeiro elemento de estímulo à polarização na narrativa é o conflito em torno das eleições de 2022. A disputa entre Bolsonaro e Lula — esperada em qualquer pleito — é intensificada quando o enredo põe em choque os valores que estruturam cada campo político e inscreve uma distância irreconciliável entre os eleitores, de modo que a audiência já identificada com um dos lados se mostra mais propensa a acolher os argumentos que emergem desse embate, notadamente as teses de fraude eleitoral e de conspiração para prejudicar Bolsonaro.

Outra disputa de valores central no projeto dramático diz respeito às formas de manifestação da direita e da esquerda. Na narrativa da oposição — incluindo na ambientação —, quando a direita ocupa as ruas, o faz de modo ordeiro, pacífico, constitucional e com apoio das forças de segurança; quando é a esquerda, os protestos são descritos como caóticos, violentos e depredatórios. A dicotomia entre as funções “Manifestação pacífica” e “Manifestações violentas” evidencia a centralidade desse valor, e o enquadramento dado pelo conflito “O combate do 8 de Janeiro” reforça a mesma lógica. Sob qualquer ótica, o protesto violento é apresentado como incompatível com a direita; por isso, a hipótese de “infiltrados” é especialmente palatável para a audiência.

Aqui retomamos o que Seixas (2019, p. 15) fala sobre o embate de valores:

Na medida em que o sujeito ama os seus próprios valores e, consequentemente, odeia os valores contrários, estabelece-se a tendência de acreditar, sem maiores sacrifícios e esforços intelectuais e reflexivos, em todo discurso no qual se vislumbrem os mesmos valores subjacentes. De maneira inversa, há, imediatamente, a tendência ao movimento da repulsa ou

rejeição ao discurso ideologicamente contrário, justamente por não haver aí compartilhamento de valores.

A construção dos personagens também opera divisões sociais como mecanismo de convencimento. Quando Bolsonaro é apresentado como uma antítese de Lula em questão de valores em meio à disputa eleitoral, os apoiadores de cada lado também têm seus valores confrontados, criando uma cisão entre os lados não apenas na narrativa, mas também entre a audiência dessas narrativas e o campo da Esquerda na ‘vida real’.

E não bastasse a repulsa por associação ao vilão, a esquerda se torna alvo direto na figura do personagem “Manifestantes Violentos”. Embora secundário, ele é construído como pivô do 8 de janeiro, responsável pela violência pela qual os manifestantes patriotas seriam “injustamente” culpados pelo Governo Lula. Na versão mais conspiracionista, tais vândalos seriam infiltrados petistas; logo, a esquerda figuraria como verdadeira culpada pela ruína imposta a inocentes bolsonaristas.

Por fim, destaca-se a função Combater a Esquerda. Nos exemplos anteriores, a divisão social opera sobretudo pela disputa de valores; aqui, a própria oposição à esquerda converte-se em valor. Afastar-se, opor-se e impedir suas ações passam a ser apresentados como virtudes em si, sinais de lealdade ao grupo e marcadores identitários. Não se trata apenas de defender princípios, mas de performar publicamente a oposição ao “outro”.

A partir desses elementos, a exploração de divisões sociais aparece como traço constitutivo da argumentação narrativa na pós-verdade, moldando um enquadramento em que o Outro surge como ameaça (Gjørsv; Jalonen, 2023). Contudo, a divisão social não é apenas meio; é também fim da pós-verdade. Como aponta Hameleers (2023, p. 2), “a desinformação pode explorar estrategicamente clivagens sociopolíticas para criar confusão, amplificar conflitos e dividir ainda mais as sociedades”.

Em termos de ganhos, a polarização reforça crenças internas do grupo e dificulta a percepção objetiva da realidade, favorecendo comportamentos mais radicais e a exclusão de vozes moderadas (Au et al., 2021).

Esse efeito se operacionaliza, sobretudo, pela colocação de valores em disputa, como indicam Gjørsv e Jalonen (2023) e Seixas (2019):

Uma vez que se entendem os distintos valores como crenças em combate, a persuasão pela racionalidade de um argumento e pela verdade irrenunciável de um discurso [...] dá lugar à convicção, à força inabalável das crenças que formam opiniões sólidas acerca de um objeto, evento ou fenômeno. (Seixas, 2019, p. 13)

Em síntese, a oposição estimula a divisão social porque ela produz ganhos estratégicos cumulativos: (a) consolida a identidade do grupo ao reforçar os valores que separam direita e esquerda; (b) desloca o debate do factual para o terreno das crenças e das emoções ao criar conflitos e personagens que funcionam como versões alternativas da realidade e espantalhos; (c) institui um ambiente em que pertencimento vale mais que objetividade, no qual o afastamento do “outro” deixa de ser instrumento e passa a ser objetivo do jogo narrativo.

6.3 Narrativas sobre realidades alternativas

Toda narrativa presume uma realidade alternativa; no contexto da pós-verdade, contudo, essa “realidade alternativa” opera como uma reconfiguração/reinterpretação dos fatos para que esses favoreçam as convicções de quem narra e de sua audiência. Desse modo, abrem-se trilhas explicativas que se distanciam das evidências.

Podemos ver isso na sequência de abertura, em que uma “vitória certa” de Bolsonaro é apresentada como roubada por um complô da Esquerda, sugerindo, portanto, injustiça ou ilegitimidade do processo eleitoral — afirmação que é falsa. Um dos argumentos utilizados para isso é de que “Bolsonaro era seguido por milhões nas ruas”, contudo, além de se apoiar em recorte restrito da realidade e em uma retórica hiperbólica, o argumento ignora que a decisão da disputa eleitoral envolve dezenas de milhões de votos. Ainda assim, no enredo, a derrota “roubada” passa a funcionar como justificativa das manifestações e isso se transfere para a audiência que está consumindo essa narrativa – abrindo espaço para, ou reforçando uma convicção falsa.

Em seguida, consideramos quando a trama introduz o embate entre manifestantes patriotas e infiltrados. Aqui, a violência do 8 de janeiro é reinterpretada como confronto entre quem buscava proteger o patrimônio público e “infiltrados” que pretendiam depredá-lo. Reconstruída sob essa perspectiva, a narrativa alivia a dissonância ao dissociar o grupo da acusação de violência, preservando também a identidade do grupo.

Nesses exemplos, percebe-se como a desinformação procura moldar a percepção da audiência para construir uma realidade congruente com a perspectiva do orador (Hameleers, 2023) e, a partir disso, contornar elementos do mundo que levariam a interpretações desfavoráveis (Loveless, 2021).

Outra instância de realidade alternativa aparece na função “Respeito à Democracia” e no conflito interno do bolsonarismo.

No primeiro caso, a narrativa da oposição ressignifica as ações de Bolsonaro (viagem aos EUA no fim do mandato) e dos manifestantes (desmobilização dos acampamentos diante dos quartéis) como sinais de aceitação do resultado eleitoral. Com isso, sustenta-se que não havia intenção golpista entre esses atores e que, portanto, seriam inocentes das acusações — quando, na verdade, as ações indicam estratégias de recuo após o insucesso político.

Algo semelhante ocorre na sequência do conflito interno do bolsonarismo. Aqui, a trama ganha um enquadramento que busca afastar Bolsonaro de qualquer tentativa de golpe: a ideia teria sido sugerida, mas ele não a teria aceitado. Assim, a hesitação em “agir fora das quatro linhas” é reinterpretada como falta de interesse nesse desfecho, reforçando a tese de sua inocência — já invalidada pela condenação no Supremo¹¹.

Contribuindo para esses argumentos, e seguindo o mesmo mecanismo de ressignificação dos fatos, há também a função “Omissão/Conluio”. Nesse caso, ações atribuídas a Lula/Governo Lula, que, inicialmente, são rotuladas como “omissões” — interpretação debatível do ponto de vista factual — sofrem mudança de sentido e passam a ser apresentadas como prova de conluio com a violência de 8 de janeiro, à medida que a leitura evolui para um enquadramento conspiratório. Assim, o sentido das ações é novamente recalibrado para sustentar o argumento do projeto dramático.

Em termos argumentativos, esses movimentos propõem reinterpretações da realidade na linha do que Seixas (2019) afirma ser uma preferência pela convicção na pós-verdade, deixando a verificação dos fatos em segundo plano; e no que Bastos e Tutters (2023) apontam como uma reconstrução da história para aumentar a aderência junto à audiência. Desse modo, ações que poderiam ser lidas como deslegitimação do processo democrático são reencenadas como provas de respeito à democracia, enquanto outras, sem indício de malfeito, são reinterpretadas como parte de uma conspiração, consolidando uma realidade alternativa mais favorável à oposição.

6.3.1 *Teorias da Conspiração*

Na narrativa da oposição, os elementos conspiracionistas estão consolidados no episódio “Conspiração da Esquerda”. Como os detalhes narrativos já foram tratados nos resultados, o foco aqui é a perspectiva da desinformação.

¹¹ Em Setembro de 2025, Bolsonaro foi condenado a 27 anos de prisão pelos crimes de organização criminosa (7 anos e 7 meses), abolição violenta do Estado Democrático de Direito (6 anos e 6 meses), golpe de Estado (8 anos e 2 meses), dano qualificado (2 anos e 6 meses), deterioração de Patrimônio (2 anos e 6 meses). (G1, 2025)

Uma teoria da conspiração ocorre quando a explicação de um fato atribui sua causa principal ao envolvimento secreto de um pequeno grupo de poderosos atuando contra o bem comum (Aggio, 2021). Nessa lógica, fatos reais são costurados por meio de ligações imaginadas para produzir uma versão alternativa da realidade, mais palatável para quem a consome (Gottschall, 2012).

Nesta versão dos acontecimentos, o que torna a narrativa palatável é a inocência da Direita em relação ao 8 de janeiro (e ao que o antecede). Para sustentar essa inocência, a trama oferece uma sequência de ligações imaginadas: primeiro, a violência só teria sido possível porque o Governo Lula reduziu as defesas da Praça dos Três Poderes; em seguida, como tais proteções teriam sido reduzidas, Lula não poderia permanecer em Brasília e, portanto, uma viagem repentina no dia 7 precisou ser agendada; além disso, não bastaria depredar — era preciso ampliar o apoio público ao Governo —, de modo que um fotojornalista “ensaando” poses de violência com manifestantes serviria para potencializar a narrativa; depois, seria necessário ocultar rastros, razão pela qual quaisquer tentativas de investigação da oposição teriam sido sabotadas por corrupção e manobras políticas; por fim, para completar a coerência interna, era preciso um bode expiatório, por isso a Justiça precisou agir impiedosamente para punir manifestantes inocentes.

Assim, a responsabilidade é retirada do grupo alinhado aos protagonistas e atribuída a um núcleo oculto de poder, aliviando dissonâncias. Do ponto de vista da desinformação, a operação recorre a seleção de evidências e atribuição de intencionalidade (Cervi; Carillo-Andrade, 2019), produzindo uma realidade alternativa coerente emocionalmente.

Em todas essas instâncias em que são propostas realidades alternativas, a nova verdade precisa ser percebida como um acordo entre os parlamentares de oposição e sua audiência, feito para permitir — como aponta Aggio (2021, p. 74) — “que atuem no mundo de forma mais ou menos organizada”. Em outras palavras, ao propor essas narrativas, a Oposição está ditando para a sua audiência as regras do mundo que dão sentido para os argumentos que lhe serão vantajosos — seja em relação à inocência de Bolsonaro, seja em relação à necessidade de tirar o PT do poder.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal motivação um alto nível de inconformidade com o estado das coisas do mundo no que se refere a um consenso mínimo sobre a realidade. Mesmo antes da revisão bibliográfica, a experiência pessoal já demonstrava que o campo político estava tomado por um fenômeno de crises epistêmicas, institucionais, políticas e familiares – a pós-verdade – e que isso era combustível e produto da desinformação. Evidente que as leituras tornaram essa reflexão muito mais aprofundada, mas a inconformidade não passou.

A bibliografia aponta de forma consistente que a desinformação não é um fenômeno novo (Arendt, 2016; Waisbord, 2018), mas também reconhece que a sua versão contemporânea apresenta características próprias muito mais graves (Freelon; Wells, 2020; Wardle; Derakhshan, 2017). Isso se deve sobretudo às novas ferramentas de produção de conteúdo e ao papel das redes sociais, cujos algoritmos tendem a potencializar mensagens que reforçam crenças – ainda que falsas – e que acionam emoções – ainda que negativas –, visando a aderência dos usuários (Holoyda, 2022; Ribeiro, Mendes e Alzamora, 2022; Loveless, 2021). Nada disso resolve o problema inicial. Ainda que descortine a gravidade desses novos arranjos comunicativos e sociais, só isso não é capaz de explicar o mundo em que algumas pessoas podem mentir sem remorso ou repercussão negativa.

Paralelamente, então, fala-se sobre “pós-verdade”, a ideia de que há um descrédito das instituições historicamente responsáveis por manter algum nível de coesão social quanto à realidade e, portanto, a desinformação pode crescer desenfreada e diminuir cada vez mais a aderência à essas instituições (Cesarino, 2021; Waisbord, 2018; Benett e Livingston, 2018).

Se o estudo da desinformação pouco fez pelo elemento que motivou essa pesquisa, o estudo da pós-verdade talvez tenha agravado a situação: as instituições já estão severamente desacreditadas e a realidade – que nunca de fato gozou de uma coesão social unificada (Waisbord, 2018) – está fragmentada entre diferentes grupos de crenças.

Contudo, mais um elemento teórico faria parte da pesquisa. Se a perspectiva proposta era dedicar-se a temas tão desconfortáveis por pelo menos dois anos, era necessário acrescentar um elemento que trouxesse algum equilíbrio ao conjunto. É nesse ponto que entra o estudo da narrativa. Mesmo com pouco repertório nesse campo – implicando mais esforço de revisão bibliográfica –, a possibilidade de aprender sobre narratologia ao longo do percurso tornava o projeto mais estimulante.

Os primeiros autores lidos deste campo confirmaram a expectativa inicial. Gottschall (2012) conta a metáfora do *homo narrans*, contrapondo duas tribos ancestrais: uma

estritamente utilitarista, que caça, coleta e descansa, e outra que faz tudo isso, mas também gasta tempo e energia contando histórias e, por algum feliz acidente evolutivo, quem ficou, segundo o autor, foram os que contavam histórias.

Fischer (1987), por sua vez, idealiza um paradigma narrativo da comunicação, no qual qualquer troca simbólica se insere no fluxo narrativo para ser compreendido, razão pela qual as narrativas ocupam lugar central na vida social. Motta (2013) acrescenta que construímos nossa própria experiência por meio de narrativas:

Organizamos nossas biografias destacando alguns acontecimentos que cremos estarem mais carregados de significações, e que pontuam a nossa história pessoal. (...) Narrar é uma forma de dar sentido à vida. Na verdade, as narrativas são mais que representações: são estruturas que preenchem o sentido e a experiência e instituem significado à vida humana (2013, p. 17)

Todas essas perspectivas soavam como uma revelação, porque se ajustavam perfeitamente ao que a empiria vinha mostrando ao pesquisador. Contudo, a conexão com o problema inicial ainda não estava plenamente demonstrada. Logo surgiram algumas dúvidas: o aprofundamento metodológico deixava claro que o estudo da narrativa busca identificar valores e enquadramentos presentes na comunicação e que esses elementos podem explicar fenômenos diversos. Ora, se o que interessa são valores e enquadramentos, porque então estudar a narrativa? Não seria possível analisá-los diretamente – nos sujeitos, nos grupos, no discurso – sem esse intermediário? Foi nesse ponto que uma pequena crise científica começou a se instalar sobre a pesquisa – e sobre o pesquisador.

O desfecho, porém, foi produtivo. Forçado pela crise a olhar criticamente para as proposições mais abrangentes dos autores, ficou claro que a resposta estava na humildade científica. Primeiro, percebeu-se que não há qualquer consenso científico sobre a centralidade que as narrativas ocupam em nossa comunicação ou forma de perceber o mundo. Essas ideias só pareciam proféticas porque o pesquisador já estava inclinado a aceitá-las, de forma que não eram necessários grandes argumentos para isso, ao passo que perspectivas concorrentes teriam de se esforçar bem mais para convencer.

Além disso, chegou-se à conclusão de que era, sim, possível analisar o 8 de janeiro através do enquadramento, da análise do discurso de linha francesa ou bakhtiniana, e cada uma dessas abordagens traria resultados parecidos e resultados diferentes, todos metodologicamente válidos. Desse modo, a análise narrativa não é “a” via, mas uma via entre outras, capaz de lançar luz sobre aspectos específicos de fenômenos complexos, sem pretensão de verdade absoluta.

Sobretudo, ficou claro que aquele incômodo inicial com “o estado das coisas do mundo no que se refere a um consenso mínimo sobre a realidade” era na verdade fruto de um anseio contrário ao estudo da narrativa. A chave para compreender a desinformação e a pós-verdade não estava apenas em como as redes sociais propagam informações enganosas, ou nas falhas do sistema de peritos, mas nas narrativas às quais indivíduos e grupos aderem e que passam a usar – interna e quase inconscientemente – como filtro para testar a lógica de qualquer nova informação e decidir se ela será aceita ou recusada.

Nesse sentido, o debate sobre o 8 de janeiro representa uma possibilidade de campo de teste para essas ideias. Parte-se do entendimento de que tanto a violência quanto as motivações daquele dia ficaram suficientemente claras na cobertura feita desde a derrota de Bolsonaro até a chamada “festa da Selma” e que, portanto, tentativas posteriores de negar, minimizar ou recontar esses fatos se enquadram na definição de desinformação adotada nesta pesquisa: uma prática comunicacional de caráter retórico cujo objetivo é convencer por meio do engano.

A instalação e a condução da CPMI dos Atos Antidemocráticos reforçaram essa oportunidade de investigação, porque criaram um recorte temporal no qual a oposição precisaria justamente produzir argumentos para negar o 8 de janeiro, ou ao menos afastar a relação entre os atos e o comportamento de suas lideranças, aumentando o incentivo para que aderissem a estratégias desinformativas.

A coleta de dados via Instagram seguiu a lógica de produção de conteúdo dos políticos naquele período – e que, em grande medida, permanece vigente, ainda que com disputas de formato e estilo. Como os parlamentares mobilizam suas bases também pelas redes sociais, com forte presença no Instagram, considerou-se que o material publicado ali seria uma amostra representativa das mensagens que mais tinham interesse em propagar.

Em seguida, aplicou-se a Análise Crítica da Narrativa de Motta (2013), metodologia voltada exatamente a identificar as intenções retóricas presentes nas escolhas do autor em relação aos elementos narrativos. No quadro abaixo, esses resultados são sistematizados.

Quadro 10 - Resultados da análise narrativa

Categoria narrativa	Elemento	Aplicação	Chave de Análise
Função	Manifestação Pacífica vs Manifestação	Projeta a manifestação pacífica como um valor da Direita e em contraposição à Esquerda	Narrativas de polarização

Categoria narrativa	Elemento	Aplicação	Chave de Análise
	Violenta		
Função	Respeito à Democracia	Cria uma perspectiva forçada sobre o evento, visando um sentido mais vantajoso	Narrativas sobre realidades alternativas
Função	Combater a Esquerda	Projeta um valor e uma atitude importantes para a Direita	Narrativas de polarização
Função	Omissão e Conluio	Cria uma perspectiva distorcida sobre o sentido de determinados eventos e ações envolvendo os antagonistas	Narrativas sobre realidades alternativas
Função	Intervenção	Denota um momento de possível virada na história	Narrativas Emotiva
Função	Traição	Inserir um elemento trágico na narrativa dos protagonistas	Narrativa Emotiva
Sequências-tipo	Vitória tirada de Bolsonaro	Explicita o conflito que justifica as ações “ruins” dos protagonistas	Narrativas sobre realidades alternativas
Sequências-tipo	A tentação de Bolsonaro	Faz referência a um ato heróico	Narrativas sobre realidades alternativas
Sequências-tipo	Conflito entre manifestantes	Cria um processo de redenção para os manifestantes patriotas	Narrativas sobre realidades alternativas
Sequências-tipo	Desfechos Trágicos	Explicita um desfecho trágico para os protagonistas	Narrativa Emotiva
Conflitos	A eleição de 2022	Evidencia a posição do Bolsonarismo contra a Esquerda	Narrativas de polarização
Conflitos	A perseguição da Justiça	Evidencia a posição de vítima dos manifestantes presos	Narrativa Emotiva
Conflitos	A luta contra a Conspiração da Esquerda	Evidencia o heroísmo da Oposição	Narrativas emotivas
Conflitos	O Conflito interno do Bolsonarismo	Evidencia a inocência de Bolsonaro	Narrativas sobre realidades alternativas
Conflitos	O Combate do 8 de janeiro	Evidencia que os vândalos não são os manifestantes patriotas	Narrativas de polarização
Personagens	Jair Bolsonaro	Caracteriza Bolsonaro como um Herói Salvador	Narrativas identitárias
Personagens	Parlamentares de Oposição	Caracteriza os parlamentares como heróis falhos, ampliando a identificação com o público	Narrativas Emotivas
Personagens	Manifestantes Patriotas	Protagonistas, geram identificação com o público a partir de seus valores e tragédias	Narrativas identitárias

Categoria narrativa	Elemento	Aplicação	Chave de Análise
Personagens	Lula/Governo Lula	Busca gerar repulsa com o personagem	Narrativas de polarização
Personagens	Justiça Brasileira	Busca gerar repulsa com o personagem	Narrativas Emotivas
Personagens	Manifestantes Violentos	Reúnem valores contrários ao da Direita	Narrativas de polarização
Trama	A Conspiração da Esquerda	Cria relações forçadas ou falsas entre eventos visando mobilizar emoções negativas e crenças falsas	Narrativa Emotiva e Narrativas sobre realidades alternativas

Fonte: elaboração própria

Conclui-se, portanto, que, durante a CPMI dos Atos Antidemocráticos, a narrativa articulada por parlamentares de oposição incorporou elementos desinformativos no seu projeto dramático, com ênfase em construções emotivas, identitárias, polarizantes e que buscam a reinterpretação dos fatos. Tais recursos foram mobilizados para substituir a demanda de uma lógica factual para os argumentos, sustentando, sobretudo, três teses: a inocência de Bolsonaro e dos “manifestantes patriotas”, a posição de heróis para a oposição e a existência de um complô entre Lula/Governo Lula e o Judiciário para derrotar e perseguir a direita.

Pela perspectiva da pós-verdade, esses achados indicam que a disputa em torno do 8 de janeiro não se limitou à negação ou distorção de acontecimentos específicos a partir das técnicas de desinformação, mas envolveu a tentativa de reinscrevê-los em um fluxo narrativo compartilhado pela audiência. Nesse processo, a validade dos argumentos deixou de depender da correspondência factual com os eventos e passou a se apoiar na coerência interna da narrativa com valores, identidades e crenças já consolidadas no grupo – distante da necessidade de qualquer embasamento científico ou institucional – permitindo que uma história de perseguição, heroísmo, ameaça e pertencimento político guie a interpretação da realidade.

No plano metodológico, os resultados indicam a pertinência da análise crítica da narrativa para o estudo da desinformação e da pós-verdade. Em termos operacionais, impôs-se o desafio de assegurar objetividade na etapa de reconstrução narrativa, já que não há um enredo “oficial” da oposição e a narrativa precisou ser reconstituída a partir de centenas de enunciados. Esse risco foi mitigado pela apresentação, junto aos achados, dos trechos das publicações que fundamentam cada segmento do enredo analítico.

Em termos teórico-metodológicos, a afinidade entre a análise crítica da narrativa e uma perspectiva retórica da desinformação mostrou-se produtiva também, uma vez que a abordagem de Motta compreende as histórias como instrumentos argumentativos (Motta, 2013). Ademais, a perspectiva da narratologia sobre a cognição (Fischer, 1987) revela-se adequada ao campo, por contrapor-se a uma concepção do mundo baseada na lógica da razão e por evidenciar o papel da identificação e dos valores como elementos persuasivos.

Também observa-se uma produtividade interessante na análise quando foi possível traçar comparações com arquétipos já existentes, como o Salvador e a Conspiração, de Girardet (1987). Talvez o estudo da narrativa política pudesse produzir os próprios arquétipos para guiar análises futuras.

Por fim, com as devidas cautelas de inferência e sem pretensão de generalização, a pesquisa sugere que a desinformação é um esforço tal qual dar um remédio para cachorro: a “pílula do argumento” precisa ser escondida em uma pasta de cargas emocionais e apelos aos valores da audiência para ser aceita, deslocando o centro de gravidade da prova factual para a adesão por identificação.¹

Agora, em termos de cenas pós-créditos, há um último insight possível. A pesquisa fez um recorte sobre o plano da estória em suas análise, mas há uma consideração importante a se fazer sobre o plano da metanarrativa. A narrativa de ‘ambientação’ que se observou a partir da análise traz elementos contextuais que se ligam diretamente às proposições dos textos principais. Por exemplo:

Quadro 11 - Comparação entre ambientação e narrativa principal

Ambientação	Narrativa Principal
Desde 2003, com a chegada do PT ao poder sob Lula, o país passou por escândalos de corrupção, como o Mensalão e o Petrolão [ID: Cwi4u4Eh-3c].	Ao mesmo tempo, Lula (O Ladrão) mentia aos cristãos com uma carta “pró-família” e “contra o aborto” [ID: CwWgAHpKeat].
Em 2013 e 2017, manifestações financiadas pela esquerda aterrorizaram o país ao tentar invadir o Palácio do Planalto, o Congresso e a Esplanada dos Ministérios com violência. As forças de segurança contiveram a situação, houve poucas prisões [ID: CxLihxrufHX]	No 8 de janeiro, os patriotas marcharam pacificamente rumo à Praça dos Três Poderes — manifestação legítima, garantida pela Constituição [ID: Ct1mBjQI7s3]. Contudo, os manifestantes violentos infiltrados exploraram as brechas de segurança deixadas pelo Governo Lula, aplicando tática de guerrilha para invadir e depredar as sedes dos Três Poderes [ID: CxHGQ7nLZHw].
Nesse contexto, o bolsonarismo surgiu como principal contraponto à Esquerda. Liderado por Jair Bolsonaro (...), o bolsonarismo consolidou-se pela força política, pela honestidade e pelo respeito às quatro linhas da Constituição de Bolsonaro,	Nas eleições de 2022, Jair Bolsonaro era um fenômeno de massas, arrastando milhões com ele em suas aparições [ID: CwDxxempXsq], seu público era feito de pessoas de família, religiosos, agricultores, CACs e policiais [ID: CtzuljaLaDK]. Já Lula não

Ambientação	Narrativa Principal
tornando-o alvo do Sistema [ID: CyjSqyfAjac].	podia ir às ruas sem vaías e seus atos precisavam de ambientes fechados e controlados.

Esses fragmentos que fazem parte da ambientação do 8 de janeiro são disputas de sentido mais antigas, possivelmente já pacificadas dentro da audiência e que, portanto, já constituem o fluxo narrativo pelo qual eles avaliam a validade das novas proposições. Isso significa que o que hoje se conta sobre o 8 de janeiro – ainda que apenas partes disso – tende a ser incorporado a esse mesmo fluxo e, daí em diante, servirá de referência para julgar informações futuras. Por isso, pensar o combate à desinformação pela chave narrativa implica admitir um esforço de longo prazo, voltado não só ao que está em disputa no momento, mas também àqueles fragmentos de história aparentemente assentadas, que ajudam a montar a ambientação do projeto dramático que está sendo apresentado.

O esforço de construir esse fluxo pacificado em uma determinada audiência poderia ser explorado em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL. Relembre o passo a passo da tentativa de golpe no 8/1. **Agência Brasil**, 8 jan. 2024.
- AGÊNCIA PÚBLICA. “Festa da Selma”: o código para coordenar a invasão em Brasília. **Agência Pública**, 8 jan. 2024.
- AGGIO, C. Teorias conspiratórias, verdade e democracia. In: ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M. (Eds.). **Sociedade da Desinformação e Infodemia**. Belo Horizonte: Selo Editorial PPGCOM, 2021.
- ALVES, M. et al. **DISINFORMATION AND 2022 ELECTIONS IN BRAZIL: LESSONS LEARNED FROM a SOUTH-TO-SOUTH CONTEXT**. [s.l.] INCT em Disputas e Soberanias Informacionais, 2023.
- ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2016.
- ASSOCIATED PRESS. “QAnon” conspiracy theory creeps into mainstream politics. **AP NEWS**, 20 abr. 2021.
- AU, C. H.; HO, K. K. W.; CHIU, D. K. W. The Role of Online Misinformation and Fake News in Ideological Polarization: Barriers, Catalysts, and Implications. **Information Systems Frontiers**, v. 24, n. 4, 19 abr. 2021.
- BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1976.
- BASTOS, M.; TUTERS, M. Meaningful disinformation: Narrative rituals and affective folktales. **Big Data & Society**, v. 10, n. 2, 1 jul. 2023.
- BENNETT, W Lance ; LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 2, p. 122–139, 2018. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323118760317>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- BÍBLIA SAGRADA. Trad. CNBB. 5ª. ed. [s.l.]: CNBB, 2021.
- CAMARA. Comissão de Direitos Humanos gerou polêmica e foi alvo de protestos em 201 Fonte: Agência Câmara de Notícias. **CAMARA**, 26 dez. 2013.
- CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamentos, 2007.
- CARLOS HENRIQUE, **Propagandas da Ditadura Militar**. YouTube. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JKL_ow3mcDU&t=117s. Acesso em: 25 set. 2024.
- CERVI, Laura ; CARRILLO-ANDRADE, Andrea. Post-truth and Disinformation: Using discourse analysis to understand the creation of emotional and rival narratives in Brexit. **ComHumanitas: revista científica de comunicación**, v. 10, n. 2, p. 125–149, 2019.

Disponível em: <http://www.comhumanitas.org/index.php/comhumanitas/article/view/207>. Acesso em: 28 ago 2023

CESARINO, Leticia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 73–96, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 09 fev. 2024

CNN BRASIL. Golpes no Brasil: conheça o Plano Cohen e “quartelada”, citadas por Zanin. **CNN Brasil**, 12 set. 2025.

ENGEBRETSEN, Eivind ; BAKER, Mona. **Rethinking Evidence in the Time of Pandemics**. [s.l.]: Cambridge University Press, 2022.

FALLIS, Don. A Conceptual Analysis of Disinformation. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/42101173_A_Conceptual_Analysis_of_Disinformation. Acesso em: 22 set. 2024.

FISCHER, Walter R. **Human Communication as Narration Toward a Philosophy of Reason, Value, and Action**. Columbia, South Carolina: University Of South Carolina Press, 1987.

FELICIANO, M. Querem nos calar. Não conseguirão! **pleno.news**, 2025.

FRELON, Deen ; WELLS, Chris. Disinformation as Political Communication. **Political Communication**, v. 37, n. 2, p. 145–156, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10584609.2020.1723755>. Acesso em 03 jan. 2024.

GAMA, Eliziana. **Plano de trabalho da CPMI do 8 de Janeiro. 2023**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2606>. Acesso em 19 set. 2023.

GANCHO, Candida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo (Sp): Ática, 2010.

GEORGE W. BUSH LIBRARY. **The Iraq War | George W. Bush Library**. Disponível em: <https://www.georgewbushlibrary.gov/research/topic-guides/the-iraq-war>.

GJØRV, Gunhild Hoogensen ; JALONEN, Outi. **Identity as a tool for disinformation: Exploiting social divisions in modern societies**. [s.l.]: Hybrid CoE, 2023.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1987.

GOTTSCHALL, Jonathan. **The Storytelling Animal: How Stories Make Us Human**. Boston ; New York: Mariner Books, 2012.

HAMELEERS, Michael. Disinformation as a context-bound phenomenon: toward a Conceptual Clarification Integrating actors, Intentions and Techniques of Creation and Dissemination. **Communication Theory**, v. 33, n. 1, 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/ct/article/33/1/1/6759692>. Acesso em 13 jan. 2024.

HAMELEERS, M.; SCHMUCK, D. It's us against them: a comparative experiment on the effects of populist messages communicated via social media. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 9, p. 1425–1444, 22 maio 2017.

HAMELLERS, M.; MINIHOLD, S. Constructing Discourses on (Un)truthfulness: Attributions of Reality, Misinformation, and Disinformation by Politicians in a Comparative Social Media Setting. **Communication Research**, v. 49, n. 8, 2022.

HOLOYDA, Brian. The QAnon Conspiracy Theory and the Assessment of Its Believers. **The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law**, V. 50, n 1, 2022.

IPRI, Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem. **Mídia e Política Junho 2024**: Pesquisa sobre os hábitos de consumo de mídia dos parlamentares do Congresso Nacional. Disponível em: <https://contato.fsbholding.com.br/pesquisa-ipri-2024>. Acesso em 29 de set. 2024.

JOTA. Moraes torna público inquéritos contra parlamentares por atos antidemocráticos. **JOTA Jornalismo**, 23 jan. 2023.

KYRIAKIDOU, Maria; MORANI, Marina; CUSHION, Stephen; *et al.* Audience understandings of disinformation: navigating news media through a prism of pragmatic scepticism. **Journalism**, v. 24, n. 11, p. 146488492211142, 2022. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14648849221114244>. Acesso em 22 nov. 2023.

LOVELESS, M. Information and Democracy: fake news as an emotional weapon. In: GIUST, S.; PIRAS, E. **Democracy and Fake News: Information Manipulation and post-truth politics**. London, New York: Routledge, 2021, p. 64-76.

MARSHALL, Jonathan Paul. Disinformation Society, communication and cosmopolitan democracy. **Cosmopolitan Civil Societies: An Interdisciplinary Journal**, v. 9, n. 2, p. 1–24, 2017. Disponível em: <https://epress.lib.uts.edu.au/journals/index.php/mcs/article/view/5477>. Acesso em 29 nov. 2023.

MCCLURE, Kevin. Resurrecting the Narrative Paradigm: Identification and the Case of Young Earth Creationism. **Rhetoric Society Quarterly**, v. 39, n. 2, p. 189–211, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02773940902766771>. Acesso em 22 abr. 2024.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília, DF: Editora UnB, 2013.

NEWMAN, Hadley. **Foreign Information Manipulation and Interference Defence standards: Test for Rapid Adoption of the Common Language and Framework “DISARM”**. [s.l.]: Hybrid CoE, 2022.

O GLOBO. Do QAnon à antivacina: um mapeamento do conspiracionismo na Europa. **O Globo**, 18 maio 2021.

O GLOBO. Quatro manifestantes acampados no QG relatam “orientação do pessoal do Exército” para deixar local antes de prisões. **O Globo**, 9 fev. 2023a.

O GLOBO. Em livro, Janones narra atuação na campanha de Lula e admite uso de fake news para “desestabilizar Bolsonaro”. **O Globo**, 28 out. 2023b.

OLIVEIRA, T. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, 2 mar. 2020.

OLIVEIRA, T. M.; LEITÃO, A. C. Beyond disinformation: disputes on meaning over information from an emotion-based framework. **The International Review of Information Ethics**, v. 32, n. 1, p. 1, 11 dez. 2022.

ORTELLADO, F. Como a ciência deve lidar com o populismo. **O Globo**, 27 abr. 2024.
SENADO. Conheça o perfil de Eduardo Girão, candidato à presidência do Senado. **TV Senado**, 5 fev. 2025a.

PIAZZA, Waldomiro. **Religiões da Humanidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

POELL, Thomas; NIEBORG, David ; VAN DIJCK, José. Platformisation. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, p. 1–13, 2019. Disponível em: <https://policyreview.info/concepts/platformisation>. Acesso em: 29 set. 2024.

PROPP, Vladimir . **Morfologia do Conto Maravilhoso**. [s.l.]: CopyMarket, 2001.

RIBEIRO, Daniel Melo; MENDES, Conrado; ALZAMORA, Geane. A RELAÇÃO ENTRE CRENÇA E VERDADE NO CONTEXTO DA DESINFORMAÇÃO: uma leitura comparativa de Peirce e Greimas. In: ANAIS DO 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2022, Imperatriz. **Anais eletrônicos da Compós**, Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/a-relacao-entre-crenca-e-verdade-no-contexto-da-desinformacao-uma-leitura-compar?lang=pt-br>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RIETJENS, S. Unraveling Disinformation: The Case of Malaysia Airlines Flight MH17. **The International Journal of Intelligence, Security, and Public Affairs**, v. 21, n. 3, p. 195–218, 2 set. 2019.

SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2197>. Acesso em: 29 set. 2024.

SENADO. Girão: “Por que não anistiar agora quem nem sequer pegou em armas?” **Senado Federal**, 25 set. 2025b.

SENADO. Jorge Seif é o novo senador por Santa Catarina. **Senado Federal**, 2 out. 2022.

SØE, Sille Obelitz. A unified account of information, misinformation, and disinformation. **Synthese**, v. 198, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11229-019-02444-x#citeas>. Acesso em: 29 set. 2024.

TODOROV, Tzvetan ; WEINSTEIN, Arnold. Structural Analysis of Narrative. **NOVEL: A Forum on Fiction**, v. 3, n. 1, p. 70–76, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1345003>. Acesso em: 29 set. 2024.

TÖRNBERG, P.; CHUERI, J. When Do Parties Lie? Misinformation and Radical-Right Populism Across 26 Countries. **The International Journal of Press/Politics**, 13 jan. 2025.

UOL. Quem é Jorge Seif, senador aliado de Bolsonaro que pode ter o mandato cassado pelo TSE. **UOL**, 30 abr. 2024.

VAN ZOONEN, Liesbet. I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, v. 27, n. 1, p. 56–67, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0267323112438808>. Acesso em: 29 set. 2024.

WARDLE, C.; DERA KHSHAN, H. **INFORMATION DISORDER: toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making**. Estraburgo: Council of Europe, 2017.

WAISBORD, Silvio. The elective affinity between post-truth communication and populist politics. **Communication Research and Practice**, v. 4, n. 1, p. 17–34, 2018. Disponível em: <https://tandfonline.com/doi/ref/10.1080/22041451.2018.1428928?scroll=top>. Acesso em: 29 set. 2024.

WIRED. A Pro-Russia Disinformation Campaign Is Using Free AI Tools to Fuel a “Content Explosion”. **WIRED**, jul. 2025.